

OS ATORES DA DISPUTA DE 1998 ESTÃO DEFINIDOS E ENTERRADA A IDÉIA DO PT ENCABEÇAR UMA FRENTE DE "CENTRO-ESQUERDA". TEREMOS UMA FRENTE PARTIDÁRIA E UM PROJETO POLÍTICO DE ESQUERDA.

MILTON TEMER

Terminou o tempo de salamaleque e é hora de jogar o jogo. O movimento de Ciro Gomes clareou o cenário e confirmou tudo o que a frente de esquerdas e independentes petistas haviam pregado em sua campanha para o Encontro Nacional do partido, recentemente realizado. O que dizíamos?

NÃO HÁ MEIO DE CAMPO

Primeiro: não há política intermediária para as forças democráticas e progressistas que enfrentam o governo FHC. Qualquer tergiversação em relação ao monetarismo predador que referencia a política da "estabilidade" do real nos levaria a dar com os burros n'água.

Freio total, portanto, a qualquer formulação confusa, como a que impuseram à assinatura de Lula, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo* no dia 3 de julho - algo correspondente a "O Estado não deve existir somente para garantir a saúde das empresas e do sistema financeiro, mas também para *conciliá-los* com o atendimento das políticas públicas na área social" (os itálicos são nossos).

Freio a tais formulações porque a oposição ansiada contra FHC não é a da melhoria compensatória do projeto de governo atual, como pretendem alguns pragmáticos da governabilidade, dentro de nossas fileiras. O que se espera é a contundência na denúncia entre a relação de causa e efeito para esta política monetarista do governo e o seu custo social brutal - quebra do parque produtivo em R\$ 14,4 bilhões, segundo dados do próprio Ministério de Indústria e Comércio que fez o levantamento até março/abril deste ano; desemprego crescente e salários congelados.

Nada, então, de temer a possibilidade de ser identificado - ao combater frontalmente o projeto FHC de desregulamentar a economia, desmontar o aparelho do Estado e implantar a nova forma de ciranda financeira embutida no processo de privatização de nossas empresas públicas lucrativas e estratégicas - com sermos favorecidos ao retorno do processo inflacionário. Os que por ele têm que responder são os segmentos das classes dominantes fartamente favorecidos pela reforma Campos-Bulhões, que em 1965 introduziu, com a proteção das baionetas, o famigerado conceito da correção monetária, na ponta do capital, enquanto reprimia a atividade sin-



JOGO FEITO. SÓ DEPENDE DE NÓS

dical autêntica, na ponta do trabalho. Ou ainda os que se beneficiaram dos preparativos de implantação do real, no ano de hiperinflação que o antecedeu, já sob administração da equipe econômica de FHC.

ASSUMIR NOSSA RESPONSABILIDADE

Segundo: o Partido dos Trabalhadores não tem porque se apequenar diante da responsabilidade de liderar uma frente de forças progressistas e democráticas. A pretensão generosidade de não indicar candidato - que foi esperada, por natural, pelos nossos aliados naturais durante todo o período em que a direita construía, com compra de votos para garantir a emenda que

nos impunha a possibilidade de reeleição dos cargos executivos, a candidatura de FHC para a continuidade do programa que já comemora mil dias de arrocho salarial aos quadros do funcionalismo público civil - se traduziu, na verdade em imagem de hesitação e de insegurança política.

Deixamos que se impusesse a idéia de "imobilidade por conta da luta interna". Deixamos que transformassem nossa virtude (a capacidade de fazer conviver a pluralidade do debate prévio com a unidade na ação deliberada pelas instâncias partidárias) em característica criticável.

Com o bem vindo lançamento da candidatura Ciro Gomes, pusemos de lado a idéia de Lula como candidatura única contra FHC, transformando o primeiro turno das presidenciais em decisivo. Há, desde já,



ATRAÇÃO FATAL

Joaquim Soriano mostra a atração do neoliberalismo sobre os setores mais pragmáticos da "centro-esquerda".

PÁGINA 3

NESTA EDIÇÃO

JOÃO ALFREDO E RENATO ROSENO DEBATEM O PSDB NO CEARÁ
PÁGINAS 6 E 7

MICHAEL LOWY E ANTONIO MARTINS ANALISAM O ZAPATISMO, SUAS RAÍZES E A SITUAÇÃO ATUAL
PÁGINA 16

CARLOS HENRIQUE E RAUL PONT AVALIAM AS DISCUSSÕES E OS RESULTADOS DO 11º ENCONTRO NACIONAL DO PT
PÁGINAS 14 A 16

uma alternativa dentro do esquema de poder atual, com concordância total na essência da política, embora contestando o *modus operandi*. Dentro do esquema de poder atual, sim. Ou foi outro, além de Ciro que tudo fez, junto com o então senador Fernando Henrique, para que o PSDB integrasse o governo "moderno" do outro Fernando? Ou foi outro, além de Ciro, que correu para o afago a ACM quando o PSDB baiano optou por apoiar Lula em 1994?

O segundo ponto positivo vem do fato de a candidatura ter surgido pelo conglomerado plurideológico de Roberto Freire e companhia bela - espaço ideal para um discurso de linha auxiliar e alternativa, aos interesses das classes dominantes.

O que se apresenta, então, depende de nós. De nossa capacidade de implementar o que ficou evidente a partir do Encontro Nacional - a inevitabilidade da candidatura natural do Partido dos Trabalhadores, Luis Inácio Lula da Silva.

O nome já foi encaminhado aos partidos da Frente de Esquerda (e vamos parar de ter medo da expressão), única aliança capaz de abrir espaços novos para um projeto de governo com a perspectiva do socialismo e da radicalidade democrática. Deixando claro para os demais partidos - PDT, PSB, PC do B, PCB, PSTU e mais aqueles que, em outras siglas, se apresentem no acordo com o programa comum que construiremos de forma democrática e fraternal.

SOMOS RADICAIS: QUEREMOS MUDAR O BRASIL

Afirmemos nossos valores, sem medo dos fantasmas que queiram nos atrelar à imagem de estreitos ou sectários. Somos, sim, radicais em tudo o que isto traga a representação da transparência e do anti-sectarismo; em tudo o que isto traga a certeza de que não buscamos a presidência da República apenas para ocupar a cadeira e entregar os caminhos da política aos designios daqueles que não cessamos de enfrentar. Se é certo que temos muito que aprender com a experiência negativa do desdobramento da Revolução bolchevique, também é certo que não podemos mergulhar no pântano de exemplos de pragmatismo e consequentes decepções, que "adornam" a história da social democracia institucional.

Não queremos o poder para reproduzir edições tupiniquins de líderes sindicais "aculturados" pela restauração capitalista ou de intelectuais sofisticados que preferiram inventar o "socialismo" benquisto dos salões.

Nós queremos é mudar o Brasil, com todas as possibilidades e forças que nos propiciam, não só nosso imenso manancial de riquezas naturais, como o imenso potencial que nos é oferecido pelo mercado de consumo interno, que criaremos na medida em que tornemos concreta a política de pleno emprego que temos em nosso horizonte estratégico.

É assim que se constrói a felicidade. É assim que o PT tem que pretender governar - ampliando a base social de sustentação, não através de poluídos conchavos de cúpulas, mas sim pela adesão crescente das massas à aplicação de políticas que as favoreçam, material, social e culturalmente.

MILTON TEMER É DEPUTADO FEDERAL PELO PT DO RIO DE JANEIRO.

Número duplo

Esta edição, o Em Tempo sai com 24 páginas ao invés das 16 normais. Busca recuperar o atraso que incorremos ao longo deste ano. Ao lado de aprimorar a mudança no projeto gráfico e editorial, o acerto da periodicidade do Em Tempo é uma prioridade.

Nos Notas

JORNAL EM TEMPO É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA.
RUA BRIGADEIRO GALVÃO, 138 - BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP
CEP 01151-000 - FONE (011) 3667-3476
E-MAIL: ETEMPO@AX.APC.ORG
JORNALISTA RESPONSÁVEL:
CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP).
EQUIPE DE EDIÇÃO:
JOSÉ CORRÊA LEITE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, JOAQUIM
SORIANO, RITA ARAÚJO, CACO BISOL E MÂRCIA RAMOS.
TIRAGEM: 5.000 EXEMPLARES.
PERIODICIDADE: MENSAL



PUBLICADA NA FOLHA DE SÃO PAULO

ARAPONGAS DE FHC

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, através de seu presidente deputado do PT Pedro Wilson, denunciou a constituição sob o governo FHC de uma estrutura de espionagem política montada pelo Exército. A fonte foi um extenso relatório entregue por um ex-agente infiltrado no PT e em outros partidos e entidades sociais. Relata minuciosamente o 8º Encontro Nacional (no ano de 1993, ainda sob o governo Itamar Franco). Sobre este, além de detalhes sobre a representação de cada corrente no encontro, há uma análise política assinada pelo General de Brigada Jayme José Juraszek. Citamos um dos trechos finais: "Devido à proximidade do pleito eleitoral presidencial e às pesquisas favoráveis ao candidato Luís Inácio Lula da Silva, o processo de radicalização não deverá, em princípio, atingir a mesma intensidade de quando da fundação do partido, no início da década de oitenta. Percebe-se, também, que apesar do sectarismo ideológico reinante nas correntes recém guindadas à direção nacional, persiste uma consciência de que o candidato do partido poderá vencer em 1994 e que, no momento político atual, qualquer ação que possa inspirar desconfiança no eleitorado nacional somente prejudicará o partido. E neste aspecto, todos - inclusive os radicais - desejam a vitória a qualquer preço: até com o sacrifício de suas próprias concepções políticas".

O material entregue pelo ex-agente também menciona um relatório sobre o 10º Encontro Nacional (1994, governo FHC). Traz ainda cópia da portaria nº 081 - RES, de 7 de novembro de 1995, do Ministro do Exército, criando as chamadas Companhias de Inteligência. A autenticidade deste material foi confirmada em nota do Exército depois que o *Jornal da Tarde* publicou parte dos documentos secretos e entrevista sobre o assunto com o vereador do PT de São Paulo Ítalo Cardoso, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal.

Poder Mudar

Com este nome, está sendo lançado em São Paulo um jornal mensal, dirigido ao movimento popular. Seu objetivo é difundir experiências de lutas sociais aos militantes que se organizam em diversos movimentos nos bairros e regiões da cidade. Procura responder ao fato de que as mobilizações urbanas, de caráter democrático e reivindicatório, vêm crescendo com uma lacuna, que é a informação e a formação políticas.

Um debate no dia 14 de novembro sobre o orçamento participativo, com representantes da Prefeitura de Porto Alegre, da Central de Movimentos Populares e do Conselho Editorial do jornal marcará a edição número dois de *Poder Mudar*.

PELO MUNDO

IMPASSES NA PALESTINA.

A situação da Autoridade Nacional Palestina ficou muito difícil depois dos ataques suicidas, atribuídos ao Hamas, que mataram 17 pessoas em 30/7 e mais sete pessoas em 4/9. O governo direitista de Binyamin Netanyahu suspendeu as negociações com os palestinos, proibiu que eles fossem trabalhar em Israel e permitiu mesmo que um grupo de fundamentalistas judeus ocupassem uma casa em pleno território palestino, além de anunciar a construção de mais 300 casas na Cisjordânia ocupada. Mas a situação para Netanyahu também não é boa. Israel sofreu reveses militares no sul do Líbano - 12 soldados israelenses foram mortos apenas em um ataque fracassado - e um atentado contra um dirigente do Hamas na Jordânia fracassou, sendo seus autores presos com passaportes falsos canadenses. Netanyahu, para sair da defensiva, trocou o xeque Ahmed Iassim, fundador do movimento Hamas, e mais 70 prisioneiros palestinos pela libertação dos dois agentes presos pela Jordânia e anunciou a retomada das conversações de paz com a ANP.

QUEIMADAS NA INDONÉSIA.

As queimadas fugiram do controle naquele país devido ao atraso das chuvas e as nuvens de fumaça cobriram não apenas o país mas também a Malásia e Cingapura. Todo ano milhares de quilômetros de florestas são destruídos e o tema nunca foi levado a sério pelos governos da região. Agora, com a catástrofe que compromete a saúde de milhões de pessoas, talvez medidas sejam tomadas. E lembremos que o Brasil continua sendo o país que mais desmata no mundo - a diferença é que a fumaça da Amazônia não atinge São Paulo ou o Rio de Janeiro.

REINO UNIDO: PLEBISCITOS E CONVERSACIONES.

A formação de um parlamento da Escócia, com poderes inclusive em matéria fiscal, e de um parlamento no País de Gales, aprovados por plebiscitos são uma das promessas de campanha dos trabalhistas, defendem a descentralização política do país. Ao mesmo tempo, o governo inglês e o IRA estabeleceram negociações sobre a situação da Irlanda do Norte - apesar da oposição dos grupos protestantes locais.

ESTERILIZAÇÕES FORÇADAS NA SUÍCIA.

O governo social-democrata daquele país manteve por 41 anos um programa de esterilização compulsória de pessoas doentes, pobres ou etnicamente impuras. Foram esterilizadas mais de 60 mil pessoas. A lei de 1935, que estabeleceu o programa, foi modificada em 1941, para abarcar razões de "higiene social". O programa funcionou até 1976. Os governos da Suíça, Finlândia, Noruega e Dinamarca mantiveram programas semelhantes, inspirados no programa "pioneiro" da Alemanha de Weimar! Para os "desajustados" e diferentes atingidos por estes programas, este *Welfare State* era um pesadelo.

Atenção Mudaram nossos telefones

É só acrescentar 36 aos números antigos
Fone: 3667 3476
Fone-fax: 3666 5550

PELA HUMANIDADE, CONTRA O NEOLIBERALISMO!

Este é o chamado dos e das militantes dos movimentos populares da América Latina que se reunirão no IV Encontro da FCOC - Frente Continental de Organizações Comunitárias. O Encontro acontecerá nos dias 30 e 31/10 e 01 e 02/11 na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Na pauta estão os debates sobre a conjuntura, sobre as ex-

periências dos movimentos na construção do poder popular e o projeto de construção de uma nova sociedade latino-americana que se desdobra na definição de um Plano de Lutas. A organização no Brasil é de responsabilidade da Central de Movimentos Populares onde se pode obter maiores informações sobre o Encontro: tel/fax: (011) 288-1694.

Um retrocesso

Construir a unidade negra petista não tem que ser um exercício de tolerância. Passa, antes, por um profundo entendimento de que as relações devem ser francas e abertas e os projetos de construção de identidade do povo negro precisam ser explicitados para o conjunto do PT. Mas o que observamos durante o 5º Encontro de Negros e Negras do PT foi o escamoteamento das diferentes posições políticas.

O setor majoritário não explicitou que projeto defende para integrar o conjunto da militância no combate à discriminação racial. Ao contrário, procurou desqualificar esse debate afirmando que entre nós, negros e negras, não existem diferenças. Responsabilizando as correntes pelas divergências de caráter político, defende que fiquemos à margem dessas disputas. Usam estes

argumentos para negar sua ligação e concordância com as direções da corrente majoritária. E é esta ligação que os faz agir de forma acrítica, subordinando o espírito crítico da militância negra ao tom conciliador e reduzindo nossa relação com o partido à submissão. Daí a invisibilidade de nossa participação política no interior do partido.

No final, o retrocesso. Na discussão da formação das chapas para eleger o coletivo da secretaria, a força majoritária, de forma autoritária e hegemônica, define que a eleição do secretário se dará em separado do coletivo, rompendo com a tradição democrática dos nossos encontros, de garantir a real proporcionalidade das forças. O resultado final acabou distorcendo a verdadeira correlação de forças do encontro.
Paulo Azarias

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ UF: _____

CEP: _____ FONE: _____

Envie juntamente com o cheque nominal a EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000 ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550

Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO". Nesta edição, entrevistas com Celso Furtado e Pedro Casaldáliga

O fascínio que o governo FHC exerce sobre parte da oposição só é comparável à confusão programática instalada em certos meios ditos de esquerda.

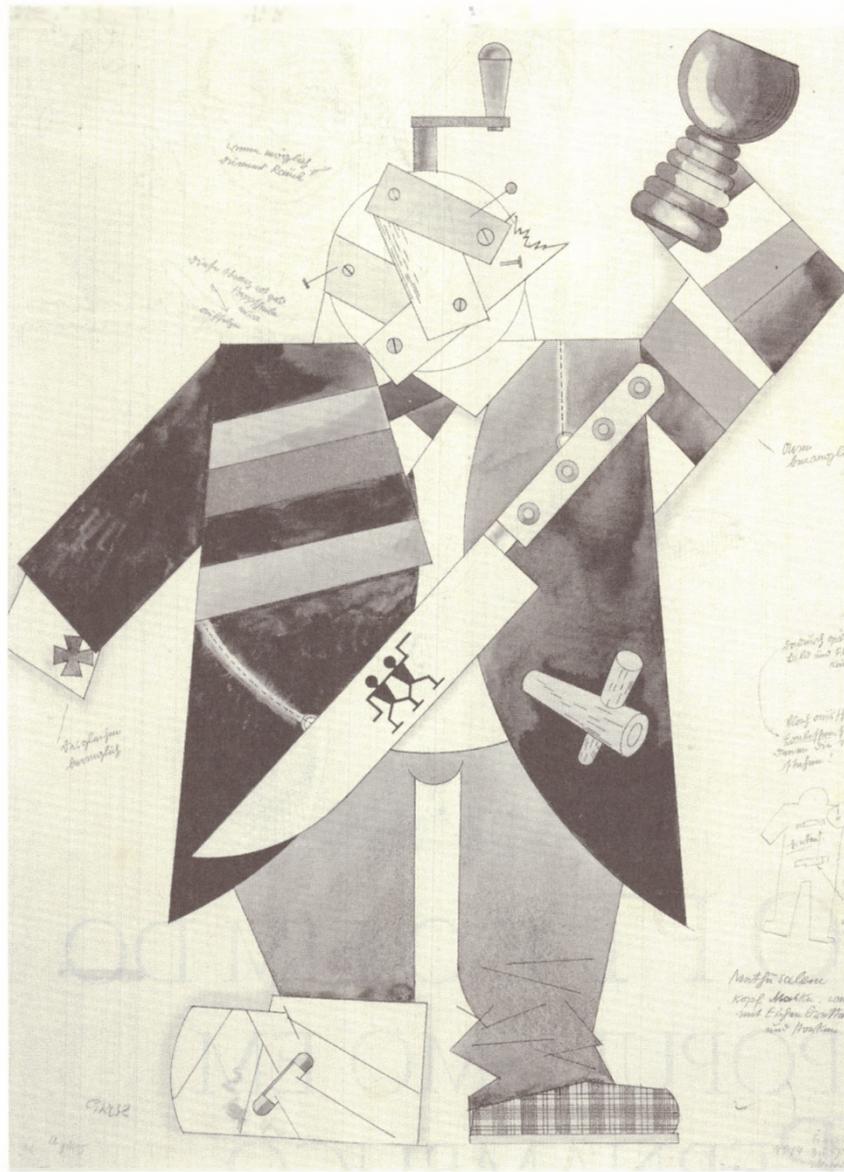
É a força ideológica das idéias liberais que faz com que parte dos antigos comunistas, hoje no PPS, não participem do bloco das oposições na Câmara Federal ou que tenha um dos seus dirigentes (licenciado) como Ministro da Reforma Agrária, o Sr. Raul Jungmann.

O liberalismo reencantado levou ao seio do PPS o ex-ministro Ciro Gomes, grande propagandista do receituário de Washington. Recentemente divulga uma versão modificada, talvez com mais preocupação social do que o governo FHC, pousa de oposição, mas não discorda do essencial da política tucanapfelista. Muitas vezes conclama mais firmeza do governo e mais leveza no Congresso para aprovar as "reformas".

Ciro Gomes apresenta-se como candidato de centro-esquerda. Sua virtual candidatura recebe apoio de muita gente dentro do PSB, partido no qual quase se filiou.

A ex-petista Erundina foi para o PSB onde encontrou o deputado estadual Pedro Dallari, coordenador da sua campanha à prefeitura em 1996 - aquela do "Sim". Lá já exerce papel de dirigente destacada. Anunciou apoio à reeleição de Mario Covas (PSDB) em São Paulo. Pode ser candidata ao governo do estado se for outro tucano para a disputa. Mas diz que defende um candidato de centro-esquerda para a disputa da presidência. Estava na filiação do deputado federal José Augusto Ramos, recentemente expulso do PT, ao PPS. Lá também estavam Ciro Gomes e Roberto Freire. Mas não estava o atual prefeito de Diadema e presidente do PSB de São Paulo, Gilson Menezes. Foi ato político contra o PT e Lula.

Darci Accorsi, ex-prefeito de Goiânia, também foi para o PSB. Gosta da tese da centro-esquerda. Lá em Goiás é aliado do governador Maguito Vilela e do senador e atual ministro Iris Rezende, ambos do PMDB e aliados do PSDB de FHC. Darci Accorsi é menos "ideológico", talvez mais pragmático, menos de esquerda (ver pág. 5).



ATRAÇÃO FATAL

O governador Vitor Buai se filiou ao PV. Também prefere um candidato à presidência de centro-esquerda. Ficou com ele a piada do mexe-mexe partidário: foi para o PV porque é vegetariano e frequenta um mosteiro zen. Apresenta sua opção desvinculada da ação política.

A candidatura Ciro Gomes atrai setores políticos que estavam no PT e se afastaram porque não mais se identificavam com a idéia de fazer oposição ao

governo FHC. Não se tratam de divergências mais sofisticadas, programáticas ou mesmo sobre a avaliação do período e as tarefas daí decorrentes. É simplesmente não fazer oposição porque o programa de governo não pode ser tão diferente do de FHC. Como faz Vitor Buai no Espírito Santo.

Daí decorrem as possibilidades de manutenção da hegemonia tucanapfelista, quando a oposição é circuns-



TRANSFERIDO O JULGAMENTO DE JOSÉ RAINHA

O segundo julgamento de José Rainha Júnior, marcado inicialmente para 16 de setembro em Pedro Canário (ES), foi transferido para capital Vitória e a nova data só será definida no final de outubro não devendo acontecer antes do próximo dezembro. A decisão foi o final de uma novela jurídica protagonizada pelos juizes da 1ª Câmara do Tribunal de

Justiça do Espírito Santo que arrastaram a decisão sobre o desaforamento até os dias que precederam o 16 de setembro com sucessivos pedidos de vistas ao processo e acatando interpeleções que questionavam a legitimidade da instância para resolver o assunto. O julgamento foi suspenso pelo juiz de Pedro Canário, Sebastião Mattos Mazine, e a transferência só foi decidida em 23 de setembro pelas Câmaras Criminais Reunidas do Tribunal de Justiça do Espírito Santo.

Rainha está sendo responsabilizado pela morte de um proprietário e seu segurança durante um tiroteio ocorrido em um acampamento em Conceição da Barra (ES), em junho de 1989. O inquérito foi baseado em depoimentos obtidos sob tortura e a principal testemunha de acusação é o motorista que transportou os agricultores até a ocupação e poderia ser arrolado como cúmplice, a arma do crime não é a apontada no processo e Rainha tem um alibi - sua presença em reuniões com autoridades do governo estadual do Ceará. Na avaliação do MST, foi montada uma farsa e o que está sendo julgado é a reforma agrária. Na verdade, o cerco jurídico ao movimento está apertando e au-

mentam os processos contra as lideranças enquanto o Ministério da Justiça demonstra disposição de recorrer até à ajuda dos fazendeiros para frear as ações do MST. A orientação do ministro Iris Resende aos secretários de segurança, denunciada por Wellington Mangueira Marques, secretário de segurança de Sergipe, parece ter tido a primeira aplicação no Paraná onde 24 sem terra foram presos em menos de cinco dias sob acusação de formação de bando e quadrilha.

As manifestações de solidariedade a José Rainha continuam e a avaliação de que a sentença foi dada para intimidar o MST está amplamente difundida colocando entidades, delegações e personalidades brasileiras e estrangeiras em campanha para pressionar o governo e a Justiça do Brasil a garantirem a imparcialidade do julgamento. A Anistia Internacional considerou o primeiro júri injusto e motivado por interesses políticos e deu início a uma campanha mundial de denúncia anunciando que no caso de uma condenação, Rainha será considerado um "preso de consciência".

Sinara Sandri, jornalista.

O GOVERNO DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO EXERCE GRANDE ATRAÇÃO SOBRE UMA CERTA ESQUERDA, INCLUSIVE AQUELA QUE AGORA ABANDONA O PT.

JOAQUIM SORIANO

crita aos parâmetros políticos e programáticos determinados por FHC.

ITAMAR, SARNEY, PMDB...

A filiação de Ciro Gomes ao PPS do Ceará demonstra o teor oposicionista de sua pré-candidatura. O PPS do Ceará é aliadíssimo do governador Tasso Jereissati. Caso a operação da candidatura presidencial seja descartada, sobram alternativas de disputa como deputado ou senador na aliança governista (ver págs. 6 e 7).

Sua pré candidatura não deve ser comparada à de Collor. Em 1989 vivíamos uma conjuntura de crise nacional. O governo Sarney não era defendido por nenhum partido e não tinha respaldo social. Foram para o 2º turno dois candidatos da oposição: Lula e Collor. Agora é diferente. FHC governa com base numa ampla aliança conservadora e continua representando bem os interesses do grande capital internacional. Além disso é legitimado e apoiado por amplos setores sociais graças à política de estabilização monetária.

A operação "centro-esquerda" é uma alternativa ao lado da reeleição de FHC. É uma proposta de ajuste da política oficial. O regime neoliberal gera crises de diversos graus e em diferentes esferas públicas. A penúria dos municípios e dos estados pela centralização de recursos no âmbito federal é um exemplo. A amplitude e o ritmo da evolução da crise do governo FHC é que alimentará a candidatura Ciro Gomes. Não só como possibilidade imediata de vitória eleitoral, mas também como apresentação de uma proposta para o futuro.

Para ser lançada depende da aliança que construir. O PPS sozinho é pouco. Melhor seria se tivesse todo o tempo do PMDB na televisão. Como teve o candidato vitorioso do PSB, Célio de Castro, em Belo Horizonte no ano passado.

Sarney e Itamar têm tempo na TV. Mas não têm mais nada. Dizem que os mais governistas dos seus deputados federais passaram para o PSDB ou para o PFL.

Com dois ex-presidentes pré-candidatos, com tantos governadores, ministros e senadores é pouco provável que entreguem a cabeça de chapa ao PPS de Ciro e Roberto Freire. A força da inércia, o passado está agindo sobre o presente.

Mas existe também a atração de abocanhar novamente um maior pedaço do governo federal. De novo uma atração fatal.

JOAQUIM SORIANO É SECRETÁRIO DE ORGANIZAÇÃO DA EXECUTIVA NACIONAL DO PT.

AS RELAÇÕES DO PT
COM O GOVERNO
ARRAES SEMPRE FORAM
DIFÍCEIS, MAS SE
TORNARAM
INSUSTENTÁVEIS NA
MEDIDA EM QUE
SUA POLÍTICA ERA
COLOCADA EM PRÁTICA.

ANDREA LORENA E DANIEL PINHO



O PT E O FIM DO POPULISMO EM PERNAMBUCO

O PT rompeu, em junho de 96, com o governador Miguel Arraes do PSB, deixando de participar de sua administração e passando para a oposição. Na raiz das divergências na condução do governo, está a incapacidade do atual governo de apresentar uma proposta política progressista e consistente para enfrentar a profunda crise por que passa o estado.

A CRISE NO ESTADO

Pernambuco enfrenta, como boa parte dos estados brasileiros, uma profunda crise. A reestruturação da economia e o "ajuste" do Estado deslocam as relações de poder estabelecidas. A renda *per capita* do estado, que já foi a mais alta do Nordeste, é hoje a 4º lugar da região, atrás do Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará. A participação do estado no PIB do Nordeste também caiu: de 22,2% em 1975 passamos para 17,0% em 1995. O Condepe (órgão da Secretaria de Planejamento) registrou em dezembro de 1996 um decréscimo do PIB do Estado de 2,9%. As usinas e destilarias inadimplentes em Pernambuco mantêm débito junto ao Estado superior a US\$ 100 milhões e devem mais de US\$ 450 milhões junto a instituições públicas no país.

O governo considera falidas ou em situação pré-falimentar 16 usinas e destilarias, entre elas algumas das maiores do Estado, como a 13 de Maio, Catende, Jaboatão, Massuasú, Água Branca e Ubu. O setor sucralheiro representava, em 1970, 7,2% do PIB pernambucano. Hoje pouco mais de 1%. Sua participação da arrecadação do ICMS caiu de 20% para apenas 5%.

As exportações pernambucanas entre 1980 e 1994, perderam dinamismo e o Estado está cada vez menos articulado com a economia internacional. Neste período, a contribuição do comércio exterior na formação do PIB do Estado reduziu-se de 6% para apenas 3,5%.

A situação social acompanha a decadência econômica. Na região metropolitana do Recife, 50% da população vive em casebres ou cortiço, o transporte é deficiente e voltado estritamente para os interesses empresariais e proliferam epidemias como a dengue e o cólera. No sertão, a violência das oligarquias que sempre foi regra se aprofunda ainda mais com a plantação e o tráfico de maconha e formação das quadrilhas. Nas cidades interioranas - co-

mo Timbaúba, onde outrora existia uma florescente indústria de calçados, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru com a indústria têxtil e a Feira da Sulanca -, as empresas estão falidas, diminuindo a já escassa oferta de empregos e geração de renda. E, na Zona da Mata, cidades inteiras que vivem em função da cana estão condenadas sem que nada de efetivo seja feito.

UMA TRAJETÓRIA PROBLEMÁTICA

A incapacidade do governo Arraes responder a este quadro é marcante, como indica o balanço da administração. Mas sua perda de rumo político num momento de forte ofensiva neoliberal não é inesperada.

A figura e projeto de Arraes eram associados à resistência à ditadura militar e à defesa da soberania nacional através de um projeto desenvolvimentista de caráter populista, discurso e projeto originários das lutas políticas desencadeadas na década de 50. Este projeto foi recolocado no estado, após os governos militares, através do PMDB, partido pelo qual Arraes chega ao governo do Estado em 1986. Aí, ele deixou como principais ações projetos assistencialistas como o "Chapéu de Palha" (frentes de trabalho na entressafra) e "Vaca na Corda" (financiamento da compra de gado através dos sindicatos rurais), além da renegociação da dívida de usineiros. É importante destacar que o PT em Pernambuco fez oposição ao governo Arraes em 1986/89 pelo caráter de seu projeto político.

Quando Arraes perde espaço no in-

terior do PMDB, migra com seu grupo político para o PSB. Isso provoca uma transformação neste partido, que até então tinha um caráter militante, combativo e associado às lutas pelos direitos humanos. A marca principal do PSB passa a ser a figura de Arraes.

Coerente com a filiação ao PSB e a participação deste partido na Frente Brasil Popular, Arraes declarou seu apoio à candidatura presidencial de Lula em 1994. O PT de Pernambuco, compreendendo a importância do deslocamento de Arraes em direção a um campo de esquerda, aliou-se com o PSB na Frente Popular de Pernambuco, apoiando sua candidatura ao governo. Isso ocorreu não apenas para reforçar a candidatura Lula, mas também porque avaliávamos ser possível desenvolvermos juntos projetos e políticas locais relevantes de caráter democrático e popular com Arraes governador.

Apesar dessa aliança ter sofrido muitas críticas internas no PT - todas provenientes da prática política de Arraes em sua gestão de 1986/9, quando os setores populares tiveram frequentemente que se confrontar com a intolerância do governo - a nossa participação comum na Frente Popular no Estado se deu através da discussão programática e de compromissos políticos para o desenvolvimento do estado e o bem-estar de sua população.

Já na campanha o PT foi secundarizado e opção da chapa majoritária no Estado (Arraes, Roberto Freire e Armando Monteiro do PDT) foi desenvolver uma tática aberta em relação à chapa presidencial, isto é, a campanha

Lula. A militância do PT acabou se dispersando e priorizando apenas as candidaturas proporcionais. A coordenação de campanha só pode reagrupar a militância no processo de composição e definição das políticas do governo.

A EXPERIÊNCIA DE GOVERNO

Embora a discussão sobre a composição do governo tenha tido um desfecho positivo para o PT, através da ocupação da Secretaria Estadual de Saúde, as ações do governo e a condução política interna foram extremamente desfavoráveis para nós e para o programa da Frente Popular. Observamos que os erros dos governos anteriores se repetiam nesta gestão. Centralização excessiva das decisões, esvaziamento do Conselho Político, ausência de democracia no interior da Frente Popular, falta de diálogo e um movimento político geral de deslocamento de sua base de sustentação para a direita foram se expressando na atuação do governo. Mesmo assim ainda continuamos procurando durante um ano e meio fazer com que o governo assumisse os compromissos firmados na campanha de 1994. Mas os servidores públicos estaduais não encontraram canais de negociação e não foram atendidos em suas reivindicações. Vários acordos assinados não foram cumpridos e um plano de demissões voluntárias fragilizou áreas sociais importantes. Recentemente, o governo retirou do funcionalismo, entre outras conquistas, a incorporação de gratificações, a licença prêmio no gozo da aposentadoria e o adicional de tempo de serviço no cálculo de aposentadoria.

O Bandepe, empresa pública tão defendida por Arraes e Eduardo Campos quando o PFL estava à frente do governo, foi duramente atacado no atual mandato. A situação é de intervenção branca do Banco Central, redução de servidores, fechamento de agências e privatização. A atual gestão não enfrenta a questão central que é a cobrança dos enormes débitos de usineiros e hoteleiros que levaram o Bandepe a uma crise de liquidez. Apesar de propagandear mudanças na concepção do banco, nada de concreto foi feito no sentido de transformá-lo numa agência de fomento ao desenvolvimento do Estado.

A gestão da crise financeiro do governo de Pernambuco pelo PSB se caracterizou pela corrupção. A participação do esquema milionário dos precatórios desencadeada pela direita mais retrógrada do país - o PPB de Maluf - lançou luz sobre algumas questões: 1) o desprezo por um princípio básico da probidade, a dispensa de licitação; 2) a prioridade concedida ao Banco Votorantim, agraciado com uma comissão de 22 milhões de reais, em detrimento do Bandepe; 3) a falsificação da lista das dívidas judiciais do Estado de 26 para 480 milhões, visando fazer "caixa" para o governo; e 4) o prejuízo e comprometimento da capacidade de endividamento do Estado. Na sequência dos precatórios, denúncias de desvio de dinheiro público para campanhas no DETRAN foram silenciadas pela bancada governista com o veto ao pedido de CPI.

No campo da economia, Arraes não adotou medidas para reerguer o Estado. A indústria foi sucateada, a Zona da Mata não recebeu alternativas diante da falência do setor sucro-alcooleiro e a sua ação prioritária foi reduzir o Estado.

CRÔNICA DE UMA TRAIÇÃO ANUNCIADA

DARCI ACCORSI NÃO
SERÁ O ÚNICO CASO
DE CARREIRISMO
EXPLICITO NO PT,
MAS É SEM DÚVIDA
UM CASO EXEMPLAR.

ATHOS PEREIRA

Recentemente com a posse do novo Secretário da Indústria e do Comércio, Sérgio Guerra, foi anunciada uma plataforma administrativa para esta pasta que prevê adesão à guerra fiscal e medidas de ajuste neoliberais. Por ocasião da posse, o secretário declarou: "é melhor uma economia rica, e um Estado quebrado, do que um Estado e uma economia quebrada".

No campo da segurança, Arraes adotou as mesmas medidas dos governos estaduais do PSDB (Ceará e Minas Gerais) convocando o exército e demonstrando inabilidade para negociar com os policiais em greve.

A luta dos sem terra não encontrou guarida nesta gestão. A única ação do governo foi a implementação do projeto "Mata Viva" que prevê a manutenção da força de trabalho dos usineiros através das frentes de trabalho nos períodos de entressafra e a injeção de dinheiro público para o financiamento das dívidas da falida elite sucro-alcooleira de Pernambuco. O governo preferiu defender a municipalização da reforma agrária que só fortalece a influência dos coronéis e latifundiários.

A RUPTURA

O PT aprovou, em março de 1996, um documento de avaliação do governo em que levantava uma série de críticas à gestão de Arraes. Ele foi entregue ao governador em uma audiência com a direção estadual do partido, mas nossas críticas não foram respondidas. Arraes limitou-se a encaminhar a questão para o Conselho Político, que nunca debateu o problema.

Foi apenas em junho, quando o PT de Recife externou suas restrições em fazer uma aliança com o PSB para a campanha municipal, que Arraes (e não o PT) tomou a iniciativa da ruptura, através de uma carta pública (formalmente de resposta às críticas apresentadas em março) enviada aos jornais antes de ser remetida a nós.

Essa situação no Estado não estava separada da política ambígua do PSB no terreno nacional. Embora fizesse declarações desfavoráveis ao governo FHC, esse partido liberou a sua bancada na votação da emenda da reeleição e buscou uma aproximação com o PMDB numa frente onde seus aliados prioritários eram o PPS e PV em detrimento do PT, PCB, PDT e PC do B.

O movimento mais revelador do rumo para a direita do governo foi, porém, o ingresso no PSB de diversos setores das oligarquias no interior, oriundos especialmente do PFL. Os casos mais destacados são o dos Coelho de Petrolina e o de Otacílio Cordeiro, prefeito de Catende, terceiro maior sonegador de impostos de Pernambuco - que entrou no PSB a convite do próprio Secretário da Fazenda.

Diante de tudo isso pode-se concluir que não mais existe em Pernambuco um projeto nacional-desenvolvimentista, mas sim uma liderança tradicional - Arraes - e seu grupo que jogam o mesmo jogo da política hegemônica no país, identificada com FHC e a elite nacional e mundial. Diante disso, o PT no Estado busca qualificar suas alternativas e redefinir seus aliados.

O PT cultiva a saudável tradição anti-stalinista de não eliminar as marcas de ninguém que passou por sua história. Isso nos dá a honra de nunca termos recorrido ao expediente imundo de adulterar fotografias. Considere-se no entanto que o compromisso com o registro do papel de cada um não deve servir para omitir as vilanias e traições que foram cometidas ao longo da história.

Darci Accorsi certamente não será o único caso de carreirismo explícito no PT, mas é sem dúvida um caso exemplar. Ele contribuiu para a organização do PT em Goiás, embora sua personalidade sempre causasse algum incômodo aos que estavam mais próximos. Como tínhamos de construir o partido com o material humano disponível, fomos tocando o barco.

Vítima de uma fraude nas eleições municipais de 1985, inspirada por prepostos de Íris Rezende, Darci Accorsi tornou-se a principal referência de massas do partido em Goiás. Cumprido desde então uma trajetória tortuosa. Candidato a prefeito em 1992, começou a campanha, com amplas chances de vitória já no primeiro turno, apoiado pelos partidos que definimos como pertencentes ao campo democrático e popular e por um PSDB, ligeiramente progressista. E bota ligeira nisso. Aos poucos foi ampliando este leque, incorporou Lúcia Vânia, atual Secretária da Assistência Social, do Ministério da previdência, então no PMDB e, no segundo turno, recebeu o apoio de Sandes Júnior, candidato de Ronaldo Caiado à prefeitura. A amplitude desta aliança se explicava pela necessidade de combater o irismo hegemônico em Goiás.

Eleito prefeito, Darci Accorsi soube explorar as fragilidades de um partido que já vinha se afastando dos movimentos sociais. Foi assim que o partido renunciou a influir na formação do secretariado e não conseguiu travar um único debate com o chefe do executivo, que governava em seu nome. A única reunião coletiva do secretariado foi interrompi-

da pelo prefeito no momento em que se revelou que a prefeitura tinha dois caixas.

Com semelhante margem de manobra, Darci Accorsi fez um governo que nem remotamente se aproximava de algo parecido com o PT. Ele controlava o PT no Estado e evitava os fóruns nacionais. Levou a noção de abertura até o limite de mandar representante ao lançamento da candidatura Ronaldo Caiado ao governo do Estado. Mas o volúvel coração do Prefeito logo tomara outro rumo.

ALIANÇA COM ÍRIS REZENDE

No segundo turno das eleições de 1994, apesar do encontro estadual ter decidido por não apoiar nenhum dos concorrentes presentes na disputa, Darci Accorsi fez campanha para Maguito Vilela, candidato de Íris Rezende. Sintomaticamente logo foi desativada uma CEI (Comissão Especial de Inquérito), na Câmara de Vereadores, destinada a investigar indícios de irregularidade, inclusive com falsificação do Diário Oficial do Município, para beneficiar uma empreiteira.

Cumprindo esta trajetória, que vai do namoro com Ronaldo Caiado à renúncia ao charme do "estadista" Íris Rezende, para usar uma expressão que gostava de empregar, Darci Accorsi levou seu candidato a prefeito a um previsível terceiro lugar, não sem antes disseminar a desmoralização em nossas fileiras.

Depois de vencer, ao arrepio da legalidade partidária, a última convenção do Diretório

rio de Goiânia, ele deixa o partido sem ter nada para alegar. Mas contando inúmeras vitórias. Deixa uma dívida impagável da campanha de 1996, vai acompanhado de numerosas e fundadas denúncias de corrupção, algumas já aceitas pelo Ministério Público. E, mais grave, deixa abalado o espírito de independência do PT de Goiás. Já que muitos companheiros, desesperados pelo irismo galopante do ex-prefeito, acharam que para fazer face a esta aberração era necessário praticar outra aberração: aproximar-se do PSDB, também ele oligárquico e aliado de Caiado.

Cabe registrar que Darci Accorsi conta ainda dentro do PT com inúmeros aliados que patrocinaram seus malabarismos políticos e que não teria chegado tão adiante se não tivesse amizades bem situadas na Direção Nacional.

Este episódio sugere que está superada a fase em que organizações de esquerda, como o PRC, tratavam o PT como frente tática de massas. Hoje são as personalidades de nossa direita que agem como se o PT fosse um partido tático, descartável sempre que deixa de ser conveniente para seus objetivos carreiristas. A conviência de setores da direção nacional com este tipo de aberração só pode acrescentar as dificuldades para reconstruir o partido no Estado de Goiás.

ATHOS PEREIRA É FUNDADOR DO PT EM GOIÁS E FOI CANDIDATO AO SENADO PELO PARTIDO NO ESTADO.



ANDREA LORENA É ANTROPÓLOGA E INTEGRANTE DO DR DO PT DE PE. DANIEL PINHO É SECRETÁRIO DE FORMAÇÃO DA EXECUTIVA ESTADUAL.

DEZ ANOS DE GOVERNO DO PSDB CONSOLIDARAM O PODER DE UMA "NOVA GERAÇÃO" DA ELITE DO ESTADO. E TROUXERAM MAIS MISÉRIA PARA A MAIORIA DO POVO.

JOÃO ALFREDO E RENATO ROSENO

Este ano completam-se dez anos dos governos "mudancistas" no Ceará. A eleição do jovem industrial Tasso Jereissati, a do seu sucessor em 1990, Ciro Gomes, e a volta de Tasso em 1994 consolidaram a hegemonia de uma elite identificada com o PSDB e que produziu personalidades importantes no cenário nacional, alterando o significado do Estado na região e no país. Daí a necessidade de avaliarmos os movimentos realizados nessa década pela auto-intitulada "geração das mudanças" e os seus resultados. Isso nos permite compreender porque algumas figuras do Ceará ganharam destaque nacional.

O Ceará há dez anos atrás não se diferenciava dos demais estados do Nordeste. Com uma história de colonização tardia, ligada principalmente ao avanço da pecuária, o Estado sempre foi dominado pelas oligarquias agrárias, que tinham nas figuras dos "coronéis" sua melhor representação. Poucos foram os movimentos de caráter popular que conseguiram vitórias contra essas oligarquias. O resultado no início dos anos 80 era um Estado quebrado, patrimonialista, que se legitimava numa absurda utilização clientelista da máquina pública, principalmente na exploração da miséria oriunda das secas, apoiado na fragilidade das organizações populares e sobretudo em uma cultura política de acomodação e corrupção.

A "GERAÇÃO DAS MUDANÇAS"

Contraditoriamente, foi-se formando na capital, Fortaleza, um sentimento oposicionista aos coronéis, que já no início dos anos 70 implementavam uma política de industrialização e de construção de obras de infra-estrutura, conforme o modelo econômico do regime militar. Vale lembrar que foram a industrialização e a "modernização" do Estado os carros-chefes da "geração das mudanças". Esse sentimento oposicionista foi um dos responsáveis pela vitória da primeira prefeita de capital do PT, com a eleição de Maria Luíza Fontenelle em 1985. Em 1986 também Fortaleza dá a Tasso Jereissati a maioria eleitoral necessária para romper o ciclo da dominação dos coronéis, colocando os jovens da elite industrial, reunidos em torno do Centro Industrial Cearense, o CIC, presidido por Jereissati, no centro do poder político do Estado. O fato pitoresco é que muitos deles (inclusive Tasso) são filhos de antigos caciques do Estado, repetindo a regra da hereditariedade na política nordestina.

A partir daí se instala uma visão de governo baseada no equilíbrio das fi-

CEARÁ: A ILHA DA FANTASIA DO S

nanças públicas, grandes subsídios fiscais para a atração de empreendimentos privados, uma forte estratégia para a atração de investimentos de órgãos multilaterais - Banco Mundial e BID - e um massacrante arrocho salarial do funcionalismo. Essa estrutura investe de maneira inédita na mídia eletrônica e em outras formas de cooptação, como, por exemplo, a implementação pelo atual governo de "conselhos de participação" onde os membros são indicados pelo próprio governo, criando o palco adequado para a legitimação de suas diretrizes. São os coronéis eletrônicos transmitindo a idéia da participação e da modernidade.

O Estado passou a ser visto pela própria sociedade como exemplo de administração austera e honesta. Essa imagem, somada ao fetiche da juventude e força de Tasso e Ciro, consolidaram sua hegemonia não só no Ceará, mas irradiaram a idéia de um "novo modelo" para o restante da região nordeste. O "Programa de Desenvolvimento Sustentável" do segundo governo Tasso é mais uma peça nesse movimento. Baseado em princípios de sustentabilidade social, política e ambiental, este programa é somente um material publicitário importante para a satisfação dos agentes multilaterais de financiamento, que não desejam perceber a longa distância entre o discurso e prática governamental.

AS "FORÇAS DO ATRASO" NO CAMBEBA

Os representantes do coronelismo ou as "forças do atraso", como ficaram conhecidos os antigos coronéis se adequaram, principalmente no interior do Estado, à nova dinâmica de dominação. Hoje os esquemas mais tradicionais e viciados da política cearense se aliam e se confundem com o Cambéba (sede do Palácio do Governo e sinônimo popular do poderio de Tasso). Os investimentos em infra-estrutura e a atração de indústrias são a moeda de



troca que possibilitaram a Tasso ter sob seu poder quase 130 prefeitos dos 186 municípios existentes. Tanta hegemonia obrigou o Cambéba a utilizar, além do PSDB, outras siglas satélites, como o PSD, o PPS, o PTB e em alguns municípios também o PDT, possibilitando as disputas entre elites locais, todas governistas.

Fugindo da fantasia da mídia, a realidade política é outra. A relação com a sociedade é autoritária e falaciosa. Enquanto a TV mostra participação e descentralização, o movimento sindi-

cal é tratado com violência, sendo-lhe dedicado inclusive uma estrutura de espionagem política montada para enfraquecer manifestações populares. Os servidores públicos estaduais, há quase mil dias sem reajuste, até hoje não tiveram seu sindicato reconhecido pelo governo. Os líderes sindicais são explicitamente perseguidos por um esquema que conta com a anuência da maioria do Judiciário. O exemplo mais recente foi a repressão física e política que sofreram os policiais em greve, muitos presos e afastados sem que qual-

CIRO GOMES, O FILHO PRÓDIGO

Na "geração das mudanças" uma figura se notabilizou por sua versatilidade política e capacidade de criar fatos de grande repercussão social: Ciro Ferreira Gomes. Filho de um político tradicional do norte do Ceará, Ciro entra na política pela porta tradicional, herdando o patrimônio eleitoral da família. Jovem militante do PDS, fez movimento estudantil durante o final da ditadura militar, atuando no lado oposto às organizações da esquerda e desde cedo demonstrando sua truculência e arrogância. Apesar de não ser membro da elite industrial cearense sempre teve a confiança desta. Quando eleito Deputado Estadual ocupou a liderança do governo no primeiro mandato de Tasso, saindo para candidatar-se a Prefeito de Fortaleza e depois ser eleito também Governador do Estado entre 1990 e 1994. Identificado com o projeto neoliberal, estava disponível para o mandato tampão no Ministério da Fazenda com o intuito de abafar o "escândalo das parábolicas" provocado pelas declarações do Ministro Ricúpero e dar continuidade ao Plano Real, garantindo assim a vitória de Fernando

Henrique Cardoso na eleição de 1994.

Principalmente durante seu mandato de Governador, Ciro notabilizou-se pela falta de diálogo com os movimentos sociais e pelo arrocho salarial. Reprimiu duramente manifestações populares. Ele mais que ninguém conseguia a proeza de realizar um discurso "moderno" para uma elite ávida por novos quadros e encarnar a figura do político tradicional de pulso forte que iludia a população menos informada. Seus movimentos nunca foram de contraposição a Tasso e ao grupo formado pelos industriais cearenses. Aliás, como ele mesmo já afirmou "Tasso é o melhor do Ceará". Após sua saída do Ministério da Fazenda, fazia e faz questão de afirmar que suas críticas à política econômica do Governo Federal não implicam em nenhum momento num rompimento com Tasso Jereissati. Vale lembrar que Tasso foi um dos principais articuladores da aliança PSDB-PFL. Podemos fazer uma analogia com a figura do filho pródigo. Viaja o Brasil criticando o neoliberalismo do Governo Federal, mas sempre retorna cordato à casa paterna.

Essas contradições nunca foram, infelizmente, observadas por setores da esquerda e do movimento social, que apostavam na equivocada estratégia de construção de uma centro-esquerda no Ceará e no Brasil. Até mesmo setores do PT contribuíram

para que Ciro Gomes se credenciasse no papel que hoje encena, de uma suposta alternativa ao neoliberalismo. Mas as críticas de Ciro a FHC são críticas à condução do neoliberalismo, não ao modelo adotado. Ele é favorável às privatizações, à quebra da estabilidade, ao fim dos monopólios estatais e ao avanço das reformas constitucionais nos moldes que vêm sendo implantadas pela fração burguesa dominante no país.

Agora Ciro filiou-se ao PPS, que não faz oposição ao governo Fernando Henrique - pelo contrário, tem o Ministério da Política Fundiária, encabeçado por Raul Jungmann, dirigente do partido - e que apoia Tasso no Ceará. Será candidato a presidência pelo partido de Roberto Freire. Mas precisará conquistar apoios de outros partidos e setores. Daí porque sua candidatura será até o último momento um pólo de articulações contra a frente de esquerda.

Já amargamos anos de debate entre nós. Mais que nunca é necessário reunir os sujeitos políticos do campo democrático e popular, romper com qualquer comportada ilusão de centro-esquerda no Brasil e lançar a candidatura do PT e da nossa Frente à Presidência da República para derrotar Fernando Henrique. Antes que seja tarde demais.

PSDB

quer canal de negociação fosse aberto. Na Assembléia Legislativa a oposição é massacrada por uma bancada governista subserviente. As tentativas de implantação de CPIs para apurar a corrupção na execução de obras públicas ou os desmandos administrativos no banco estadual foram abortadas vergenhosamente.

No cenário sócio-econômico, o PIB do Ceará cresceu, nesses dez anos acima da média do Nordeste e acima da média nacional. Entretanto a qualidade de vida diminuiu e a concentração de renda aumentou. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) divulgado pelo IPEA/PNUD no Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Brasil é formado por três componentes: longevidade, conhecimento e padrão de vida. *Nele, o Estado do Ceará é o quarto pior colocado do Brasil no IDH, superado apenas pelo Piauí, Alagoas e Paraíba.* Esse índice coloca o Estado no mesmo patamar que países como Lesoto, Camarões e Guiné Bissau.

MODELO PARA A CRIAÇÃO DE POBRES

As prioridades do Governo estão claramente destinadas à elite industrial. Enquanto os incentivos fiscais para a grande indústria só no ano passado ultrapassaram R\$100 milhões, o investimento para a agricultura foi pouco maior a R\$1 milhão de reais, aumentando o número de pobres, que migram para a capital, repetindo a centenária sina do nordestino. Da mesma forma o Estado gastou com publicidade e propaganda em 1996 mais de R\$16 milhões. Os investimentos em obras de infra-estrutura estão direcionados para o turismo de elite, a indústria metal-mecânica e monocultura irrigada. São exemplos destes empreendimentos a construção de um novo porto e de um complexo industrial metal-mecânico que contará com uma siderúrgica do Grupo Vicunha, o mesmo que já detém a CSN e a Vale do Rio Doce; a implantação de um novo aeroporto, a abertura de uma extensa malha viária no litoral

e a construção do açude Castanhão (barragem de mais de 6 bilhões de m³). Todas essas são obras marcadas por indiscutíveis impactos sócio-ambientais, definidas sem a participação da sociedade civil e executadas sem a transparência que movimentos sociais reclamam.

Em função deste modelo de desenvolvimento, o Ceará tem hoje 52% de suas terras degradadas (10% delas já em processo de desertificação), seu rico e belo litoral em avançado processo de destruição e uma população que vai perdendo sua história e identidade cultural. Tamanha intervenção é justificada em nome do "progresso" e da geração de emprego e renda. Mas a incorporação dessas novas tecnologias no processo produtivo e a ausência de uma sólida política de qualificação de mão-de-obra reduzem as possibilidades de emprego para a população das comunidades tradicionais.

O desequilíbrio de renda é um dos maiores do Brasil. O índice de Gini, utilizado para indicar as desigualdades de renda, é no Ceará aproximadamente 0,58% o que representa enorme concentração de renda, sendo superado nacionalmente apenas por Alagoas. A participação dos 40% mais pobres na renda do Estado caiu 20% na última década, não superando em 1995 a casa dos 8%. Atualmente o Estado tem 700 mil habitantes a menos que Pernambuco, porém tem 300 mil pobres a mais que aquele Estado.

O Atlas Regional das Desigualdades (IPEA/97) estima o gasto per capita com educação no Ceará em R\$41,40. O gasto com saúde em R\$23,84, abaixo de Estados tidos como mais pobres, como Piauí, Rio Grande do Norte ou Sergipe.

MISÉRIA NO CAMPO

De acordo ainda com o Relatório sobre Desenvolvimento Humano, o Ceará é o Estado brasileiro com maior disparidade rural-urbano em relação ao abastecimento de água e ao saneamento básico. Também alcança essa colocação em termos de mão-de-obra empregada. Enquanto 8% da mão-de-obra urbana está desempregada, no meio rural esse índice alcança 25%!

Em anos de seca, como é o atual, a situação piora visivelmente, com a ocorrência de saques de alimentos pelos trabalhadores rurais famintos.

Outra marca importante é a elevada concentração fundiária. Os proprietários de imóveis rurais com até 100ha. representam 84,18% do total, mas ocupam apenas 30% do total do Estado. Ao passo que os proprietários de imóveis com mais de 1000 ha. representam 0,65% do total e ocupam quase 20% de área. Além desta forte concentração da propriedade da terra, a inexistência de incentivos para o pequeno agricultor coloca a população rural em situação de total dependência alimentar. Dos 16 produtos básicos produzidos no Ceará, oito não supriram a demanda interna em 1996, obrigando a importação. De todas as metas para o setor que não foram cumpridas, destacamos a distribuição de terras, onde a meta é desapropriar 60 mil ha. entre 1995 e 1998, porém até 1997 foi desapropriada uma única área, representando menos de um por cento do planejado. Mesmo assim, o Estado é o escolhido pelo Governo Federal para implantar o projeto piloto da "reforma agrária solidária", que não é reforma agrária e não atende aos interesses dos trabalhadores rurais.

SINAIS DE EXAUSTÃO

Mas a "ilha da fantasia" - montada com grande aparato publicitário e fortes esquemas de legitimação política - dá sinais de exaustão. Esse movimento gerou figuras importantes para o comando nacional do PSDB, porém não conseguiu renovar seus quadros locais. As seguidas derrotas em Fortaleza para o populismo do PMDB simbolizam uma volta ao tempo dos coronéis, que tinham voto nos grotões, mas eram rejeitados pelo eleitorado da capital. O equilíbrio das finanças públicas, menina dos olhos deste modelo, está em perigo. O grau de endividamento do Estado com credores externos e a forte política de renúncia fiscal esgotaram a possibilidade de investimentos a curto prazo, o que já obriga o Governo a privatizar suas mais rentáveis empresas, como a companhia energética, já em processo de alienação e, possivelmente, a compa-

nhia de água e o banco estadual.

Parcelas importantes da população cearense começam a demonstrar que querem mais que equilíbrio nas finanças ou indústrias que se utilizam somente de trabalho de cooperativas montadas com o objetivo de burlar a legislação trabalhista. O PT no Ceará por muito tempo teve a maioria de sua direção seduzida por essa pseudo-modernidade do PSDB e que chegou a aprovar a aliança com Tasso Jereissati para o Governo nas eleições de 1994. Mas cabe a ele, a partir de uma renovação de sua perspectiva para o Estado, assim como aos demais partidos de esquerda, denunciar as mazelas desse modelo através de uma crítica vigorosa. E é sua tarefa também elaborar alternativas reais para a sociedade que resultem na desprivatização do estado, em distribuição de renda, em investimentos em setores sociais e participação popular, possibilitando que esse pedaço do Nordeste escreva uma outra história que não a das elites, velhas ou "modernas".

JOÃO ALFREDO É DEPUTADO ESTADUAL E LÍDER DA BANCADA DO PT NO CEARÁ E RENATO ROSENO É MILITANTE DO PT DE FORTALEZA.

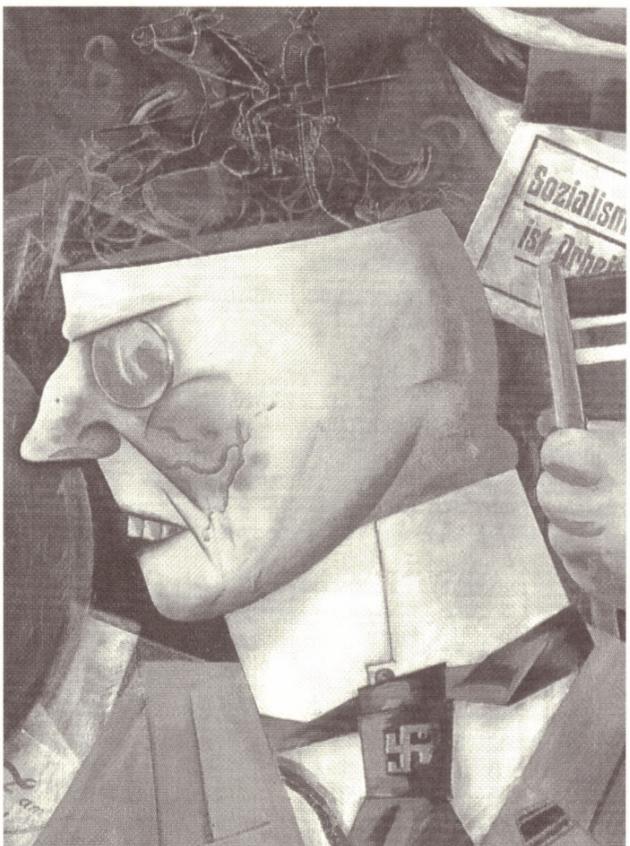
Ciro e o esquema governista

As manchetes dos jornais pareciam apontar, por algum tempo, que **Ciro Gomes** se filiaria ao PSB e não ao PPS. Mas há indícios de que mesmo o moderado partido de Arraes representaria uma ruptura grande demais com o governo FHC para **Ciro Gomes**. Jânio de Freitas divulgou informações importantes sobre o tema em um artigo publicado intitulado *O fundo das desconfianças na Folha de S. Paulo* de 30 de setembro.

Segundo Jânio, Miguel Arraes e Leonel Brizola já suspeitavam que **Ciro Gomes** tivesse "um esquema político articulado, envolvendo até governistas, sem dar disso a menor notícia aos líderes da oposição". E a desconfiância era justificada. Comentava-se que alguns deputados estaduais cearenses acompanhariam **Ciro** caso ele fosse para o PSB (que no Ceará faz oposição à Tasso). Só que os nomes citados eram de deputados do PSDB da estrita confiança do governador Tasso Jereissati (inclusive o próprio líder peessedebista na Assembléia). E era de conhecimento público os frequentes encontros de **Ciro** com Jereissati, "para avaliar o desenrolar de suas negociações com os oposicionistas".

O articulista afirma que "sem meios de descobrir o significado da estranha aliança, envolvendo aliados íntimos de Fernando Henrique Cardoso", Arraes estaria desconfiado e na verdade, manobrando com **Ciro** sem o estimular a filiar-se ao PSB. A filiação de **Ciro** ao PPS, comunicada pela Rede Globo, e a transferência para aquele partido, dos peessedebistas de Tasso Jereissati confirmaram estas suspeitas.

Jânio de Freitas também afirma que "a entrevista de **Ciro Gomes** ao *Jornal do Brasil*, há duas semanas, que teve o destaque de manchete de jornal e repercussão grande no empresariado a que se destinava, foi articulada pelo governador Tasso Jereissati". Fernando Henrique reagiu rapidamente e "o governador providenciou uma entrevista sua já para o dia seguinte, com a reafirmação de sua fidelidade inquestionável, inabalável, incomparável ao presidente-candidato. Mas o esquema à volta de **Ciro Gomes** continuou".



A NECESSÁRIA UNIFICAÇÃO DAS LUTAS

O SALÁRIO CONTINUA SENDO A PRINCIPAL REIVINDICAÇÃO PARA TODOS OS TRABALHADORES, MAS A INTERVENÇÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO TEM BARRADO A CONQUISTA DE REAJUSTES MAIORES.

SILVANA KLEIN

Nos últimos meses de 1997 ocorreram duas campanhas sindicais, uma no terreno político e outra nas negociações salariais que, no entanto, estão correndo paralelas. Encontrar um leito comum para ambas é o principal desafio para o movimento sindical cutista. Entre setembro e novembro ocorre anualmente a maior safra de campanhas salariais. Começou com os bancários, petroleiros, petroquímicos e trabalhadores do correio em setembro e acaba com os metalúrgicos e o restante do ramo químico em novembro. A elas soma-se este ano boa parte do funcionalismo público federal e estadual.

O salário continua sendo a principal reivindicação para todos os trabalhadores, mas mudou radicalmente o contexto em que se fazem as campanhas salariais. Em 1995 o governo impôs um pacote de "desindexação" que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) acatou como um impedimento absoluto para conceder qualquer reajuste baseado em perdas passadas. Desde então mesmo quando alguns TRTs concedem reajustes, todos (sindicalistas, patrões, governo) sabem que se houver recurso, o TST irá suspender tal sentença e a categoria ficará com "reajuste zero".

A Justiça do Trabalho tem concedido aumentos por "produtividade" com índices que têm por características comuns tanto sua origem enigmática como seus patamares ínfimos (em torno de 2-3%). O desemprego tem atingido de cheio as categorias da indústria e os bancários que estão em campanha. As demissões vêm acontecendo em conjunturas de retração da atividade econômica ou nas de recuperação, avançadas pela introdução de novas tecnologias e sobretudo por modificações na organização empresarial (que provocam tanto desemprego como precarização do emprego).

PESO DA QUESTÃO SALARIAL

Esses novos dados "institucionais" (MP da "desindexação", TST) e econômicos (aumento do desemprego) complicam a reivindicação salarial. Mas contrariamente ao discurso oficial, a



SEBASTIÃO SALGADO

os segmentos da categoria. Esses dados adversos do novo cenário das negociações coletivas e as dificuldades do movimento sindical em formular uma nova estratégia de luta apontam para mobilizações que ainda devem ser fragmentadas e dispersas.

A AGENDA POLÍTICA

Mas há uma agenda política do movimento sindical que oferece uma perspectiva unificadora. Está em pauta a votação da reforma da previdência e de outros temas de interesse dos trabalhadores no Congresso Nacional, assim como se mantém viva e

cada vez mais candente a luta pela reforma agrária. São dois eixos que têm promovido mobilizações "fora dos locais de trabalho", aos quais pode somar-se o desemprego.

Buscando sintonizar-se com este segundo movimento na conjuntura a Executiva Nacional da CUT deliberou por deflagrar esforços de mobilização unificados nos Estados, que já começaram a ser construídos através de plenárias das CUTs estaduais e juntando esforços com outros movimentos aliados (MST, CMP, setores progressistas da Igreja Católica).

O desenlace lógico desses esforços, se bem sucedidos, seria uma greve geral nacional. Mas não há ainda uma deliberação nesse sentido. Teremos então dois processos de lutas correndo paralelamente. Na possibilidade de sua articulação reside a chance de termos um novo patamar de luta política e sindical na atual conjuntura.

questão salarial não saiu de cena - apenas está reprimida. Evidência disso é que tem crescido a prática de conceder abonos (mesmo que sob a forma de "participação nos lucros/resultados") como um "cala-boca" que as empresas aplicam sobre os trabalhadores que estão em desespero.

No setor público essa evidência vem da própria ação do governo federal que recentemente concedeu reajustes salariais (mascarados de "gratificações") de 62% até 201% para os altos cargos da administração pública (menos de 1% do funcionalismo), enquanto que para o restante continua a política de "reajuste zero" em vigor há três anos. Tal fato legitima e pode impulsionar a luta dos servidores para acabar com o congelamento dos salários. O ataque aos salários através da desindexação vem se traduzindo em um aumento da desigualdade da distribuição de rendas.

Do ponto de vista da tática sindical, outro aspecto que deve ser considerado é que como os índices salariais reivindicados (ou que podem ser arrancados) são relativamente baixos, é difícil sustentar greves longas já que o desconto dos salários pelos dias parados acabaria devorando possíveis ganhos, pelo menos nos meses seguintes a essa mobilização. Tal "cálculo" se constitui, evidentemente, em um forte desafio para o movimento sindical que precisa analisar as experiências internacionais e nacionais que apontam saídas para tal dilema. Por último, se para as negociações por categorias a perspectiva é de "reajuste zero", as empresas de ponta, individualmente (com ou sem negociação), fazem concessões diferenciadas - dificultando a solidariedade entre

MENTIRAS E PRIVATIZAÇÕES

S atual governador do Rio Grande do Sul, Antonio Britto, escreveu e assinou, no *Jornal Zero Hora*, de 9 de outubro de 1986, uma matéria na qual lê-se textualmente, dentre outras afirmações eleitoreiras e mentirosas: "vender a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) é impossível, desnecessário e criminoso".

Depois, às vésperas das eleições para governador, em 1994, Britto, enviou uma carta, assinada de próprio punho, para cada integrante da categoria telefônica, na qual afirmou enfaticamente que a Frente Popular andaria dizendo que ele iria privatizar a CRT e que isto se constituía numa grande mentira.

Mas, tão logo se tornou inquilino do Palácio Piratini iniciou os encaminhamentos para a venda das estatais, se antecipando, no caso da CRT, aos planos do próprio governo FHC. Para tanto, resgatou os encaminhamentos fraudulentos, realizados pela diretoria da Empresa durante o governo de Pedro Simon de 1986 a 1990.

VENDA DA CRT

Agora, Britto já vendeu 35% das ações



SILVANA KLEIN É MEMBRO DA EXECUTIVA NACIONAL DA CUT

extraordinária da Assembléia Legislativa (ALRS), o líder do governo, deputado Paulo Odone, do PMDB, encaminha um requerimento de preferência para a venda total da empresa.

PROTESTO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Dois dias antes, o terreno destinado à construção da fábrica da GM, em Gravataí, havia sido ocupado pelo MST e pela CUT/RS e ocorria um jejum no saguão da ALRS, por conta de pequenos agricultores ligados à CUT, reivindicando crédito e seguro agrícolas. Estas ações faziam parte da preparação do 25 de julho no estado que veio a reunir mais de sete mil pessoas. Além disso, os policiais civis e militares estavam em confronto aberto, no Rio Grande do Sul e em vários outros estados.

Na tarde de 23 de julho, as galerias da Assembléia estavam tomadas por mais de trezentas lideranças que não escondiam sua indignação. O clima era tenso. Os discursos inflamados. Quando a mesa colocou em votação o requerimento mencionado, foi impossível conter os ânimos e o plenário, destinado aos deputados, foi ocupado, aos som dos hinos do Estado e do País, numa legítima ação de cidadania, para restabelecer a democracia que estava sendo atropelada, por conta da vergonhosa submissão do Legislativo ao Executivo.

No dia seguinte, às nove horas, por iniciativa dos próprios ocupantes, o plenário

A CUT CONSTRUÍDA DESDE A ESQUERDA

A CUT vive uma profunda crise, mas também um processo de renovação política que parte de vários Estados e pode se espalhar pelo conjunto do movimento sindical combativo. Nossos três entrevistados são parte desse fenômeno de renovação em três postos chave: as CUTs Estaduais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará. Recém-eleitos às presidências dessas instâncias, são militantes da Alternativa Sindical Socialista, a segunda corrente cutista a nível nacional.

“Cabe à CUT, estado por estado, cimentar o Estado Maior do movimento popular - CUT, CMP, MST, partidos, UNE, UBES, etc. - nas tarefas que, bem sucedidas, acumulem para uma greve geral política no país”, avalia Alcebíades Teixeira, o Bid, presidente da CUT do Rio de Janeiro.

“Após dois anos de ofensiva do governo FHC sobre o sindicalismo combativo, incluindo o grande ataque sobre a greve nacional de Petroleiros, em 1995, a população dá sinais de impaciência frente à dívida social no país”, diz Bid. Para ele, o governo está perdendo agilidade em suas reformas neoliberais. A junção de uma menor agilidade por parte do governo com os sinais de impaciência da população, geraria as condições necessárias para uma reação dos setores organizados da sociedade.

Chico Vicente, o novo presidente da CUT Rio Grande do Sul, agrega, além disso, que a CUT deve, no próximo período, tomar o rumo da luta, da organização da classe trabalhadora e da formação política da classe. Para ele, esta ação deve visar a construção de um poderoso movimento que altere radicalmente a correlação de forças na sociedade, em favor da democracia e das propostas socialistas.

“A tarefa política da CUT hoje é intensificar os níveis de resistência e com-



bate ao projeto neoliberal, através de lutas e ações unitárias, massivas e bem planejadas, com um corte de classe bem definido”.

Eudes Xavier, da CUT Ceará, acredita que é tarefa da Central “resgatar seu horizonte anticapitalista e socialista. A maior vitória dos neoliberais tem sido no campo ideológico, com o mito do pensamento único e a idéia de que não há alternativas fora dos marcos da economia de mercado”, afirma. Para o presidente da CUT Ceará, a Central deve ser capaz de disputar com as elites outro projeto de sociedade, de Estado. Os rumos da CUT dependem, diz Eudes, da capacidade que seus dirigentes terão de reverter a atual burocratização e a prática monolítica presente em parte dos sindicatos cutistas. Mas não só isso. “Dependem da capacidade da esquerda cutista em coesionar em torno de si uma nova maioria com capacidade de dirigir o movimento”, conclui.

UM CONGRESSO SEM POLÍTICA

Solicitado a analisar o 6º Congresso Nacional da CUT, Chico Vicente afirma: “OVI Concut desprezou a energia, o histórico acúmulo político da CUT, ao não prever debates amplos envolvendo o conjunto dos delegados”. O Congresso não armou a Central para enfrentar a conjuntura. E vai adiante. “Este método vai sufocar e matar a CUT. Precisamos reagir e dar vazão à energia revolucionária que ainda teima em a-florar nas instâncias e nas lideranças de base da Central, para potencializar a construção de uma alternativa ativa de

direção para o movimento sindical”.

Para Bid, “este foi o Congresso que menos discutiu política em plenário. Onde já se viu nada se discutir sobre a nova estrutura sindical cutista e quase nada sobre as políticas permanentes para a CUT”.

“Nem mesmo o debate sobre sindicato orgânico, tema polêmico que gerou acirrados debates em vários Ccuts, aconteceu”, reclama Eudes, para quem o único ponto positivo foi o plano de lutas que aponta para a construção da greve geral.

“Mesmo assim e apesar de nenhuma resolução de política nacional caminhar no sentido de realinhar a atuação da CUT frente ao seu rebaixamento ideológico face ao projeto neoliberal, a fórmula ‘chega de FHC’, mais a declaração de guerra ao governo FHC só podem tornar-se realidade se, nos estados, nos apoiarmos nas mobilizações que tendem a crescer. A combinação destes elementos pode dar um empurrão na executiva da CUT”, aposta Bid.

CUT ESTADUAL DO CEARÁ

Para Eudes Xavier dos comerciários: “o Ceará foi o primeiro estado governado pelo PSDB. Tasso Jeressiati e Ciro Gomes administram ao longo desses anos uma espécie de vitrine para o PSDB em nível nacional. Costumamos dizer que o Ceará é o laboratório do neoliberalismo em nosso país.

Cabe a nós desmistificar a propaganda maciça de que o Ceará é uma ilha de prosperidade em meio à miséria ge-

AS CUTS ESTADUAIS DIRIGIDAS PELA ALTERNATIVA SINDICAL SOCIALISTA BUSCAM SER REFERÊNCIAS DE RENOVAÇÃO POLÍTICA E COMBATIVIDADE NA CENTRAL

CLAUDIA SANTIAGO

ral que assola nosso país.

Os sucessivos governos do PSDB vêm implementando uma política que concentra renda e privilegia as elites. A agricultura está abandonada. Isto contribui com o aumento do desemprego no Estado, mesmo com a instalação de indústrias. Mas essas indústrias buscam o Ceará em função das facilidades fiscais, do baixo preço da mão-de-obra e da fraude trabalhista.

Nestes três próximos anos, vamos combater este governo e as elites que ele representa”.

CUT ESTADUAL DO RIO

“A CUT/RJ tem um peso importante”, afirma Bid, do sindicato dos professores. O governo Marcelo Alencar tem sido pródigo em partir na frente, com orgulho, apresentando-se como o mais afinado com Brasília.

A CUT/RJ está muito atrasada em construir um movimento opositor ao governo estadual. Nos próximos três anos, a CUT em nosso estado tem que se consolidar como a liderança de um bloco político e social em oposição à aplicação do receituário neoliberal, assim como estreitar os laços com movimentos sociais bastante radicalizados e que ultrapassam os limites do sindicalismo em senso estrito.”

CUT RIO GRANDE DO SUL

“No Rio Grande do Sul, no VIII Ccut, venceu uma proposta de combater os métodos antidemocráticos e aparelhistas da Articulação Sindical”, destaca Francisco Vicente, dos metroviários. Aqui, as CUTs regionais existem e organizam a base sindical cutista para as lutas. O enfrentamento com o governo neoliberal de Britto é feroz e marcante. A democracia interna existe na CUT RS. O povo do Rio Grande do Sul tem uma experiência secular de lutas. No próximo período, vamos acumular mais na construção de novas relações entre os seres humanos que sejam marcadas pela justiça, pela dignidade, pela democracia e pelo socialismo.”

CLAUDIA SANTIAGO É JORNALISTA.

foi desocupado para que pudéssemos, pelo menos, ser testemunhas do crime anunciado. Mas, a sessão foi transferida para o Plenarinho e em sessão secreta, foi votada a permissão para a venda total da CRT. Consumado este crime, Britto parte para o próximo. Para 21 de outubro está anunciada a venda da Companhia de Energia Elétrica e sendo preparada a venda da Companhia de Abastecimento, a CORSAN.

MANDADO E REFERENDO

Como estratégia da privatização das telecomunicações, temos também o fraudulento tarifaço de 270% aplicado sobre os serviços e as tarifas telefônicas. A CUT/RS, junto com outras entidades, impetrou um mandado de segurança coletivo, no STJ, para anular os atos do Ministro Sérgio Motta e reverter este aumento abusivo.

A legislação gaúcha prevê a possibilidade de referendo popular a partir do recolhimento da assinatura de 1% dos votantes na última eleição.

Esta deve ser a prioridade de todos os que lutam contra a destruição criminosa do patrimônio público nacional. Se conseguirmos impor uma derrota desta magnitude ao projeto neoliberal, no Rio Grande do Sul, com certeza, criamos condições para fortalecer a luta contra as privatizações em nível nacional.

Francisco Vicente, presidente da CUT-RS.

ROSA MARQUES
MOSTRA QUE OS
SISTEMAS DE PROTEÇÃO
SOCIAL TÊM RESISTIDO
AOS ATAQUES
NEOLIBERAIS, GRAÇAS
AO APOIO POPULAR
QUE CONTINUAM
MANTENDO.

JOÃO MACHADO

Rosa Maria Marques: *A Proteção Social e o Mundo do Trabalho*. SP, 1997, Bional, 192 pp.

Em seu livro, originado de uma tese de doutorado defendida na Fundação Getúlio Vargas (SP), Rosa Marques, professora do departamento de Economia da PUC-SP e técnica do IESP-FUNDAP, discute os desafios postos aos sistemas de proteção social desde os anos 80, quando a orientação neoliberal começou a predominar na con-

A PROTEÇÃO SOCIAL E O MUNDO DO TRABALHO

dista, dominante nos países capitalistas centrais da 2ª Guerra Mundial até o início dos anos 70, por outro não é menos certo que eles são “resultado de um longo processo de construção”, “a partir da pressão exercida pelos trabalhadores por melhores condições de vida”; e que (em parte) “devem ser vistos como conquistas dos trabalhadores e dos movimentos sociais” (p. 46).

O segundo capítulo, “As Mudanças do Mundo do Trabalho e a Proteção Social”, analisa a crise do regime fordista de acumulação a partir do início dos anos 70. Rosa Marques reconhece que, como tem sido muito enfatizado,

segurados, os sindicatos, amplos setores da população” — p. 84) o defendem com vigor.

A RENDA MÍNIMA É UMA ALTERNATIVA?

O terceiro capítulo, “A Nova Questão Social e os Sistemas de Proteção”, examina propostas de mudança radical nos sistemas de proteção social — especialmente a de substituição dos mecanismos de proteção existentes por uma “renda mínima garantida”.

Na verdade, Rosa Marques avalia aqui algumas das vertentes da defesa da renda mínima garantida — as que Chantal Euzéby (no livro *Le Revenu Minimum Garanti*, Paris, 1991, La Découverte) chama de “renda mínima substitutiva”, isto é, as que propõem a renda mínima no lugar dos mecanismos de proteção social existentes. O argumento básico a favor desta substituição é que a tendência atual da economia, de reduzir o emprego, continuará no futuro, e que portanto é necessário definir um eixo para os mecanismos de proteção social que independa dos direitos adquiridos a partir do trabalho assalariado. Rosa Marques discorda tanto deste argumento quanto das vantagens que a renda mínima garantida teria. Com relação ao futuro da economia, a autora assinala que:

“A meu ver, não há nenhuma inevitabilidade no tocante ao mundo do trabalho. Em primeiro lugar, não fica descartada a hipótese de que a um novo ciclo de expansão capitalista esteja associada a geração de empregos, em quantidade maior do que a redução provocada pelas novas tecnologias. Em segundo lugar, a história do capitalismo demonstrou que os ganhos de produtividade são objeto de disputa entre os trabalhadores e o capital. Dessa forma, não fica descartada a possibilidade do uso da antiga bandeira de (...) redução da jornada de trabalho. Não há razão para se considerar que a produtividade deva ser apropriada única e exclusivamente pelo capitalista” (p. 191).

Com relação às supostas vantagens da renda mínima garantida, Rosa Marques discorda de que ela teria um impacto positivo sobre o mercado de trabalho (ao contrário, ao facilitar a “flexibilização” do trabalho, teria um impacto negativo para os trabalhadores); avalia que ela seria ruim para a coesão social; considera que a realização de um trabalho remunerado continuará a ter um papel insubstituível na integração social dos cidadãos.

SEGURIDADE NO BRASIL

Finalmente, o quarto capítulo, “A Proteção Social e a Renda Mínima Ga-

rantida no Brasil” examina a formação do sistema de Seguridade Social no Brasil, suas dificuldades atuais, e avalia a evolução da proposta de renda mínima garantida em nosso país. Confirma a capacidade de resistência que o sistema de proteção social vem demonstrando. A maior prova disto é que a proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo, apesar de seus defeitos, não inclui as principais medidas tipicamente liberais.

Com relação à renda mínima garantida, a autora observa que tanto a proposta do Senador Eduardo Suplicy, quanto as experiências de alguns municípios e no Distrito Federal, diferem das alternativas criticadas por ela no capítulo anterior:

“(...) a proposta de Suplicy e os programas já existentes são de natureza assistencial, não pressupondo, tal como em várias das sugestões defendidas na literatura especializada, o desmonte do sistema de proteção social” (p. 187). Usando a terminologia de Chantal Euzéby, são propostas de “renda mínima complementar”. Desta forma, embora sejam consideradas limitadas pela autora, são vistas como positivas:

“Num país onde os governos primam por colocar em segundo plano o crescimento do emprego e a desconcentração de renda, iniciativas deste tipo atenuam a desigualdade social e garantem um certo nível de sobrevivência, enquanto outras alternativas mais efetivas não são postas em prática” (p. 187).

PELA REDUÇÃO DA JORNADA

Em conclusão, o livro de Rosa Marques discute várias questões decisivas para os trabalhadores e as camadas populares, e defende com argumentos convincentes duas teses fundamentais:

1) Que os sistemas de proteção social, ainda que funcionais durante um certo período para a acumulação de capital, foram em grande parte fruto das lutas dos trabalhadores, devem ser vistos como conquistas, e defendidos como tais;

2) Que o pensamento progressista não pode se curvar à inevitabilidade da extensão do desemprego, o que significaria aceitar que os ganhos do progresso técnico sejam apropriados exclusivamente pelos capitalistas (já que tampouco os salários subiriam nesta hipótese). Pelo contrário, é necessário lutar para que o progresso técnico beneficie os trabalhadores, o que se traduz agora sobretudo pela bandeira da redução da jornada de trabalho. Além de ganhar com a diminuição do desgaste de sua força de trabalho e com a extensão do tempo livre, os trabalhadores conseguiriam desta forma reduzir o desemprego e dar a todos a oportunidade de integração social através de um trabalho remunerado.

Já com relação às propostas de renda mínima garantida, Rosa Marques convence ao argumentar que seria um sério equívoco defendê-las hoje como alternativas substitutivas aos mecanismos existentes de proteção social a partir de direitos adquiridos pelo trabalho. Contudo, a discussão da renda mínima não se restringe a estas modalidades. Desta forma, o livro cobre apenas parcialmente este debate.

JOÃO MACHADO É ECONOMISTA E MEMBRO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT.



SEBASTIÃO SALGADO

dução da política econômica dos países capitalistas. Desde então, passou a ser comum o questionamento da viabilidade dos sistemas de proteção social e, de sua adequação às novas realidades econômicas de um mundo “globalizado”.

O tema central do livro é o da importância dos sistemas de proteção social, e o da conveniência (ou não) de defender hoje uma mudança radical deles. Este tema é desenvolvido em quatro capítulos, além de uma introdução e da conclusão.

CONSTRUÇÃO E CRISE DA SEGURIDADE

O primeiro capítulo, “A Construção da Proteção Social na Sociedade Salarial”, analisa a montagem destes sistemas — que, em conjunto, formam o chamado *Estado de Bem-Estar*, “*Welfare State*”. Comentando as várias teorias que se propõem a explicá-la, Rosa Marques destaca que, se por um lado é verdade que estes sistemas tiveram um papel funcional na consolidação do assalariamento e em particular na constituição do padrão de acumulação for-

os sistemas de proteção social de vários países vêm atravessando uma crise financeira (conseqüência não apenas do seu amadurecimento — que leva à redução do número dos trabalhadores ativos em relação aos inativos — e do aumento dos gastos de saúde, mas também da redução do crescimento econômico, do aumento da informalização do trabalho e do desemprego, que reduzem as contribuições sociais). Além disso, também é verdade que os problemas do desemprego de longa duração e da dificuldade de reinserção no mercado de trabalho revelam limitações de mecanismos de proteção concebidos como temporários, e dão à sua crise um componente não apenas financeiro. Mas a autora destaca que, ao contrário do que se poderia imaginar, em geral “os sistemas ainda continuam a se organizar e a conceder benefícios tal como definido no auge da acumulação fordista” (p. 85).

Ou seja: embora, como tendência, estejamos assistindo ao questionamento radical do *Estado de Bem-Estar*, ele tem resistido, especialmente nos países capitalistas centrais, porque muitos (“os

A AGRICULTURA DEVASTADA

Redução da área plantada, estagnação da produção, aumento da importação de produtos agrícolas e adoção das regras de mercado para a Reforma Agrária são o saldo do avanço neoliberal na agricultura.

Não por acaso que um produto agroindustrial foi escolhido para ser o garoto propaganda do Real. Do ponto de vista estético, é no mínimo estranho transformar um frango pronto para ir para a panela em símbolo da estabilização econômica. Sob o prisma do *marketing*, porém, nada mais direto e eficaz. A associação produzida não poderia ser mais simples: com a estabilização econômica o povo está comendo mais. E agora, transformaram o iogurte em ator coadjuvante do Plano Real.

O governo tenta disseminar é que o Real é sinônimo de fartura, de despensa e celeiro cheios. Os componentes da propaganda são reforçados por anúncios oficiais exultantes: safras espetaculares e investimentos records. Os marketeiros do Planalto só esqueceram de um detalhe: a realidade.

QUEDA NO CONSUMO DE ALIMENTOS

Longe do ufanismo da propaganda enganosa, o que se constata é justamente o oposto do que é bombardeado pela mídia. Parece heresia afirmar isso, mas a verdade é que o processo de estabilização repercutiu de maneira negativa no consumo alimentar de parcela significativa da população. As estatísticas mostram que, desde o início do Plano Real, vem ocorrendo queda acentuada no consumo dos dois principais produtos da mesa dos brasileiros, o feijão e o arroz. Apesar do Brasil ser o maior importador de arroz do mundo, o consumo interno do alimento caiu. Em 1993, conforme dados da CONAB, o consumo per capita era de 75,5 quilos por ano. Em 1997, as estimativas apontam para 73,1 quilos por ano. O mesmo aconteceu com o feijão. Em 1995, um brasileiro comia em média 21,2 quilos de feijão por ano. Em 1997, o consumo deverá ficar em 20,3 quilos.

Além de agravar a precária política de segurança alimentar no Brasil, o Plano Real provocou uma crise sem precedentes na agricultura brasileira. Ao cumprir o papel de âncora da estabilização, o setor agrícola, especialmente o formado pelos agricultores familiares, está arcando com os custos da política econômica do governo federal. A quebra ou forte redução das tarifas sobre as importações agrícolas criaram um cenário completamente desfavorável para a agricultura nacional. Os preços do mercado doméstico foram aviltados em face da concorrência desleal, representada pela presença cada vez maior no País de produtos importados com subsídios na origem. A despeito da clara evidência da prática de *dumping* pelos países desenvolvidos, o governo brasileiro tem sistematicamente rejeitado qualquer forma de compensação para a concorrência predatória.

ESTAGNAÇÃO NO CAMPO

As consequências do plano de estabilização na agricultura não pode-

riam ser mais nefastas. Consolida-se no Brasil um quadro de estagnação dos níveis de produção, queda da produção per capita, aumento do desemprego no campo e de exclusão no acesso às políticas públicas.

Durante o Plano Real, 4,1 milhões de hectares deixaram de ser plantados. Considerando que para cada 15 hectares cultivados com grãos um emprego direto e dois indiretos (na agroindústria e no setor de serviços) são gerados, o Brasil eliminou 850 mil postos de trabalho no campo em pouco mais de dois anos. Segundo o ex-secretário de Política Agrícola, Guilherme Dias, nada menos do que 400 mil pequenas propriedades rurais foram extintas neste período.

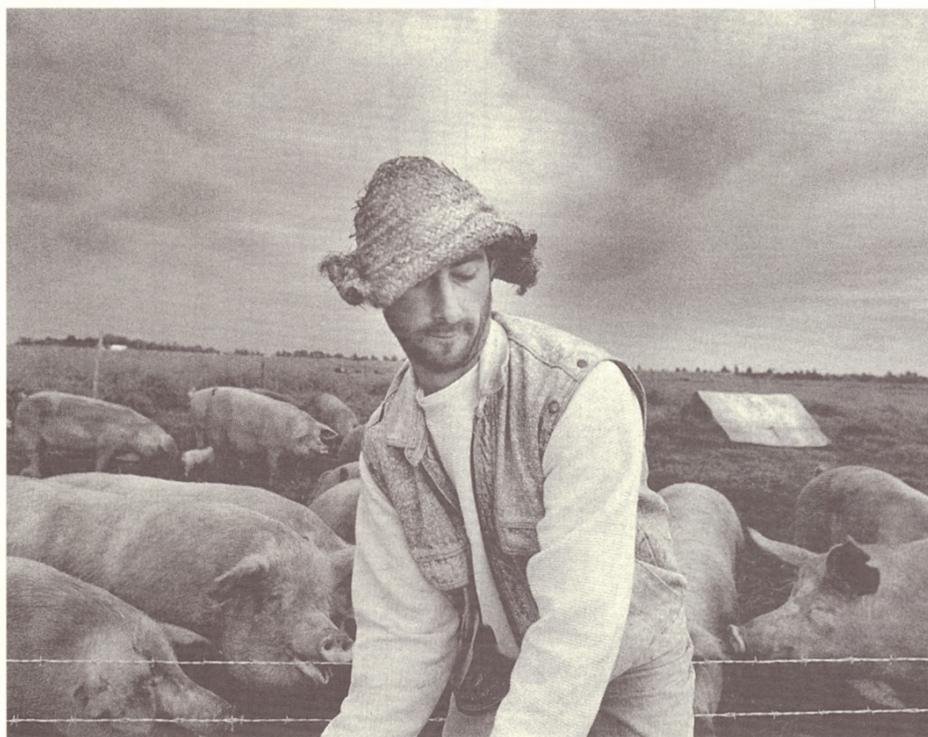
A queda da produção per capita e a estagnação da produção absoluta são os principais sinalizadores do processo de perda de renda da agricultura brasileira, notadamente dos agricultores familiares. A queda dos preços agrícolas, em função da concorrência desleal dos produtos estrangeiros, aponta para a descapitalização inédita do setor. Enquanto a inflação no Real foi de 62%, os preços dos produtos agrícolas no atacado cresceram em torno de 28% apenas.

Ao mesmo tempo, o setor agroexportador é agraciado com benefícios de toda a ordem. A desestatização dos instrumentos de política agrícola, promovida pelo governo FHC, atinge só a base da pirâmide. O topo, ocupado pelos grandes produtores, continua abocanhando a maior parte dos recursos disponíveis, reforçando o caráter privatizante do modelo agrícola brasileiro.

Tentando evitar a explosão do déficit na balança comercial, o governo não mede esforços para incentivar a exportação, mesmo que isso signifique a renúncia fiscal. A principal e mais nefasta medida neste sentido é a Lei Kandir, que desobriga o pagamento de ICMS sobre produtos básicos e semi-elaborados. Com isso, o setor agroexportador obteve ganhos de 13% para os produtos primários e 6% para os semi-elaborados. No entanto, quem vai pagar a conta são os estados e municípios que, segundo estimativas do próprio governo, deixarão de arrecadar só neste ano 3,6 bilhões de reais.

Para os agricultores familiares, a estratégia do governo se restringe à implantação de políticas compensatórias. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, conquistado a partir das mobilizações do Grito da Terra Brasil, deveria ser um instrumento para alavancar o desenvolvimento da pequena produção rural. No entanto, ao colocá-lo sob a tutela do Comunidade Solidária, o governo oficializou a exclusão da agricultura familiar das políticas setoriais.

O Pró-Rural 2000, programa desenvolvido pelo governo do Rio Grande do Sul, também se enquadra nessa estratégia geral. O Pró-Rural, que também conta com verbas do BM, elenca entre seus objetivos principais o alívio à pobreza. Concedido para ser implantado em seis anos e beneficiar 132 mil famílias gaúchas, ele deverá destinar a cada uma delas a inacreditável quantia de 263 dólares por ano. Esse valor dispensa qualquer outro comentário sobre os limites das políticas compensatórias.



SEBASTIÃO MACEDO

Paralelamente, crescem as importações dos produtos primários. Em 1995, elas foram 118% maiores que em 1993. A causa disso não é o aumento do consumo interno, mas a necessidade de manter os preços agrícolas em patamares menores do que a inflação.

Em relação às reivindicações dos agricultores familiares, a postura do governo tem sido de completa inflexibilidade. As reivindicações históricas, como subsídios e garantia de preços mínimo, definitivamente estão fora da agenda neoliberal.

REFORMA AGRÁRIA DE FACHADA

O cenário nacional, completamente adverso aos pequenos produtores, torna as escassas iniciativas do governo federal na área da Reforma Agrária inócuas e enganosas. Além disso, as tímidas metas do governo FHC estão sendo atropeladas pelo êxodo rural contínuo. O número de pessoas que migraram do campo para a cidade, entre 1991 e 1996, é 35% maior do que a meta de assentamentos agrários de FHC. Segundo dados preliminares do censo do IBGE de 1996, 1,8 milhão de pessoas migraram para a zona urbana, o que corresponde a 350 mil famílias.

Indiferente aos números, FHC vacila no cumprimento da meta de assentamento de 280 mil famílias sem-terra nos quatro anos de seu mandato. Dos 2,6 bilhões de reais previstos pelo orçamento federal para este ano, um bilhão está comprometido com indenizações de proprietários rurais que tiveram áreas desapropriadas nas décadas de 70 e 80. Além disso, 30% dos recursos são para a manutenção da máquina administrativa. O que resta para investir em assentamentos agrários é irrisório frente à meta do governo que prevê assentar 80 mil famílias em 1997.

A Reforma Agrária não tem importância econômica para o projeto neoliberal em curso. Por conta disso, o governo quer substituir as desapropriações por um instrumento de mercado: a cédula da terra. Trata-se de uma espécie de carta de crédito, inserindo a Reforma Agrária no universo da livre

O BRASILEIRO ESTÁ SE ALIMENTANDO PIOR: CAIU O CONSUMO DE ARROZ E FEIJÃO. A POLÍTICA DE FHC JÁ ELIMINOU 850 MIL POSTOS DE TRABALHO NO CAMPO. E O GOVERNO SÓ ESTÁ APOIANDO O SETOR AGRO-EXPORTADOR.

ELVINO BOHN GASS

negociação. Assim, ela passará a ser comandada diretamente pelos proprietários, pois não dependerá mais do poder do Estado de desapropriar imóveis que não cumpram a função social da propriedade privada da terra.

A intenção do governo, no entanto, não se resume em adequar a Reforma Agrária às regras de mercado. Ela faz parte de uma ofensiva contra o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Ao adotar a cédula da terra, instrumento individual para a aquisição de uma área, FHC pretende quebrar a espinha dorsal do MST. Somam-se a isso as inúmeras tentativas de criminalizar o movimento, como no caso da condenação de José Rainha Júnior, no seu primeiro julgamento. A mudança da estrutura fundiária brasileira e a inclusão dos milhares de agricultores familiares ao mercado passam ao largo das prioridades do neoliberalismo.

A Reforma Agrária e a pequena propriedade rural integram as áreas para as quais o que está destinado é um discurso marqueteiro enganoso, cuja finalidade é encobrir a verdadeira operação de terra arrasada que o Plano Real está promovendo na agricultura brasileira, principalmente nos setores voltados ao abastecimento interno.

ELVINO BOHN GASS É DEPUTADO ESTADUAL E SECRETÁRIO AGRÁRIO DO PT/RS.

EZLN: UMA FORÇA POLÍTICA DE “NOVO TIPO”

O ZAPATISMO REALIZA SEU PRIMEIRO CONGRESSO EM PLENA CIDADE DO MÉXICO, NUM MOMENTO EM QUE A VITÓRIA DE CÁRDENAS MOSTRA A PROFUNDA CRISE DO DOMÍNIO DO PRI.

ANTONIO MARTINS



Foi um acontecimento histórico. No exato instante que se fala no pretense “fim da esquerda”, 1.111 guerrilheiros zapatistas chegaram no dia 12 de setembro, uma sexta-feira, à Cidade

do México, a mais populosa (e poluída) do planeta. Durante uma semana, vestiram lá os gorros que simbolizam sua luta, armas nas mãos, contra o neoliberalismo e pela autonomia das comunidades indígenas. Zombaram de estatísticas que enxergariam um crescimento econômico de 8% ao ano em 1997. Preferiram falar ao povo, e foram ouvidos. No mesmo dia em que chegaram à capital mexicana, cerca de 100 mil mexicanos juntaram-se a eles, numa grande manifestação diante do palácio do governo. Um pouco mais tarde, diversas correntes progressistas do país e formaram a Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN), uma força política que rompe com diversas tradições da esquerda.

PAÍS EM CRISE

Três anos depois do ingresso do México no Tratado de Livre Comércio da América do Norte, o país vive um novo transe. Depois de um período de aparente sucesso, o “plano de estabilização” sucumbiu desde 1995. Os salários reais caíram 40%, o desemprego e o subemprego atingem 30% dos trabalhadores. A queda do peso mexicano, que perdeu 60% de seu valor na crise cambial de 1995 e jamais se recuperou, reduz o preço de uma refeição para duas pessoas, num bom restaurante do centro histórico da Cidade do México, a cerca de dez dólares. Crianças de rua, quase todas índias, circulam livremente entre as mesas, oferecendo chicletes. O empresário Rubén Barrios, fundador da respeitada Associação Nacional da Indústria de Transformação, chama atenção para o bracinho muito delgado de uma menina. E afirma: “Aí está a prova dolorosa de que as estatísticas otimistas não passam de mentiras”.

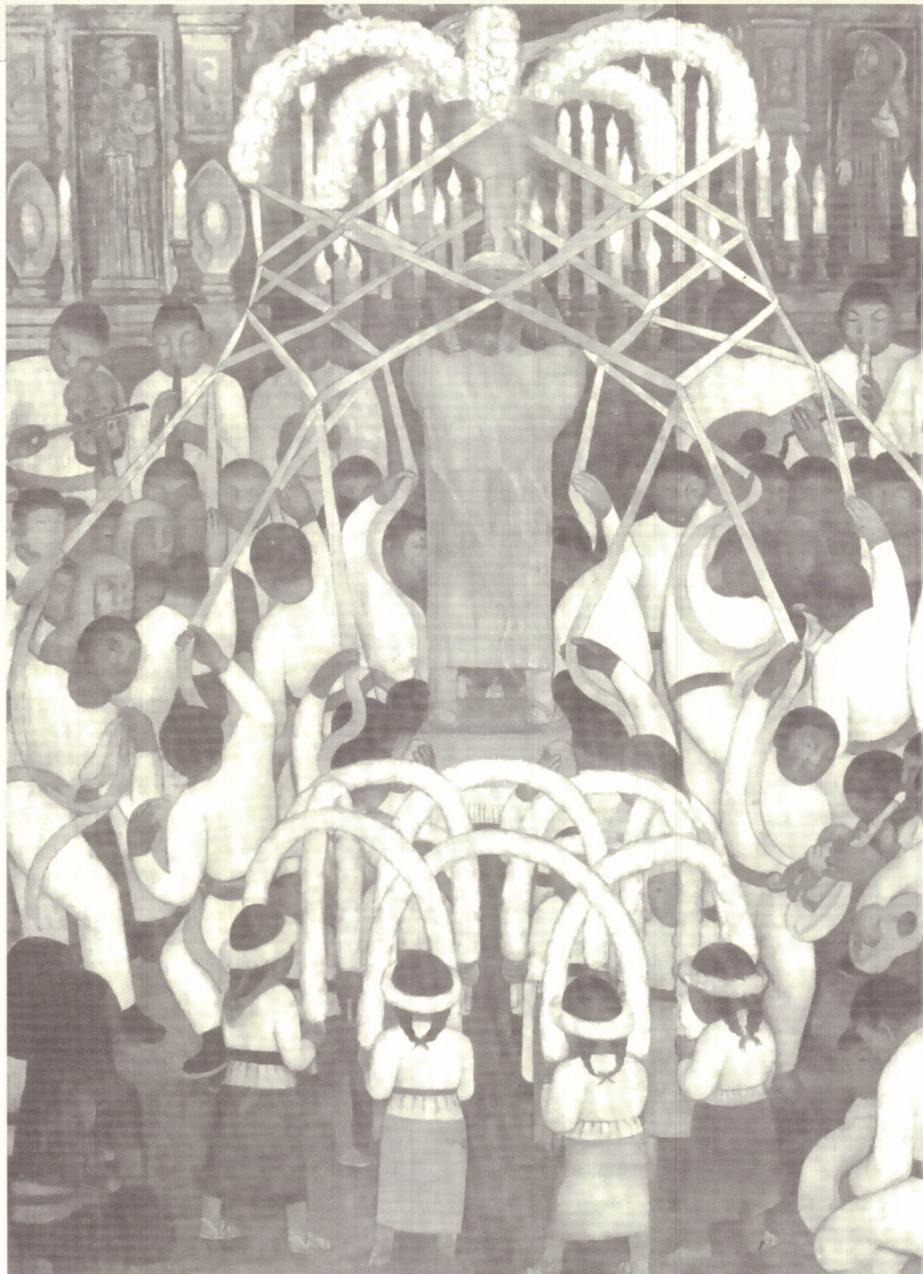
Nos últimos meses, o governo me-

xicano tem procurado recuperar sua imagem interna e externa agitando um leque de dados macroeconômicos. Estima-se que, depois de dois anos de recessão, a economia vai crescer pelo menos 6%, em 1997.

Rubén Barrios procura explicar o paradoxo entre as cifras gordas e os corpos magros. “Com a retomada do crescimento”, diz ele, “veio também a polarização do dinheiro”. Um grupo de 200 empresas - fundamentalmente “maquiladoras” instaladas na fronteira com os EUA, onde não há organização sindical - aproveitou-se da queda dos salários e preços internos para multiplicar as exportações e controlar 40% da economia. Nem o desemprego, nem o subemprego (que juntos atingem 31% da população) recuaram. Milhares de pequenos e médios empresários estão pendurados em dívidas bancárias. Com a desnutrição, regressaram doenças que o México havia eliminado, entre elas a lepra e o sarampo. A criminalidade aumentou de forma abrupta. Um estudo que a Cepal divulgou dia 10 de setembro informa que uma em cada três famílias está em situação crítica.

Em reforço das opiniões de Barrios está a vontade popular. Nas eleições gerais (exceto para presidente) de 6 de julho, o protesto do eleitorado acabou com sete décadas de maioria parlamentar do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Na capital, Cuauhtémoc Cárdenas, o político opositorista de maior prestígio no país, surrou o candidato oficial e assumirá o posto de prefeito em 2 de dezembro.

Desde então, o *subcomandante* Marcos, que havia mantido um silêncio de meses, não parou mais de escrever. Um dos três comunicados que espalhou pela Internet é um alerta sobre a nova conjuntura mexicana. Marcos teme que, assim como ocorreu em tantos países, a esperança do povo termine em frustração. Faz sua primeira crítica à esquerda tradicional, representada no México principalmente pelo Partido da Revolução Democrática, o PRD. Alguns dirigentes da oposição, diz, estão mais preocupados em chegar ao governo que em respeitar o mandato das urnas, e mudar o país. É uma opinião com a qual o empresário Rubén Barrios concorda. “O PRD parece



Vivemos em uma época de desencantamento do mundo. O capitalismo, sob sua forma neoliberal, reduziu, mais do que nunca, todas as relações sociais, todos os valores, todas as qualidades à condição de mercadoria. É o reino da quantificação, mercantilização, monetarização

universal. É a época onde todos os sentimentos humanos são afogadas no que o velho Marx chamava “as águas geladas dos cálculos egoístas”.

Movimento em dissidência contra o neoliberalismo, o zapatismo almeja, em sua modesta escala, um reencantamento do mundo (retomo esta idéia do livro de

cada vez mais empenhado em não contrariar as 200 mega-empresas”, lamenta ele, ao deixar o restaurante.

É a partir da crítica ao cupulismo que Marcos começa a esboçar a proposta de “uma força política de novo tipo”. No comunicado em que analisa a situação mexicana, ele assegura que os zapatistas “não olham para cima, mas para os lados”, e que “não querem nem cargos, nem posições no governo”, para “não se converterem em mais uma parte da máquina de poder”.

O CONGRESSO ZAPATISTA

Buscando concretizar este projeto,

mais de 2 mil militantes zapatistas encerraram na terça-feira, dia 16, no salão de bailes mais popular da Cidade do México, o congresso de fundação da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN). Convocado pela guerrilha da região de Chiapas, o evento seguiu os apelos do “subcomandante Marcos” e criou uma força política civil que se opõe ao neoliberalismo, mas rompe tradições arraigadas na teoria e na prática da esquerda em todo o mundo.

Além de lutar por uma reforma política que transferiria as decisões mais importantes para plebiscitos populares e tornaria todos os mandatos revogáveis, a Frente Zapatista não participará de eleições. Considera que “não se muda o poder de dentro”, e que suas forças devem estar concentradas em “mobilizar de forma permanente o povo, para que ele exerça soberania sobre a vida política, econômica e cultural”. Não se recusa, porém, a manter alianças com os partidos cujos programas incluam o reconhecimento da autonomia indígena, a desmilitarização de Chiapas e a resistência ao neoliberalismo.

SEM PROFISSIONAIS

A plenária final do Congresso confirmou, em essência, as teses apresentadas pela Comissão Organizadora, e resolveu alguns pontos polêmicos que



FONTES E RECURSOS DO ZAPATISMO

Yvon Le Bot, mas lhe dando uma interpretação um pouco diferente). É um movimento portador de magia, de mitos, de utopias, de poesia, de romantismo, de entusiasmos, de esperanças loucas, de "mística" - no sentido que lhe dava Charles Peguy, opondo-o à "política" -, de fé. Ele é também cheio de insolência, de humor, de ironia e de auto-ironia. Não há contradição: como dizia Lukács, em *A teoria do romance*, a ironia é a mística de épocas sem deus...

Esta capacidade de reinventar o reencontamento do mundo é sem dúvida uma das razões da fascinação que exerce o zapatismo, para bem além das montanhas de Chiapas.

De que é feito o zapatismo? É uma mistura sutil, uma fusão alquímica, um coquetel explosivo feito com vários ingredientes, várias tradições, cada uma indispensável, cada uma presente no produto final. Ou melhor, é um tapete tecido com fios de diferentes cores, antigos e novos, que se entre cruzam em um desenho maravilhoso, cujo segredo apenas os índios maias conhecem.

GUEVARISMO E ZAPATISMO

O primeiro fio, a primeira tradição é o guevarismo, o marxismo na sua forma revolucionária latino-americana. O primeiro núcleo do EZLN era *guevarista*. É claro, a evolução do movimento o conduziu para muito longe desta origem, mas a insurreição de janeiro de 1994, bem como o próprio espírito do Exército zapatista guarda alguma coisa desta herança: a importância da luta armada, a ligação orgânica entre os combatentes e o campesinato, o fusil como expressão material da desconfiança dos explorados frente a seus opressores, a disposição a arriscar sua vida pela emancipação de seus irmãos. Esta-

mos longe da aventura boliviana de 1967, mas perto da ética revolucionária tal como o Che a encarnava.

O segundo fio, o mais direto sem dúvida, é evidentemente a herança de *Emiliano Zapata*. É simultaneamente a sublevação dos camponeses e índios, o Exército do Sul como exército de massas, a luta intransigente contra os poderosos que não pretende se apoderar do poder, o programa agrário de redistribuição das terras, a organização comunitária da vida camponesa (aquilo que Adolfo Gilly chamou "a comuna de Morelos"). Mas é também Zapata o internacionalista, que saldou, em uma célebre carta de fevereiro de 1918, a Revolução Russa, insistindo sobre "a visível analogia, o paralelismo evidente, a absoluta paridade" entre aquela e a revolução agrária no México: "uma e outra são dirigidas contra o que Tolstoy chamava 'o grande crime', contra a infame usurpação da terra, que, sendo propriedade de todos, como o fogo e o ar, foi monopolizada por alguns poderosos, sustentados pela força dos exércitos e pelas iniquidades das leis".

"Terra e liberdade" continua a palavra-de-ordem central dos novos zapatistas, que são os continuadores de uma revolução interrompida (para retomar o título do belo livro de Gilly) em 1919, com o assassinato de Zapata em Chinameca.

A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO E A CULTURA MAIA

A *teologia da libertação* é um fio do qual os zapatistas não falam muito. Entretanto, sem o trabalho de conscientização das comunidades indígenas, e a auto-organização visando lutar por seus direitos, promovido por Monselhor Ruiz e seus meios catequistas, depois dos anos 70, é difícil imaginar que o movimento zapatista teria

tido um tal impacto em Chiapas. Claro, este trabalho não tinha vocação revolucionária e recusavam toda ação violenta. A dinâmica do EZLN seria bem diferente. Mas isso não impede que, na base, nas comunidades indígenas, muitos zapatistas - e não os menores - foram formados pela teologia da libertação, por uma fé religiosa que escolheu o engajamento pela auto-emancipação dos pobres.

Pode ser que o fio mais importante seja a *cultura maia* dos indígenas de Chiapas, com sua relação mágica com a natureza, sua solidariedade comunitária, sua resistência à modernização neoliberal. O zapatismo faz referência à esta tradição comunitária do passado, pré-capitalista, pré-moderna, pré-colombiana. Mariategui falava, não sem exagero, de "comunismo inca"; pode-se falar, no mesmo espírito, de "comunismo maia". Isso é romantismo? Pode ser. Mas como quebrar, sem o martelo encantado do romantismo revolucionário, as barras da jaula de aço - para retomar a expressão de Max Weber - onde nos fechou a modernidade capitalista?

O EZLN é o herdeiro de cinco séculos de resistência indígena à conquista, à "civilização" e à "modernidade". Não é por acaso que a insurreição zapatista tenha sido originalmente planejada para 1992, a data do Quinto Centenário da Conquista, e se, neste momento, uma multidão de indígenas ocupou San Cristóbal de las Casas, derrubando a estátua do conquistador Diego de Mazariegos, símbolo odioso da espoliação dos índios e de sua sujeição.

O último fio, o mais recente, que se juntou aos outros após janeiro de 1994, é o das exigências democráticas da sociedade civil mexicana, desta imensa rede de sindicatos, associações de bairros, de mulheres, de estudantes, de ecologistas, de partidos de esquerda - cardenistas, trotskistas, anarquistas e muitos outros istas -

O GUEVARISMO, O LEGADO DE REVOLUÇÃO MEXICANA, A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO, A CULTURA MAIA E AS ASPIRAÇÕES DEMOCRÁTICAS DA SOCIEDADE MEXICANA SÃO AS PRINCIPAIS FONTES DO ZAPATISMO.

MICHAEL LÖWY

de associações de pessoas endividadas, de camponeses, de comunidades indígenas, que se ergueram, por todas as partes do México, para apoiar as demandas dos zapatistas: democracia, dignidade, justiça.

Pode-se criticar muitas coisas nos zapatistas - eu não compreendo, apenas para dar um exemplo, porque eles não chamaram o voto em Cardenas nas últimas eleições - mas deve-se reconhecer-lhes este mérito enorme: neste fim de século moroso, de neoliberalismo triunfante, de cinismo galopante, de política politiqueria, de mercantilismo rasteiro, eles conseguiram fazer as pessoas sonharem, em Chiapas, no México, e um pouco em todo o mundo. Eles são os reencantadores do mundo.



MICHAEL LÖWY É SOCIÓLOGO E PESQUISADOR DO CENTRO NACIONAL DE PESQUISAS CIENTÍFICAS DA FRANÇA.

havam surgido na preparação do Congresso. Para enfrentar a tendência das organizações de esquerda à burocratização, não haverá militantes profissionais. Não poderá haver militância simultânea na Frente e em partidos políticos, mesmo de oposição. Um órgão especial, composto por não-dirigentes, ficará encarregado de fiscalizar o cumprimento, por estes, dos princípios, estatutos e programa da FZLN. Mesmo heterodoxo, o congresso recebeu mensagens de solidariedade de diversas organizações que lutam contra o neoliberalismo em todo o mundo. Os três oradores internacionais da sessão de encerramento foram Marina dos Santos, dirigente do MST brasileiro, Alain Krivine, da Liga Comunista Revolucionária francesa, e o representante da Refundação Comunista italiana.

As decisões foram tomadas ao final de debates concorridos, que se estenderam do sábado até a terça-feira. Participaram 2.580 militantes (40% mulheres), vindos de todos os Estados mexicanos, oriundos de distintos setores sociais e representantes de correntes políticas antes vistas como inconciliáveis.

ANARQUISTAS E MARXISTAS

A sede do Grupo 14 foi o auditório da Faculdade de Ciências da Universidade Nacional Autônoma do México



(UNAM), ocupada por estudantes e professores diante de ordem do reitor para proibir a atividade. Ao longo do dia, tornaram-se nítidas as distintas correntes que estão se somando no caudal do zapatismo. Os anarquistas lutaram para livrar a estrutura do FZLN da rigidez dos partidos marxistas. Propuseram que a Frente estivesse aberta a todos os que estão de acordo com seus princípios, sem obrigação de pertencer a uma "organização de base". Os marxistas, em contrapartida, esforçaram-se por dar caráter nacional à FZLN, evitando que se transformasse em federação de comitês voltados principalmente para a ação local.

Havia uma grande maioria de participantes não-alinhados com nenhuma corrente, o que ajudou a despolari-

zar o debate. Ao longo do dia, falaram pelo menos 60 participantes. Uma das mais constantes junto aos microfones foi uma artista plástica que, fazia uma breve digressão sobre as relações entre o zapatismo e as teorias holísticas.

As decisões finais foram tomadas por um processo nada ortodoxo. Como surgiram, nos grupos, 56 questões polêmicas, e evidentemente não seria possível submeter cada uma a discussão na plenária final, cada participante recebeu, na segunda-feira, uma cédula de votação de duas páginas, preencheu e depositou em urna. Na terça, os congressistas elegeram, em plenário, uma direção provisória para a FZLN. Emergiu como líder de maior destaque o jornalista Javier Elorriaga.

APOIO À GUERRILHA

O fim de semana prolongado na Cidade do México foi marcado pela atividade febril de 1.111 guerrilheiros zapatistas. Depois da grande manifestação popular diante do Palácio do Governo, eles dedicaram-se a criar novos fatos políticos, sempre acompanhados de um grande número de apoiadores e jornalistas. Na sexta, participaram da abertura do congresso da FZLN. No sábado, dirigiram-se em caravana ao Congresso Nacional Indígena, para propor a unidade de todas as etnias me-

xicanas, em favor da autonomia cultural e política das comunidades. Domingo, ajudaram a organizar ato público contra a construção de um enorme arranha-céus, ao lado de um sítio arqueológico asteca. Na segunda, 10 mil pessoas foram à UNAM para saudá-los, numa manifestação ainda mais emblemática. Embora a grande maioria do público fosse formada por estudantes, não faltaram senhores e senhoras de classe média, anciãos, moças com as unhas pintadas nas cores da bandeira nacional.

Na véspera de encerrarem a maratona, os guerrilheiros participaram do encerramento do congresso da FZLN, e começaram a preparar a volta a suas bases. O comunicado que leram na ocasião saúda a constituição e os objetivos da Frente, mas lembra que "nosso caminho por enquanto é diferente". Foi uma referência à continuidade da resistência guerrilheira na região de Chiapas, anunciada sábado. Na ocasião, um texto do subcomandante Marcos denunciou o descumprimento, pelo governo, dos acordos de paz firmados em 1996, e afirmou que os zapatistas manterão a luta armada, "até que ela se converta num absurdo e num obstáculo para a transformação revolucionária do nosso país".



ANTONIO MARTINS É JORNALISTA.

O ENCONTRO NACIONAL ABRIU UM TERRENO MAIS FAVORÁVEL PARA A ATUAÇÃO DOS SETORES À ESQUERDA DO PARTIDO. E MOSTROU SEU PESO DECISIVO NA VIDA DO PT.

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

Os resultados do 11º Encontro Nacional são, em alguma medida, surpreendentes. A previsão, confirmada, de que haveria um equilíbrio na representação das diversas correntes não chegava a compensar o esvaziamento do debate preparatório e a perspectiva de impasses perigosos no próprio encontro.

Os resultados apontaram caminhos diferentes destes que se desenhavam. As teses de esquerda demonstraram força política. A "contra-reforma" estatutária pretendida pela Articulação foi impedida. Fomos a chapa mais votada para o Diretório Nacional que, junto com a Executiva, tem uma representação eleita praticamente empatada entre os antigos campos. Há um novo espaço interno, que foi conquistado pela esquerda, mais favorável para prosseguir o debate.

Mas isto não transforma o Encontro em algo mais do que foi: o principal problema - preparar o partido para enfrentar o neoliberalismo - continua.

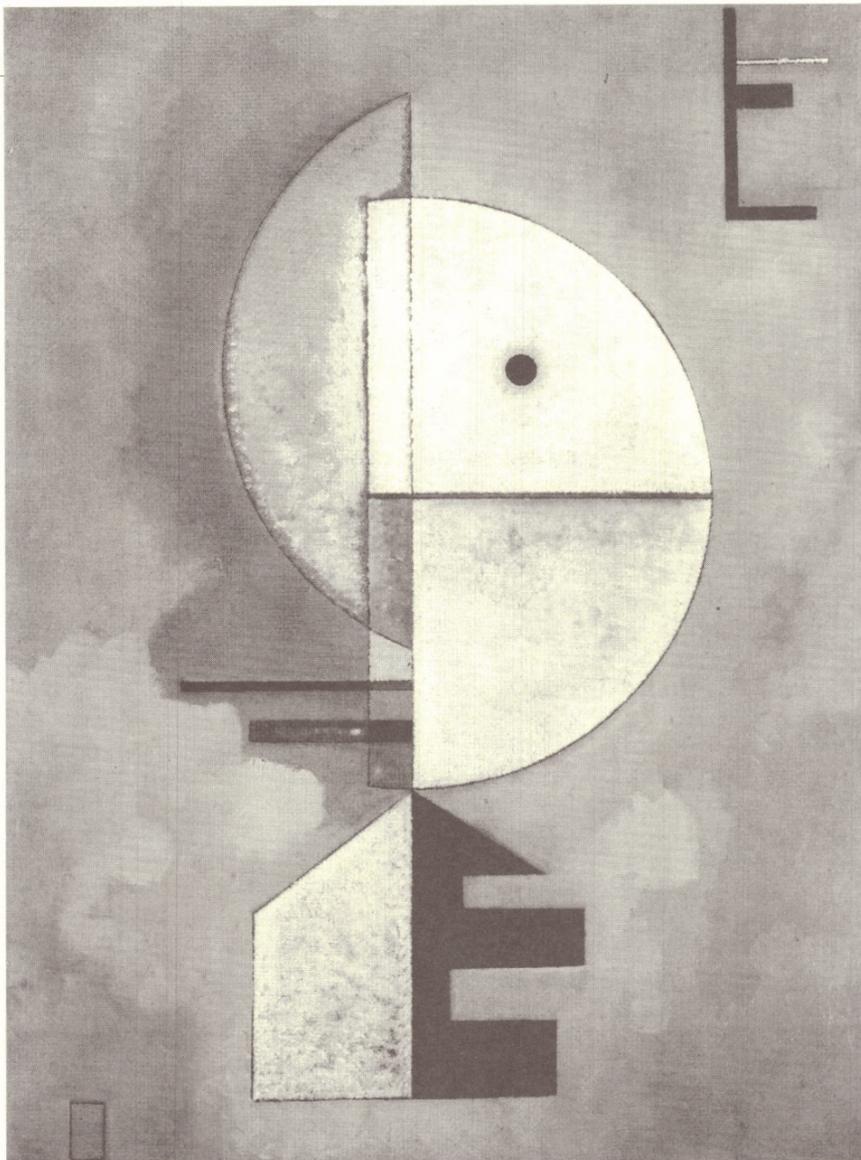
CONJUNTURA

O encontro se resumiu a quatro votações: teses sobre a conjuntura, resolução sobre candidatura e alianças para 1998, eleição do presidente e eleição do Diretório Nacional.

Na primeira votação foi vitoriosa a tese sobre conjuntura da Articulação. É de se observar que foram apresentadas oito teses sobre a conjuntura, indicando uma variação importante de pontos de vista nos dois campos que se formaram no 10º Encontro Nacional.

A tese da Articulação defende nas entrelinhas a política efetivamente posta em prática (e fracassada) de constituir uma frente de centro-esquerda.

O debate sobre a política para 1998 foi mais rico e confluiu para duas visões de conjunto sobre alianças, programa e candidatura para 1998. A proposta vitoriosa, da Articulação, defende um programa, como diz a resolução, construído a partir da "praticamente concluída" (e desconhecida pelo partido) plataforma elaborada pelo chamado fórum de oposições. Ela venceu a proposta defendida por Milton Temer por 277 a 242 votos. Presume-se que seu conteúdo seja o que está expresso na tese da Articulação (um conjunto de medidas contra as consequências do neoliberalismo, não se constituindo em uma visão alternativa mais abrangente). A proposta de alianças incluiu o PDT mas não avança além disso, recuando,



A ESQUERDA FORTALECIDA

portanto, em relação à tese aprovada sobre conjuntura. Em relação à candidatura presidencial, manifesta a intenção de apresentar o nome de Lula mas subordinado à busca do consenso em torno a um "candidato único das oposições". E aí está toda a ilusão desta política: quais oposições, qual unidade programática? Já avaliávamos que esta proposta é mais clara à luz da compreensão que este setor do partido traça sobre os recentes revezes eleitorais do neoliberalismo. Neste enfoque não importa examinar o alcance das alternativas nem enfrentar uma questão crucial: ganhar governos para aplicar qual programa? Ao contrário, saúda exatamente as debilidades programáticas, que confeririam, supostamente, mais viabilidade eleitoral.

DEBATE E REALIDADE

O recuo da Articulação deveu-se à força que obteve a tese das correntes à esquerda no encontro. A tese que reuniu todos os setores de esquerda foi construída com base no projeto apresentado pelo companheiro Plínio Sam-

paio. Sustentou que o programa deve estruturar uma via de desenvolvimento nacional em ruptura com o curso dominante do capitalismo em escala internacional. Não alimentava expectativas em torno a dissidências do bloco dominante. Defendia o lançamento imediato da candidatura de Lula e a reconstrução do campo democrático e popular, acrescido, nacionalmente, do PDT.

Mas o debate "invisível" também foi decisivo: fora do encontro, a montagem da frente de centro-esquerda já vinha conhecendo tropeços e aproximando-se de impasses. Saiu do PT Vitor Buaiz, a tentativa mais próxima de colocar em prática um programa de centro-esquerda - mais tarde, depois do encontro, saiu também a ex-prefeita Luiza Erundina. Além disso, cresciam as articulações dentro do "fórum das oposições" para afastar o PT da liderança de uma eventual aliança de centro-esquerda.

Um encontro extraordinário a ser realizado até dezembro deve concluir esta discussão. O debate político do encontro mostrou que as teses de esquerda têm potencial hegemônico e, ainda que não vencedoras agora, forçaram o recuo das teses da antiga maioria.

DIRETÓRIO NACIONAL

A primeira reunião do DN elegeu a Executiva e deu mais um passo para consolidar a candidatura de Lula.

O debate sobre a Executiva concluiu reconhecendo o equilíbrio do Encontro. Embora não tenha sido consensual, a composição final se aproximou da proposta defendida pela chapa Luta Socialista que considerava importante chegar a uma solução "pacífica" nesta questão para que se desenvolvessem melhor os debates e a construção da unidade política do partido.

Isto se verificou na resolução tomada por maioria de propor à frente de partidos com os quais o PT vêm discutindo - PDT, PCdoB e PDT - a candidatura presidencial de Lula. Esta resolução avança em direção a uma política de alianças mais clara para a disputa de 1998, mas não define a polêmica sobre a política a ser seguida de conjunto. Mesmo estando evidente que Lula não é o candidato da chamada centro-esquerda vários setores da direção do PT insistem em uma frente com este rótulo. Além disso, a definição de uma plataforma retomará os debates do 11º Encontro. Vale notar: a proposta em elaboração com outros partidos continuou desconhecida até mesmo dos membros do DN.

PRESIDENTE E DIRETÓRIO NACIONAL

As votações para presidente e sobretudo para o diretório nacional evidenciaram o equilíbrio de forças das correntes internas.

José Dirceu foi eleito presidente com 284 votos e um discurso diferente daquele apresentado antes do Encontro, buscando situar-se entre os dois campos políticos. A candidatura de Milton Temer a presidente do PT, que recebeu 256 votos, teve um impacto importante no Encontro. Seu lançamento prévio e o seu desempenho permitiram ampliar a audiência para as propostas à esquerda. Sua candidatura unificou os setores de esquerda e foi porta-voz de uma visão que defendia, ao mesmo tempo, unidade do partido e ofensividade política na conjuntura.

Para o Diretório Nacional, de forma diferente do 10º Encontro Nacional, apresentaram-se cinco chapas. O resultado final indica que a partir do 11º Encontro Nacional não cabe mais falar em campo majoritário. Mas indica também um processo de diferenciação política dos antigos campos.

A DERROTA DA CONTRA-REFORMA

Um ponto fundamental do 11º Encontro Nacional foi o impedimento da votação da tese da Articulação e Democracia Radical de princípios para um novo estatuto. Sem o tema estar pautado, cerceava o direito de tendência, o princípio da proporcionalidade e esvaziava os encontros partidários. Tratava-se de uma contra-reforma organizativa que, se levada adiante, colocaria em risco a própria sobrevivência do partido. Sua retirada de pauta foi exigida pela esquerda, em particular pela Democracia Socialista. Objeto de acordo, não foi a votos. Uma reforma parcial do estatuto - excluídos os temas direito de tendência, composição e forma de eleição das executivas, que permanecem com a definição atual - será preparada por uma comissão constituída proporcionalmente pelo DN. O resultado da eleição do Diretório Nacional, que nos conferiu a condição de chapa mais votada e mostrou o empate entre as correntes, reforça a necessidade da democracia interna e da luta pela unidade partidária.

PERSPECTIVAS

O 11º Encontro Nacional melhorou as condições para a luta por uma hegemonia de esquerda no partido.

É um processo que envolve vários temas: programa, alianças, organização partidária. E parte, agora, de um equilíbrio de forças entre os antigos campos (formados no 10º Encontro, em 1995), com um avanço da representação dos setores de esquerda no Diretório e na Executiva nacional. Há também um quadro menos compacto. Continuam a existir dois grandes campos demarcados por concepções estratégicas distintas, porém com mais diferenças em cada um deles. A situação também se altera porque frente à disputa de 1998, as teses de esquerda, ainda que tenham que ser mais elaboradas, demonstraram mais capacidade de responder aos desafios da realidade política

CARLOS HENRIQUE ÁRABE É ECONOMISTA E MEMBRO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT.

EM DEFESA DA DEMOCRACIA PETISTA

Ao longo destes 17 anos, o Partido dos Trabalhadores renovou a esquerda e tornou-se até mesmo uma alternativa para os socialistas de todo o mundo, informados com a paralisia e a senilidade das velhas organizações estalinistas e social-democratas. Mas em que o PT era novidade?

Em primeiro lugar, o partido mantém um caráter classista, define-se pelo socialismo democrático e conquista a adesão de amplas camadas sociais, tendo na sua militância operários, trabalhadores do campo, religiosos, profissionais, universitários, técnicos. Pela primeira vez na sua história, o Brasil possui um partido de massas, militante, socialista e, além de tudo, laico. Mas, a originalidade do PT, contrastando com as ossificadas estruturas dos velhos partidos, é ainda maior: construímos estatutariamente o *direito de tendência* e, posteriormente, a *proporcionalidade em todas as instâncias*, o que dá ao PT um caráter radicalmente democrático, democracia que se concretiza nos amplos debates internos.

Assim, criamos um partido diferente dos demais, tanto das classes dominantes, como dos da velha esquerda. Essa diferença se expressa melhor justamente em nossos Encontros. Enquanto os demais partidos reúnem-se para homologar as decisões anteriormente tomadas nas cúpulas e referendar nomes já definidos, no PT as eleições para as instâncias dirigentes ocorrem apenas após amplos e exaustivos debates, quando todas as tendências coletivas e individuais expressam em plena liberdade as suas posições. Esse é o PT.

Um partido assim acaba, necessariamente, por provocar a admiração da sociedade, daqueles setores excluídos pelo poder das classes dominantes. E foi por isso que um dia, em 1988, o Brasil acordou diferente, com o PT vencendo em dezenas de cidades, inclusive em duas das mais importantes capitais brasileiras, Porto Alegre e São Paulo. E, no ano seguinte, a nossa maior referência, Lula, quase chega à Presidência da República, obrigando as classes dominantes a se unirem no desastrado caminho oferecido pelo aventureiro de Alagoas. Constituímos uma alternativa de fato e despertamos esperanças no país inteiro, mesmo com o triunfo momentâneo da ideologia neoliberal e da derrocada do socialismo burocrático, que causou perplexidade e apatia pelo mundo.

INSTITUCIONALIZAÇÃO E BUROCRATIZAÇÃO

A necessária disputa na institucionalidade e a maré neoliberal, porém, começam a ter reflexos negativos no interior do partido. Alguns setores passaram paulatinamente a privilegiar a atividade parlamentar em prejuízo de nossa inserção nas lutas e movimentos sociais, com a ênfase sendo pouco a pouco deslocada para a questão eleitoral - quando a característica básica do PT é precisamente a de soldar numa totalidade os dois vetores.

O novo curso tem como marco a instituição da urna aberta nos encontros de base do partido paralelamente aos debates, o que acaba por colocar em

primeiro plano a disputa pela indicação do presidente em detrimento da discussão e da elaboração do programa. O caráter militante do partido já está seriamente ameaçado com a reprodução, no PT, das eleições tradicionais. A alegada "democratização" que isso representaria acaba sendo precisamente o seu contrário: caminha-se em direção a um partido de personalidades e eleitoreiro, tendendo ao monolitismo e ao enrijecimento de suas estruturas. Assim, por exemplo, nos dois últimos Encontros Nacionais, repetiu-se a constrangedora cena de quebra do Regimento com a eleição de Lula ao DN por fora das chapas. O papel dos dirigentes é dar exemplos de educação política e não fornecer precedentes que conduzam ao personalismo e ao hábito da quebra das regras que são para todos. Em suma, o PT burocratiza-se, com o esvaziamento constante de nossas instâncias de base, os núcleos e as zonais.

A VOLTA DO MONOLITISMO

Um exemplo flagrante disso é a tese apresentada no 11º Encontro Nacional para a reforma dos estatutos - Um novo estatuto e a construção partidária -, assinada por dirigentes do DN (Gilberto Carvalho, Ozeas Duarte, Adeli Sell e outros), ligados às correntes "Articulação Unidade na Luta" e "Democracia Radical". Ninguém pretende a eternidade de um estatuto, seja ele qual for. Pelo contrário, estatutos, regulamentos, normas não estão suspensos no ar. Devem ser modificados sempre que novas realidades o exigirem. Mas os estatutos, os regulamentos, as normas não são inocentes: são permeados de conteúdos e expressam posições. Então, impõe-se a pergunta: para onde nos leva esta Tese 7 apresentada no 11º Encontro Nacional? Em primeiro lugar, significa um retrocesso em relação às resoluções do 1º Congresso, realizado em 1991. É, na verdade, a proposta de voltar ao funcionamento do PT nos seus primeiros anos, quando prevaleciam as Executivas monolíticas, que tanto prejuízo causaram ao partido pela luta fracional que acarretavam.

A Tese em pauta separa mecanicamente o processo eleitoral do debate político, que constituiu sempre uma das riquezas originais do PT. Está embutido na Tese da Articulação Unidade na Luta-Democracia Radical o propósito claro de reduzir substancialmente o papel dos Encontros, desviando as atenções para o voto na urna aberta. Ou seja, provocando a atomização do partido e a repetição das eleições tradicionais dos velhos partidos e da democracia representativa em crise.

Mas a Tese vai além no processo de descaracterização do PT. Pretende liquidar uma de nossas mais preciosas conquistas: a proporcionalidade. Em seu item X, ironicamente intitulado "Democracia direta e rotatividade nas direções", inciso C, afirma: "os Estatutos deverão manter o critério da proporcionalidade das chapas na composição das instâncias dirigentes, em todos os níveis, e estabelecer o direito da chapa majoritária aos seguintes cargos na Executiva Nacional: Secretaria Geral, Secretaria de Organização e Tesou-

raria. Esta disposição se justifica por ser um requisito indispensável à aplicação da política vitoriosa nas eleições internas e nos Encontros e à governabilidade do partido". Ou seja, o item X começa com "democracia direta" e termina com monolitismo. Na verdade, trata-se de transformar em força de lei o que já foi aplicado durante os primeiros dez anos de vida do PT. Todos sabemos que o controle da estrutura partidária por uma corrente acaba afastando as demais do necessário compromisso de todos sustentarem as decisões

O ATAQUE À DEMOCRACIA E AO DIREITO DE TENDÊNCIA NO PT, QUE SE INSINUOU NO 11º EN, É MUITO GRAVE. SE FOSSE BEM SUCEDIDO, ELE AMEAÇARIA A PRÓPRIA EXISTÊNCIA DO PARTIDO.

RAUL PONT



políticas e as condições materiais de crescimento partidário.

Nos 17 anos de vida que temos, cometeríamos o maior e mais profundo erro político de nossa história se voltássemos a esse controle monolítico das principais instâncias diretivas. Não é uma simples coincidência o fato do PT no Rio Grande do Sul ter tido o amadurecimento, o crescimento alcançado, desligado da experiência única no partido de respeito absoluto à proporcionalidade nas instâncias executivas, desde o Primeiro Encontro de formação do Partido.

O que impede a governabilidade do PT é o atropelamento de seus princípios, de sua história e suas perspectivas de futuro. O que impede a governabilidade é a descaracterização do PT, o estrangulamento da democracia interna e o descontrole total da luta interna que talvez o caso de Diadema seja o mais exemplar. O descaso com o regimento, a não obediência a regras básicas de convivência tolerante dentro do mesmo espaço político-ideológico deteriorou-se com a omissão e a cum-

plicidade de instâncias diretivas superiores e quando a intervenção desta ocorre, a situação já não tem solução.

FIM DO DIREITO DE TENDÊNCIA

O XI item da Tese aprofunda ainda mais o caminho para o monolitismo, propondo praticamente abolir esta conquista histórica do Partido dos Trabalhadores, que é o direito de tendência. Claro, o texto é ambíguo, da mesma forma como quando fala em "democracia direta" quando quer dizer monolitismo e verticalidade. Afirma o item XI: "na normatização do direito de tendência, concebida como grupo de opinião para discutir as políticas partidárias, os estatutos estabelecerão limites claros: nenhuma tendência poderá sobrepor-se às instâncias partidárias; será proibido o centralismo de tendência; não se admitirá tendência com vinculação internacional; nenhuma tendência poderá manter sede nem publicações regulares"

CONTINUA NA PÁGINA 16

O DIRETÓRIO REGIONAL DE SÃO PAULO DECIDIU EM JULHO EXPULSAR, POR UNANIMIDADE, O DEPUTADO FEDERAL JOSÉ AUGUSTO DO PT.

ANTÔNIO RODRIGUES

José Augusto foi a expressão mais perfeita da imperfeição do Partido dos Trabalhadores. Um retrato do quanto ele pode ser contraditório.

José Augusto, médico de profissão, chegou em Diadema na gestão 1982/6, através do convite de Gilson Menezes, então o único prefeito petista, para ocupar o cargo de Secretário de Saúde.

DIADEMA: REFERÊNCIA DO PT

Esta experiência de governo, foi bastante contraditória. Gilson desenvolveu uma gestão que combinou espaços para a participação popular com assistencialismo e medidas autoritárias; orientações que atacavam problemas estruturais da "cidade dormitório" e ações demagógicas. Mas terminou saindo do PT após perder a indicação do seu candidato a prefeito na disputa interna para José Augusto. Este, braço direito de Gilson, fez uma aliança com todos os segmentos da esquerda petista e venceu a prévia interna.

José Augusto deu continuidade, entre 1989 e 1992, à Administração Popular, realizando muitas obras, mas foi se demonstrando cada vez mais autoritário no trato com o funcionalismo público, com o movimento popular e nas disputas internas ao PT. No Buraco do Gazuzo e na Vila Socialista, ocupadas por sem-casa e hegemônicas pela esquerda partidária, ele agiu violentamente. Na eleição de 1992, José Augusto apoiou seu Secretário de Obras, José de Filippi, contra Gilson.

A administração de Filippi (93/96) - a mais democrática no trato com o funcionalismo, o movimento popular e as disputas internas no PT - continuou a transformação da cidade, desenvolvendo a educação, cultura e urbanização de núcleos habitacionais. Diadema já é uma cidade muito diferente daquela de dez anos antes e a população atribui isso ao PT.

A DIVISÃO DO PARTIDO

José Augusto, indicado por Filippi chefe de gabinete, tentou manter o controle das orientações da Prefeitura. Quando viu que isso não era possível, saiu da administração, elegeu-se deputado em 1994 e passou a desenvolver uma espécie de oposição interna, através de vários cargos de confiança que o apoiavam na Administração.

A esquerda partidária desenvolve, então, um pólo de aglutinação tendo como ponto central a necessidade da democratização do PT, controlado ditatorialmente por José Augusto e seu grupo. Esse pólo atrai Filippi e boa parte dos quadros do seu Governo identificados com a Unidade na Luta, além de parte do movimento popular e da Igreja, criando o Campo Democrático.

"O PT SOU EU"

Mas José Augusto e seu grupo conseguem, com o apoio da maioria do Diretório Regional do partido, manter controle do DM de Diadema na convenção de 1995, obtendo aí 23 cargos contra 22 do Campo Democrático. Para isso filiaram em massa (o PT atingiu mais de 35 mil filiados, cerca de 20% do colégio eleitoral) e mobilizaram um enorme (e caro) aparato de propaganda, veículos e cabos eleitorais.

A postura de José Augusto vai se tornando cada vez mais descontrolada. Durante anos suas ações violentas, que rompiam a ética, as normas e os métodos petistas de funcionamento e o trato democrático com o movimento social tinham sido denunciadas. Mas elas eram diluídas pela maioria do DR, seja por pragmatismo (José Augusto era deputado federal, tinha o controle do DM, quatro membros no DR e era forte na disputa para a prefeitura), seja por cálculos fracionais (na penúltima convenção estadual ele controlou um grupo de 125 delegados, decisivos para a

campanha e nem tiveram seus nomes citados na propaganda eleitoral geral. José Augusto considerou, até no dia da votação, os candidatos petistas apresentados pelo Campo Democrático como seus principais inimigos.

Gilson Menezes, seu adversário na campanha, não faz ataques a administração e se apresentou como progressista e, embora do PSB, fundador do PT. Terminou vencendo.

A QUEDA DE ZÉ AUGUSTO

Com a derrota eleitoral a situação de José Augusto no PT mudou. O bloco majoritário do DR o acusou de ser o responsável pela derrota do PT na cidade - isentando-se de qualquer responsabilidade. Aceitou, em seguida, a proposta de intervenção no DM e de formação de uma comissão de ética, que eram solicitadas há muito tempo. Ao final do processo, foi expulso.

Na luta que desencadeou contra o



HENDONCA

vitória da Unidade na Luta).

José Augusto interpretou esse comportamento como se ele tivesse se tornado intocável. Considerava sua participação indispensável para a vitória nas eleições em Diadema. Já tinha dito em uma entrevista a *Folha de S. Paulo*, anos antes, que "eu sou o PT", despindo-se de toda máscara democrática. Radicalizou seu comportamento violento, intimidando e paralisando o PT com agressões verbais e físicas contra seus adversários internos, homens armados, etc.

Pode, assim, vencer a disputa interna do PT para a escolha do candidato a prefeitura. Mas mesmo depois disso, atacou seus adversários internos, prometendo expulsá-los do partido e dizendo que não necessitava dos seus votos (que representavam cerca de 40% dos filiados) para ganhar a eleição. Passou, em seguida, a atacar a administração petista nos comícios, debates e entrevistas. Não aceitou os seis candidatos a vereador do PT que não o apoiaram - eles não podiam participar da

PT, Zé Augusto desfilou cerca de duas mil pessoas. Após discutir com vários partidos se filiou ao PPS, levando junto três vereadores eleitos pelo PT e um pelo PSDB. Presentes: Ciro Gomes, Roberto Freire, Luiza Erundina e Eduardo Jorge.

O PT, após anos de crise na cidade, dá novos passos. No esforço de reconstrução, o conjunto das forças petistas (inclusive lideranças que tinham acompanhado José Augusto por um bom tempo) elegeu um grupo de sete pessoas que, junto com a Comissão de Intervenção, formularam uma proposta geral de atuação. No dia 11 de outubro será realizada uma reunião geral da militância, dando início ao processo de refiliação e plenárias regionais, culminando em uma convenção, a primeira democrática em muito tempo, em 8 de fevereiro de 1998.

ANTÔNIO RODRIGUES É VEREADOR DO PT EM DIADEMA.

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 15

Isto é, acabam-se as tendências. Pois, como se poderá efetivamente constituir uma tendência sem publicações que estabeleçam o diálogo e o debate com o conjunto da militância?

Qual é o problema que as tendências tenham seus locais próprios para reuniões, redação de matérias e jornais regulares, quando justamente estas publicações é que dão vida política não apenas às tendências, mas ao próprio partido? E, finalmente, quem poderá determinar o que é "centralismo de tendência"? Este item confere à direção nacional um poder quase absoluto e instaura o método burocrático, que todos nós sabemos onde leva.

Em um momento que o Partido aposta no fortalecimento do *Foro de São Paulo* e na integração com a esquerda latino americana, é incoerente o PT proibir contatos ou vinculações das tendências com correntes e/ou partidos de outros países. Nem o *Foro*, nem nenhuma corrente internacional (democrata - cristã, social-democrata, trotskistas e outras) exige ou propõe centralismo nas decisões assumidas nos contatos e encontros internacionais.

Portanto, não há nenhum prejuízo ou quebra da democracia interna do PT suas correntes terem contatos internacionais. Isso enriquece o debate, retirando-nos de uma visão paroquial, estreita e que impede a compreensão do processo de reprodução mundial do capitalismo. E tampouco ela é contraditória com a ação que o Partido, enquanto tal, desenvolve internacionalmente.

OS MANDATOS E FRAGMENTAÇÃO DO PARTIDO

Alguém tem dúvidas do que é mais fragmentador no partido: a existência de tendências ou a autonomização dos mandatos parlamentares ou administrativos? Qualquer reflexão sobre isto aponta, inquestionavelmente, para o segundo caso. Em todos os sentidos. No controle e subordinação aos recursos institucionais. No crescimento do personalismo. Na tendência à burocratização.

O problema, portanto, não são as tendências. E se os companheiros proponentes defendem a tese na boa fé da construção partidária, equivocam-se. A questão central do PT hoje é sua fragilidade de coesão programática, de unidade política-ideológica e esse é nosso maior desafio. Para superá-lo necessitamos de um partido democrático, plural, demarcado por uma clara concepção de mundo socialista.

Obviamente, precisamos de um partido unido, forte, de massas. Queremos um partido, não uma federação de tendências. Defendemos a submissão das minorias às decisões da maioria. Defendemos um conjunto de regras para o funcionamento de tendências. Nesse sentido, somos rigorosamente fiéis às resoluções do 1º Congresso: "O PT é um partido com tendências e não um partido de tendências". Felizmente o 11º Encontro Nacional não votou a tese em questão. Entretanto, ela está proposta e significa a opinião corrente de um setor do leque partidário. É o caminho mais curto para a descaracterização do PT. Cabe à militância, em todos os níveis, dar a resposta: a garantia do PT de lutas só é possível se a democracia interna for inteiramente assegurada. E isto quer dizer caminhar em sentido contrário à Tese 7 apresentada no 11º Encontro.

RAUL PONT É MEMBRO DO DN DO PT E PREFEITO DE PORTO ALEGRE.



Os jornais eram lidos em grupos. Rapidamente. Todos estávamos ansiosos. As fotos corriam sob os nossos olhos. As manchetes eram como socos. Líamos e não queríamos acreditar. Não podíamos. Já tinham sido tantas histórias. Ele teria morrido no Congo. Já teria caído, com um tiro certeiro em Cuba, após uma discussão com Fidel.

Nossos olhos corriam pelas matérias, pelas páginas, por vários jornais. Coração acelerado. Água nos meus olhos, que eu tentava esconder. Minha garganta ardia, enquanto comentava com outros companheiros na frente do restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, as notícias da morte de Che na Bolívia. Prometíamos: a luta continua, o imperialismo vai pagar caro.

Era uma manhã de muito calor. Boa de praia. Boa para andar pelo calçadão. Tomar umas cervejas. Trocar idéias e carinhos com a namorada. Manhã para sonhar futuros. Mas Che tinha sido assassinado.

Che representava para todos nós uma grande referência. Um exemplo. A Revolução Cubana era recente: apenas oito anos tinham se passado desde que Fidel e Che tinham comandado a derubada da ditadura de Fulgêncio Batista, iniciada a expropriação do grande capital e a experiência revolucionária em direção ao socialismo em Cuba.

O impacto da Revolução Cubana tinha sido enorme entre os socialistas e lutadores de toda a América Latina. Principalmente, entre os jovens. Demonstrou que o imperialismo poderia ser derrotado. E isso antes da vitória vietnamita e à poucos quilômetros do seu poderio militar. Os revolucionários cubanos, com armas nas mãos, disposição de luta, ousaram e venceram. Tudo era possível, portanto.

No Brasil, como em toda América Latina, muitos de nós vimos em Cuba um farol. Uma experiência a ser estudada. A ser, se possível, seguida.

Ainda antes de 64, militantes ligados a Francisco Julião organizaram campos de treinamento de guerrilha. Um foi descoberto em Goiás e fechado a balas pela polícia. Mas a experiência não foi adiada principalmente por problemas da própria direção do movimento. Vários jovens ligados a esse processo, buscando a luta revolucionária, romperam com esses dirigentes e percorreram outros caminhos.

Em João Pessoa e Recife, alguns destes estudantes e profissionais liberais formaram a Vanguarda Leninista. Posteriormente, a maioria se integrou ao Partido Operário Revolucionário (Trotsquista), que desenvolveu uma luta radical no campo, organizando sindicatos rurais e tentando constituir uma Federação Camponesa. A Federação foi destruída pelas balas dos latifundiários (que, em uma emboscada, feriram vários camponeses e mataram a sua principal liderança, Jeremias, ex-operário paulista), depois pelas prisões de vários dos seus principais integrantes, em 63.

No PCB, principalmente entre os seus segmentos mais jovens, começou todo um processo de discussão, que avançou muito após 64, onde se contestava o reformismo e o burocratismo da sua direção, surgindo daí agrupamentos revolucionários armados.

Entre os nacionalistas, mais ligados a Leonel Brizola, também o impacto da

TEMPOS DE CHE

revolução cubana foi grande, e se expressou principalmente na tentativa de “guerrilha de Caparaó”, desarticulada pela repressão em 65.

Che era a representação máxima, junto com Fidel, da possibilidade revolucionária que nos parecia ao alcance das mãos. E agora estava morto.

No Calabouço, restaurante estudantil no centro do Rio de Janeiro, frequentado por estudantes secundaristas e universitários que trabalhavam naquela região, naquele dia, todos só tinham um assunto: Che. Quase todos tinham uma dor: Che.

Lá, meu nome era outro. Eu não podia aparecer abertamente, falar “ao público”. Era “foragido político”. No trato com os companheiros, usava “documentos novos”. Onde eu morava, não dizia. Muito poucos, apenas os de extrema confiança, sabiam que eu era “foragido”. Menos ainda sabiam que eu tinha uma namorada, que vivíamos juntos, e que ela também frequentava o restaurante, fazia passeatas, sonhava sonhos de fraternidade. Mas era 1967, eram tempos de Ditadura Militar. Tínhamos que nos orientar por “regras de segurança”.

Buscávamos, ao mesmo tempo, organizar a resistência à Ditadura Militar e nos defender das suas garras. Essas eu já as conhecia. Três anos antes eu tinha sido preso, junto com vários outros jovens. Fomos acusados de ser militantes do POR(T) e de buscar derrubar “o poder constituído”, a Ditadura, através das armas. Estávamos preparando um movimento armado, do tipo guerrilheiro, nas terras nordestinas. Os jornais, então, se encheram de notícias. E, nós de hematomas, queimaduras de cigarros e choques elétricos. Entrei, então, na rota do inferno: quartéis, celas, isolamento, tortura, uma hepatite, cabelos raspados, trabalho forçado em Fernando de Noronha, Casa de Detenção. Meses em caldeirão de dor.

No Rio de Janeiro, naqueles tempos, não podíamos ir uns às casas dos outros. Discutíamos, então, quase sempre, nos bares, na praças, raras vezes na praia. Nos bares, diversas vezes, ter-

minávamos em veredas mais amenas: literatura, cinema, canções, poesia. Versos eram lembrados. Outros nasciam e se perdiam nos guardanapos, nas cervejas, na velocidade do viver. Eram tempos, também, de “festivais de canções” e de cinema de arte. Vandrê em nossa voz. Éramos todos marinheiros, também sabíamos governar.

Buscávamos a revolução, o socialismo. Os textos de Régis Debray, intelectual francês que discutiam os caminhos da revolução na América Latina sob uma pretensão ótica guevarista, nos deram margens para longas, intermináveis discussões. Eu estava rompendo com o POR(T). Eu seria um revolucionário, mas nunca teria entendido a proposta central do partido, de acordo com uma afirmação que fizeram nessa época. De qualquer maneira eu me considerava trotsquista, reivindicava a contribuição de Trosky contra a burocracia, contra o reformismo, a teoria da Revolução Permanente. E Debray tinha uma visão deformada, preconceituosa, do trotsquismo. E as discussões eram longas. Ardorosas.

Radicalização ia crescendo entre os estudantes. No Calabouço tinha todo dia reunião na hora do almoço. Uns discursavam bonito. Outros diziam algumas palavras de ordem. Muitos apreciavam, batiam palmas, ouviam. Eu, “foragido”, me queimava de vontade de participar abertamente daqueles debates.

Um dia, a direção estudantil, eleita diretamente pelos frequentadores do restaurante, resolveu ocupar a praça em frente, que era usada para guardar carros. Depois “expropriou” um cano grosso de água, o firmou bem na entrada do restaurante, o encheu de pedras, colocou na sua boca uma lata com óleo e a acendeu, em uma solenidade na hora do almoço. Era a Pira da Liberdade.

Dias após foi descoberto entre os estudantes um agente da repressão infiltrado. Uma assembleia na hora do almoço. Defesa e acusação. Votação. O resultado: expulsão por ampla maioria. Depois uma enorme briga campal,

CHE GUEVARA
SIMBOLIZOU, PARA OS
MILITANTES DOS
ANOS 60, A NECESSIDADE
DA REVOLUÇÃO E
DO SOCIALISMO. MAS
TAMBÉM HOJE SUAS
IDÉIAS SÃO O FUTURO.

JULIO TAVARES

com direito a pedras e pauladas entre direita e esquerda. A esquerda venceu. Pelo menos uma. Meu coração batia acelerado de alegria. Eu tinha entrado também no confronto. Tinha me esquecido que estava sendo procurado.

Aliás me esquecia sempre. A luta direta era muito atrativa. Era necessário vivenciar com os companheiros o combate direto. As passeatas se sucediam.

Em uma delas foi distribuído a todos os estudantes uns porretes que pareciam rústicos bastões de beisebol... com umas bandeirinhas do Brasil nas pontas, para que agitássemos contra a Ditadura. Eram, de fato, uma defesa contra a violência policial.

Andamos por algumas ruas. Alguns líderes falaram, entre eles Waldemir, presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE). Continuamos entrando pela Rio Branco... e a polícia chegou feroz. Bombas, carros, cães, borrachas, prisões, correria. Estudantes correndo. A multidão correndo. Uma bar. A fuga.

Naquele dia, Che, o comandante, ressurgia na imprensa. Em várias fotos magro, sujo, morto. Militares e agentes à paisana o olhavam. Para confirmar. Para assegurar que estava morto. E era uma manhã de muito calor. Eu estava me sentindo sufocado, sem ar.

Andei o dia todo. Sem caminhos. Sem saber. O pensamento voando. Planos, raiva, revolta. Voltei para casa lentamente. Olhos vermelhos. Cansado. Totalmente disposto a continuar a luta. Pensava; Che, a vitória final será nossa.

A companheira me olhou firmemente quando entrei em casa e me sentei em sua frente. Era quase uma adolescente. Começamos a discutir as notícias. Eu buscava demonstrar confiança no futuro. A voz me saía pesada. A garganta me ardia. Nos abraçamos. As lágrimas me cobriram a face.

Alguns meses depois fui preso. Tinha sido condenado a quatro anos.

Agora, depois de tantos anos, inúmeras lutas, outras prisões, novas torturas, em um novo cenário político no Brasil e no mundo, Che ressurgiu. Os inimigos dizem que o socialismo morreu, que o marxismo foi superado. E Che subverte, reabre a discussão. E suas idéias sobre a necessidade da revolução, socialismo, marxismo e humanismo estão vivas. São bandeiras. São o futuro!

JULIO TAVARES É MEMBRO DA COMISSÃO DE REESTRUTURAÇÃO DO PT DE DIADEMA

AVALANCHES, ATIVIDADE CEREBRAL, MERCADO DE AÇÕES, RITMOS CARDÍACOS, TORNEIRAS PINGANDO, EXTINÇÕES DE POPULAÇÕES, TERREMOTOS, MOVIMENTOS SOCIAIS, REAÇÕES QUÍMICAS AUTO-CATALÍTICAS, A VIDA ETC. SERÁ QUE É POSSÍVEL CONSTRUIR UMA TEORIA DE TODOS ESTES PROCESSOS?

AMÉRICO BERNARDES

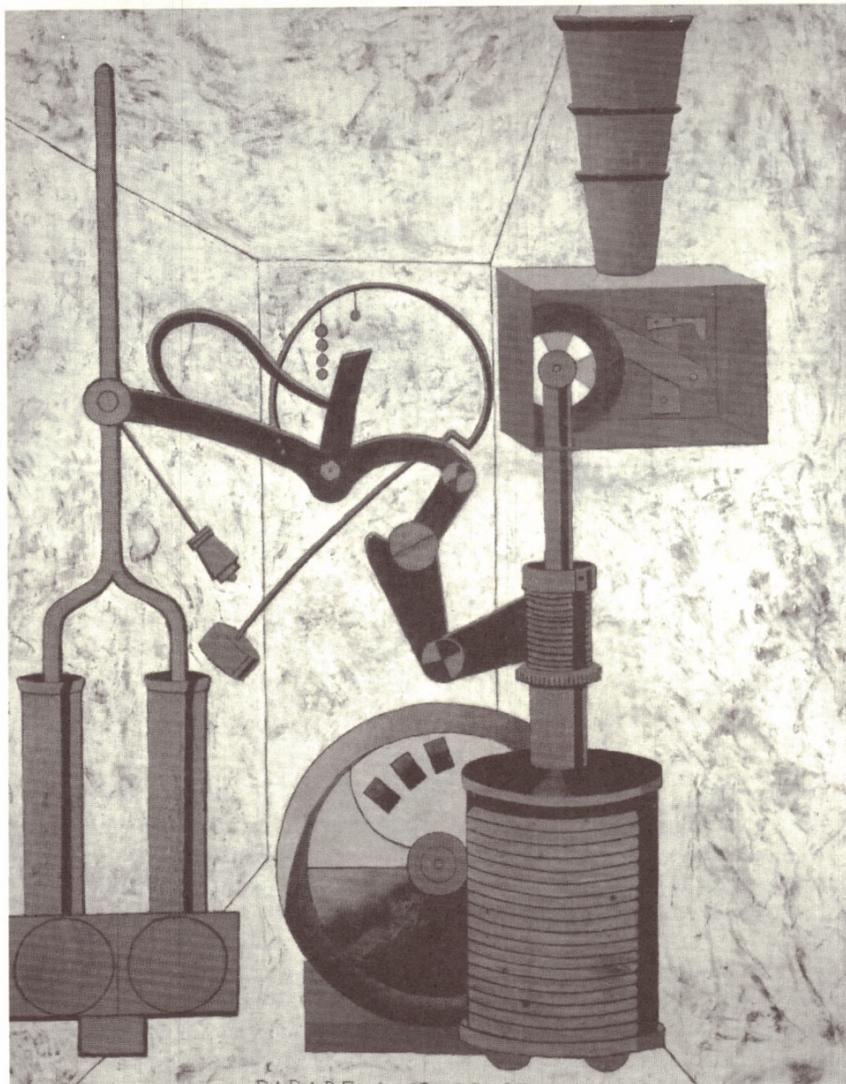
Em um texto publicado pelos *Cadernos Em Tempo* distribuído com a edição 295, Francisco Louçã discute a última grande contribuição de Mandel à teoria econômica: a teoria das ondas longas. Ao final de seu artigo, Louçã critica as abordagens clássicas na análise e interpretação de fenômenos econômicos, buscando construir uma ponte entre as dinâmicas dos processos sociais e as teorias mais recentes em ciências naturais, particularmente nas teorias de sistemas dinâmicos não lineares e de sistemas complexos. Afinal, de que tratam estas teorias? Estaríamos vivendo um novo momento de interconexão entre dois campos científicos geralmente considerados apartados?

UMA NOVA REVOLUÇÃO NA CIÊNCIA?

Há cerca de 10 anos atrás foi publicado um artigo que obteve uma enorme repercussão entre os pesquisadores que trabalham nas ciências matemáticas e da natureza. Naquele trabalho foi apresentada uma nova visão do que seria a dinâmica fundamental geradora de um número enorme de fenômenos naturais. Hoje pretende-se que esta mesma dinâmica seria subjacente inclusive a fenômenos sociais. Crítica à auto-organização é o conceito que explicaria a evolução de sistemas tão diferentes quanto uma pilha de areia ou a formação de um ser vivo.

Se você começa a jogar areia numa base plana, ela vai se amontoando com o tempo. A partir de um certo momento ela atinge uma determinada inclinação. Daí em diante, toda nova areia que vai caindo acaba provocando uma avalanche: um pouco de areia sempre se desgarra e escorre montanha abaixo. Haveria alguma forma de prever estas avalanches? A resposta é não. Nem o tamanho delas, nem o momento em que elas ocorreriam. Isto tudo é imprevisível. Contudo, seria possível identificar alguma dinâmica própria a este fenômeno? A resposta é um sonoro sim. E o importante é que supõe-se que este mesmo tipo de dinâmica ocorra em processos tão diferentes uns dos outros como terremotos, fraturas em materiais, comportamentos de tempestades, fenômenos de extinção em massa etc

ORDEM EMERGINDO DO CAOS



etc. Assim, tudo poderia ter sua dinâmica, sua evolução, compreendida por abordagens unificadoras e universais.

Esta dinâmica seria a responsável pela formação de padrões geométricos cujo estudo iniciou-se há uns 30 anos: os fractais. Os fractais são objetos cuja estrutura geométrica não é possível de ser traduzida em termos da geometria euclidiana. Esta nova geometria está associada aos processos denominados caóticos, tão comuns em nosso cotidiano, mas que durante muitas décadas temos (nós os cientistas) tentado colocar sob as rédeas curtas das leis da previsibilidade. Vivemos agora o momento em que se constróem as condições para enxergarmos a natureza sob um novo ponto de vista. Vivemos a época em que se pretende enquadrar ambos, fenômenos naturais e fenômenos sociais, sob uma mesma abordagem teórica. Será que é possível?

A AFIRMAÇÃO DO DETERMINISMO NO SÉCULO XIX

O século XIX assistiu entusiasmado a vitória do paradigma determinista. Muitos experimentos contribuíram para este estado de espírito, sendo a descoberta do planeta Netuno um dos mais importantes. A descoberta de Netuno deveu-se à indicação do astrônomo francês Le Verrier para o astrônomo do observatório de Berlim - Galle. A partir de cálculos de perturbações na órbita de Urano, Le Verrier predisse a posição de Netuno, o que foi confirmado por observação em 1846. Um estouro! Jamais a capacidade de previsão de uma teoria se mostrara com tanta força. Uma

sorte! Os cálculos de Le Verrier tinham um erro enorme, que só por uma incrível coincidência (que acontece a cada 75 anos) garantiram o sucesso da previsão. Mas quem se importa com isto? (e só se soube disto muito tempo depois...)

Desde finais do século XVIII, o programa básico nos principais centros de pesquisa em física era o de buscar definir as leis fundamentais que explicassem os diversos tipos de fenômenos a partir de uma abordagem dada pelos conceitos da mecânica Newtoniana. A grande revolução Newtoniana foi a de estabelecer as bases para uma ciência baseada em leis, em formulações gerais que garantiam a previsibilidade dos fenômenos naturais. E isto se deu com tanto impacto que se transformou inclusive no programa da nascente Ciência Social (com Auguste Comte).

A certeza do triunfo era tanta que não se dava muita atenção a problemas que surgiam aqui ou ali. Pequenas brisas anunciando as tempestades do início do século XX. Um elemento central do determinismo é a possibilidade de determinação, de previsão da história do sistema. Sabendo-se a lei geral que o governa e as condições nas quais ele se encontra, podemos dizer como ele estava num tempo passado e como ele estará num tempo futuro. Além disto, pequenas alterações que o sistema sofreria produzirão pequenas mudanças na sua história. Assim, o presente é o futuro do passado ou da mesma forma, o presente é o passado do futuro. Não há na verdade o tempo e a indeterminação, a incerteza. Para Laplace (diretor da Academia de Ciências da França nos começos do século XIX), a idéia de um Deus

seria a daquele ser que conhecesse todas as posições e todas as velocidades de todas as partículas do Universo. Que além disto conhecesse todas as maneiras como estas partículas interagem umas com as outras e assim poderia saber sempre e a cada instante o passado, o presente e o futuro. Não haveria, portanto, o tempo para este ser.

A idéia de um sentido para o tempo nos fenômenos naturais entra pelas mãos de Darwin, com sua teoria da evolução das espécies. Esta idéia de um tempo irreversível - não contemplada na mecânica Newtoniana - entra na física pelas mãos de Boltzmann nos últimos 20 anos do século XIX. Os fenômenos passam a ser considerados reversíveis ou irreversíveis. Enquanto para os reversíveis não existe um sentido preferencial para o tempo, para os irreversíveis (como a vida) existe um sentido privilegiado para o tempo. Para os processos irreversíveis, a entropia sempre aumenta com o tempo. A idéia de uma grandeza que medisse o sentido do tempo e que fosse derivada das leis da mecânica - a entropia - provoca uma reação tão forte que Boltzmann, deprimido pela carga que se voltara contra ele, acabou por suicidar-se no começo do nosso século.

É necessário que se diga que mesmo estas idéias evolucionistas serão colocadas sob a égide do determinismo newtoniano. O programa de Boltzmann era o de formular uma teoria para a evolução de sistemas com interação de milhões e milhões de partículas (um gás, por exemplo) a partir das leis da mecânica. Da mesma maneira, também esta noção está presente no programa que se desenvolve após Darwin na teoria da evolução. Basta ver que todo o desenvolvimento da moderna teoria genética de populações ocorrida em nosso século sempre se dará a partir da noção de previsão da frequência genética em determinadas populações, seguindo basicamente o paradigma determinístico.

AS TRANSFORMAÇÕES DA CIÊNCIA NA VIRADA DO SÉCULO

Se a visão destes evolucionistas já continha os embriões das noções que darão origem aos conceitos que se buscam implantar hoje em diversas áreas, as revoluções científicas no início de nosso século ocorrerão por outras vias: as formulações das teorias da relatividade e da mecânica quântica. A realidade objetiva passa agora a estar condicionada à ação do observador. Pior ainda, dois observadores podem - genuinamente - fazer observações diferentes. O objeto de observação deixa de ser incólume à ação do observador e a realidade está condicionada à ação do observador.

Este quadro de imprevisibilidade é bem representado pelo exemplo de um experimento imaginário conhecido como o gato de Schrödinger: um gato é preso dentro de uma caixa fechada onde existe uma cápsula de veneno e um material radioativo. Se este material emite radiação, ela estoura a cápsula e o gato morre. Como os fenômenos de emissão de radiação são imprevisíveis - apesar de sabermos quanta radiação é

QUANTAS EVAS EXISTIRAM?

A discussão sobre a origem da espécie humana mais parece um quebra-cabeça onde muitas peças não se encaixam (ou se encaixam mal) e muitas outras faltam. Hoje, apenas uma espécie existe: *homo sapiens*, mas há algumas centenas de milhares de anos atrás outras espécies existiram, como por exemplo o *homo neandertalensis*.

Dois teorias básicas são discutidas pelos cientistas. Ambas as teorias reconhecem que várias espécies do gênero *homo* podem ter surgido ao longo do processo evolutivo. A diferença básica é que uma advoga a idéia de que a espécie que prevaleceu teve origem na África e ocupou o espaço das outras que lhe eram concorrentes, sem ter tido com elas cruzamento. A outra teoria supõe que houve cruzamento entre grupos e hoje somos herdeiros desta herança. Resultados de pesquisas recentemente publicados mostram que o material genético de indivíduos da espécie *h. neandertalensis* tem grandes diferenças com as várias raças da espécie *h. sapiens*, o que reforçaria a idéia de que esta espécie não contribuiu com a herança genética hoje existente. Assim, uma espécie como o *h. neandertalensis* que surgiu há uns 600.000 anos atrás desapareceu - talvez na disputa com o *h. sapiens* - sem deixar qualquer descendente nos dias de hoje (*Science*, vol. 277, 176, 1997).

EINSTEIN ESTAVA ERRADO?

A revista *Globo Ciência* publica em sua edição de agosto um artigo buscando levantar a polêmica sobre um dos princípios fundamentais da Teoria da Relatividade: a impossibilidade de existência de velocidades superiores à da luz (300.000 km/s). Trata-se de um artigo com forte caráter sensacionalista e pouco informativo, mas a polêmica mesma existe.

Resultados obtidos na Universidade de Colônia-Alemanha em 1992 levantaram esta polêmica. Cientistas observaram deslocamentos em velocidades superiores à da luz. Até mesmo resultados instantâneos foram reportados. Desde esta época os principais jornais de física do mundo têm publicado artigos sobre o tema. A maior parte dos físicos discorda da interpretação dos cientistas de Colônia (e outros que lhes seguiram). Na sua concepção não se trata de um deslocamento com velocidade maior que a da luz, mas sim de um fenômeno que já era previsto na teoria. Um congresso sobre o tema será realizado no próximo ano. Ainda há muito o que discutir.

O FIM DOS DINOSSAUROS

Hoje qualquer pessoa sabe que os dinossauros foram extintos num grande evento catastrófico: um meteoro enorme chocou-se com a Terra há uns 65 milhões de anos atrás. A poeira levantada impediu a luz solar de alcançar a superfície da Terra, as plantas morreram ocasionando a morte dos herbívoros e daí dos carnívoros. Pronto! Esta teoria foi proposta há 17 anos atrás pelo cientista L. Alvarez, da Universidade da Califórnia nos EUA. Acontece que parece que a coisa é mais complicada.

Existe um grande número de cientistas que não concordam com esta teoria e tem uma proposta alternativa: um processo de extinção gradual, ocasionado por diversos motivos. Um dos elementos chaves em sua contestação é o fato de que espécies que são reconhecidas por sua fragilidade frente a mudanças bruscas no meio ambiente, como os anfíbios, sobreviveram a este processo. Diversas alternativas são propostas: aumento da atividade vulcânica, a passagem da Terra por uma grande nuvem de poeira ou mesmo um processo de degeneração e mutação. Registros paleontológicos recentes começam a reforçar estas hipóteses. (*New Scientist*, 16 de agosto de 1997)

LÁ VEM EL NIÑO

Este deve ter sido um dos mais estranhos invernos pelos quais passamos. A nossa famosa São Paulo da garoa, de clima frio e chuvinha miúda enfrentou uma onda de calor e uma secura jamais vistas. Toda esta complicação no clima é consequência de um fenômeno conhecido como *El Niño*. Este nome foi dado por pescadores peruanos, por acontecer perto do Natal. O fenômeno, cuja origem se dá pela interação entre as águas do Oceano Pacífico e a atmosfera, ocorre a cada 3-4 anos.

As águas do Oceano Pacífico normalmente são mais frias perto da costa da América Latina e mais quentes na região oeste. Quando ocorre o *El Niño* há um sobre aquecimento das águas na região próxima à América Latina. As consequências mais sentidas são alterações climáticas, como as que vemos agora no Brasil. A alternativa neste caso é acompanhar a chegada da "criança", afim de evitar os sérios problemas que ele origina. (A. B.)

emitida em média por um material radioativo, nunca se pode afirmar o momento exato em que ela será emitida - a menos que se abra a caixa não se pode dizer em que estado o gato se encontra: morto ou vivo. O mundo passa assim - pelo menos em sua escala microscópica - a ser governado por probabilidades de existência de estados, que são definidos em sua última instância pela ação do sujeito observador. Por outro lado, devido à necessária interação entre sujeito e objeto para a definição dos estados, as medidas passam agora a ter um grau intrínseco de incerteza, definido a partir do princípio da incerteza de Heisenberg.

Contudo, esta imprevisibilidade *a priori* ou mesmo esta indeterminação são governadas por equações de movimento, por leis que seguem o padrão básico da mecânica Newtoniana. Assim, se podemos afirmar que existe uma probabilidade de um elétron estar numa dada região, podemos dizer como era esta probabilidade no passado e como será ela no futuro. Portanto,

a imprevisibilidade da evolução dos fenômenos atmosféricos (como não é possível saber se vai chover semana que vem...). Esta impossibilidade de previsão não estava relacionada à não existência de leis físicas. Na verdade, estamos - sempre - tratando de modelos, de idealizações, quando falamos de previsões. O modelo proposto por Lorenz baseava-se em equações razoavelmente simples. O problema é que ele percebeu que uma pequena mudança nas condições iniciais produziria uma enorme diferença em tempos mais longos. Esta característica veio a ser conhecida como a forte dependência às condições iniciais.

Como não é possível obter os dados com uma precisão infinita, mesmo sendo o modelo determinístico, não é possível realizar previsões de longo alcance. Dois exemplos simples podem esclarecer as diferenças entre os processos lineares e os não lineares. No primeiro caso, pense no lançamento de uma pedra. Suponha que você atira vá-

quenas alterações em condições iniciais ou mesmo em parâmetros que governam a dinâmica podem produzir cenários completamente diferentes. Assim, a "repetição" da história não produz o mesmo caminho, mas caminhos totalmente diferentes podem ser construídos. Para cada vez que você lê um livro o final é totalmente diferente: uma hora o caçador mata o lobo, na outra a vovó casa com o caçador, noutra chapeuzinho casa com o lobo e mata a vovó e assim por diante.....

A pergunta então é: existe alguma maneira de tratar estes sistemas? Por longo tempo eles ficaram na berlinda, a espera de uma nova visão do mundo. O grande avanço que hoje se verifica é que estes fenômenos podem ser tratados e sua evolução divisada. Não mais dentro da lógica de previsões da mecânica clássica. Mas dentro da construção de toda uma abordagem que permite vislumbrar os elementos centrais da sua dinâmica. Mais do que isto, constrói-se uma abordagem teórica na qual buscam-se estruturas básicas que organizam fenômenos aparentemente sem nenhum tipo de relação.

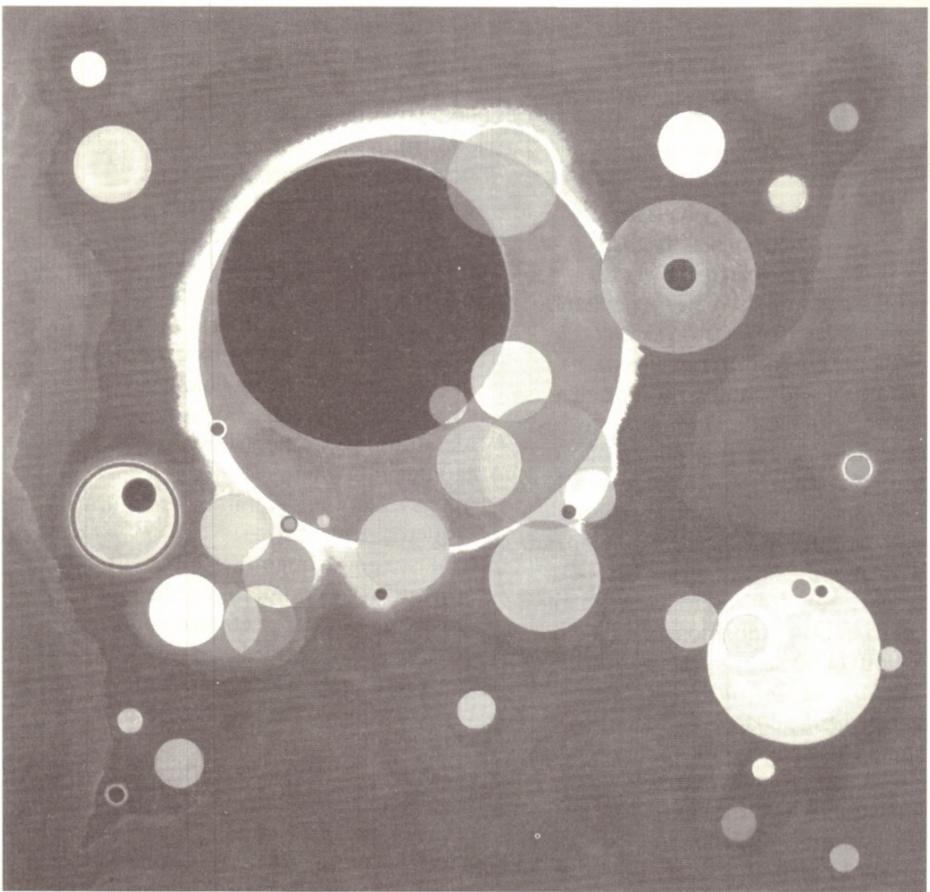
Assim, o conceito de ordem passa a ser nitidamente diferente daquele a que estamos habituados. O exemplo típico de ordem é uma sala de aula limpinha, com todas as carteiras arrumadinhas. Em escala microscópica este exemplo seria o de uma rede cristalina, uma estrutura onde uma pequena região se repete em todas as direções. O interessante é que não há qualquer complexidade numa estrutura como esta. Pouca informação é aqui requerida para se falar da estrutura e uma parte do sistema não interage com uma que está longe dela. Se uma parte é retirada, as outras continuam a se relacionar como antes. Por outro lado, o movimento de um líquido fervendo, ou o processo de formação de um ser vivo, ou ainda a evolução do mercado de ações são processos onde concorrem um número muito grande de agentes. Situações existem nas quais esta múltipla interação cria uma ordem de longo alcance, uma ordem que perpassa todo o sistema e que inter-relaciona todas as suas partes. Ordem como propriedade emergente do caos. A tradução matemática desta ordem é feita a partir dos princípios da geometria fractal. Assim, buscamos - em áreas aparentemente diferenciadas - padrões de comportamento dos fenômenos que nos permitam traçar elementos comuns entre suas dinâmicas.

Hoje, portanto, são criadas pontes para que campos de conhecimento diferentes possam dialogar, buscar compreender seus fenômenos e problemas a partir de um mesmo conjunto de paradigmas. Da mesma forma que há um século, pode surgir uma visão universalizadora para esta diversidade de problemas desconexos. Ainda é cedo para uma resposta afirmativa à questão colocada no início. Mas um certo sorriso otimista pode ser percebido em algumas faces.....

Para aqueles que tem interesse no tema, a leitura de alguns livros pode ser indicada: James Gleick. *Caos*, Ed. da Unesp; David Ruelle. *Acaso e caos*, E. da Unesp; Debrun, Gonzales, e Pessoa Jr. (org.). *Auto-organização*, Ed. da Unicamp; Prigogine e Stengers. *A Nova Aliança*, Ed. da UNB.



AMÉRICO BERNARDES É DOUTOR EM FÍSICA E PROFESSOR DA UFMG.



elementos centrais da visão determinística são mantidas nestas teorias.

O IMPREVISTO E O ACASO

Na verdade, todo este desenvolvimento teórico sempre esteve voltado para o estudo dos chamados sistemas em equilíbrio ou muito próximo do equilíbrio. Ou ainda daqueles que muito lentamente se aproximam do equilíbrio. Estes são em geral fenômenos lineares, nos quais uma alteração na causa produz um efeito que lhe é proporcional. Assim, a "desordem" dos processos caóticos ou dos processos não-lineares passa a ser intratável.

As sementes das atuais teorias sobre sistemas dinâmicos não-lineares já estavam presentes na matemática desde os finais do século passado, como por exemplo nos trabalhos de Poincaré. Por outro lado, as formulações de Boltzmann sobre a entropia já colocavam as noções fundamentais para a discussão de fenômenos fora do equilíbrio. Mas apesar disto, os desenvolvimentos mais importantes iniciaram-se na década de 1960, com o trabalho de Lorenz sobre

rias vezes uma mesma pedra, buscando repetir sempre o mesmo lançamento. Como você não repete as condições iniciais com exatidão, você nunca acerta a pedra no mesmo lugar, mas em lugares próximos (tão mais próximos quanto melhor for sua reprodução de cada lançamento). Agora deixe cair uma folha de papel. Repita várias vezes este experimento e você vai notar que, por mais que você busque repetir a mesma posição da mão e do jeito de soltar a folha de papel, ela cada hora cai num lugar e em posição diferente (Ah, feche a janela da sala pro vento não atrapalhar e você colocar a culpa nele...).

Os fenômenos caóticos são, assim, aqueles nos quais a impossibilidade de previsão é inerente à sua dinâmica. Esta impossibilidade não está ligada ao fato de ser um sistema que evolui ao acaso. Não se trata necessariamente de uma situação na qual não há leis ou que o acaso é o fator prevalente no processo. Aqui reside uma das grandes novidades de toda a teoria. A impossibilidade de previsão existe mesmo para sistemas que evoluem segundo leis absolutamente determinísticas. Mais ainda, pe-

O BRASIL NÃO TEM REVISTAS TEÓRICAS MARXISTAS CONSOLIDADAS POR DÉCADAS DE EXISTÊNCIA, COMO A *MONTHLY REVIEW* NOS ESTADOS UNIDOS OU A *NEW LEFT REVIEW* NA INGLATERRA. MAS UMA NOVA GERAÇÃO DE PUBLICAÇÕES BUSCA TIRAR O ATRASO, DIVULGANDO A TEORIA SOCIAL E POLÍTICA DE ESQUERDA EM NOSSO PAÍS.

REVISTAS MARXISTAS BRASILEIRAS



CRÍTICA MARXISTA

Critica Marxista é uma publicação que busca expressar e difundir a produção intelectual marxista em sua diversidade e complexidade, bem como pretende intervir, crítica e criadoramente, no debate teórico e na luta político-ideológica em curso. Criada em 1994, por um conjunto de professores universitários, a revista visa estimular a produção teórica no interior do campo do marxismo, publicando, prioritariamente, textos e trabalhos de autores nacionais, além de colaborações de intelectuais radicados no exterior.

Reconhecendo o pluralismo existente no interior do marxismo contemporâneo, a revista não se vincula a nenhuma tendência partidária de esquerda. No entanto, ao afirmar que o marxismo continua sendo um instrumento teórico decisivo para a análise e transformação da realidade social contemporânea, *Critica Marxista* combate abertamente a teoria e a prática social do neoliberalismo.

A partir deste ano, sob a responsabilidade da Editora Xamã, *Critica Marxista* passa a ser publicada semestralmente. Em meados de outubro, será lançado o nº 5 que conterà, além de outros, ensaios sobre as concepções político-estratégicas de Che Guevara e um dossiê sobre o impacto da Revolução de Outubro sobre a intelectualidade brasileira (com escritos inéditos de Astrogildo Pereira).

Os números atrasados podem ser solicitados à Editora Xamã: Rua Loefgren, 943, CEP 04004-030, São Paulo/SP. Telefone: (011) 575-9075

CAIO NAVARRO DE TOLEDO, FILÓSOFO E PROFESSOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.



LUTAS SOCIAIS

A publicação do NEILS - Núcleo de Estudos de

Ideologias e Lutas Sociais - da Faculdade e Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP. Embora o NEILS esteja profundamente ancorado nesta universidade, os participantes do núcleo não se restringem aos que nela atualmente trabalham e estudam. A cada número de *Lutas Sociais*, autores vinculados a outras instituições, inclusive de outros países, contribuem com a revista. É o caso, por exemplo, de James Petras (*As esquerdas e as novas lutas sociais na América Latina*), Göran Therborn, (*A formação ideológica do sujeito humano*), Daniel Bensaid (*Mundialização - nações, povos, etnias*) e Pablo Rieznik (*Os intelectuais diante da crise*).

Lutas Sociais surgiu da constatação de que, apesar da ofensiva ideológica conservadora, um grande número de pesquisas produzidas no mundo universitário expressa uma perspectiva voltada para a transformação social, diferenciando produção acadêmica da simples reiteração ideológica do existente. Seus autores se recusam a naturalizar as relações sociais e procuram vislumbrar, nas lutas que hoje se travam, por menores que sejam, as possibilidades de constituição de sujeitos da transformação social.

Esta perspectiva abre um imenso espaço para a crítica ideológica. Daí a tentativa de superar falsos antagonismos que voltaram a ocupar parte do campo intelectual, como "liberdade" x "igualdade" (queremos os dois) ou "mercado" x Estado (costumam ser grandes amigos). Os membros do NEILS procuram aliar criticidade e preocupação com a pesquisa criteriosa. Daí o cuidado dos autores para esclarecer seus pressupostos teórico-metodológicos, definir claramente o objeto de análise e garantir um sério tratamento do material empírico. Quanto menos achismo, melhor. Não nos atrevemos

a chamar a *Lutas Sociais* de marxista, embora a maioria dos membros do NEILS pretenda sê-lo.

É objetivo da revista que todos os participantes do

NEILS publiquem matérias, evitando uma perversa divisão do trabalho, existente em muitos núcleos de pesquisa, onde muitos se limitam a "carregar o piano". O importante é a qualidade do que se produz e não a titulação acadêmica do autor. Em *Lutas Sociais* encontram-se artigos de pessoas que ainda não defenderam suas dissertações de mestrado e textos de autores internacionalmente consagrados. Trabalhos de Heleieth Safiotti (*Violência de gênero - o lugar da práxis na construção da subjetividade*) e Jacob Gorender (*A atualidade de O Capital*) coexistem com as primeiras aventuras intelectuais de Célia Congilio (*Reestruturação produtiva e crise econômica global*), Cássia Adduci (*A nação paulista*) e Jair Pinheiro (*Parceria e terceirização: transferências de responsabilidade sobre os serviços sociais*). Pelo menos até agora, os resultados têm sido plenamente satisfatórios. A tiragem do nº 1 já se esgotou e o nº 3 está a caminho.

O comitê editorial de *Lutas Sociais* não é fixo.

Após o lançamento de cada número, os membros do NEILS avaliam a revista e elegem o grupo encarregado de coordenar a preparação da próxima edição. A periodicidade tem sido semestral, o que muitos julgam uma loucura que, paradoxalmente, só tem dado certo graças um alto grau de responsabilidade e entusiasmo. Está ótimo. Se deixar de ser, a gente parte para outra. E se você pensa um pouco como a gente, chegue mais.

NEILS: R. Ministro de Godói, 969, 4º andar, Perdizes, CEP 05015-001. F. (011) 62-8132; f/fax. 873-2486. *Lutas Sociais* nº 2. Ed. Xamã, 1997. R\$ 12,00.

LÚCIO FLÁVIO DE ALMEIDA, CIENTISTA POLÍTICO E PROFESSOR DA PUC DE SÃO PAULO.



PRAGA

A revista *praga* surgiu como resultado das atividades do grupo interdisciplinar de pesquisa "Marxismo: cultura e política", composto por professores e pesquisadores da UNESP e da USP, ligados às áreas de filosofia, literatura, cinema, economia, história e sociologia. *praga* é uma revista marxista não-acadêmica e não-ortodoxa, fortemente inspirada no "marxismo ocidental" (em particular na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt), voltada para a análise de temas culturais, políticos, sociais e econômicos contemporâneos. É convicção de *praga* que só se pode contribuir para o avanço da esquerda hoje e para a elaboração de um programa socialista a partir de posições não-baluartistas, teórica e praticamente ultrapassadas. Nesse sentido, o objetivo da revista - intelectual e não-partidário - é, ao fazer a análise do capitalismo tardio nas suas manifestações objetivas e subjetivas, no Brasil e no mundo, recriar um pensamento anti-capitalista que ajude a superar os impasses teóricos e práticos em que a esquerda se encontra.

Para isso contribuem os vários artigos nos três números publicados de setembro de 96 a setembro de 97, dos quais menciono alguns: Giovanni Arrighi, José Luis Fiori, François Chesnais e Ruy Mauro Marini escrevem, de uma perspectiva econômica, sobre os problemas oriundos da mundialização do capital, Eugênio Bucci do ponto de vista da crítica da cultura; Emir Sader, Paulo Arantes, Dalmo Dallari, C. Lessa, C. Salm, L. T. Soares e S. Dain fazem uma análise crítica da situação política, social e cultural brasileira; Modesto Carone e Iná Camargo Costa escrevem sobre literatura; na seção *entrevista* aparecem Antonio Candido, Maria da Conceição Tavares e Wolfgang Haug; na seção *internacional*, cujo objetivo é publicar textos clássicos do marxismo ocidental, Marcuse, Adorno e Raymond Williams; na seção *crítica*, resenhas de livros e comentários de filmes (*Tieta*, por F. Alambert, e *O que é isso companheiro?*, por I. Xavier); na seção *arquivo*, que visa divulgar textos de marxistas brasileiros, Caio Prado Jr., Mário Pedrosa, Otto Maria Carpeaux, além da apresentação da revista *Teoria e Prática* nº 1 (1967), de onde *praga* tirou seu lema: "Uma revista, se não é de doutrina, deve ter caráter, não programa". As edições nº 1 e 2, podem ser solicitadas à Ed. Boitempo, F. (011)65.6947, e a nº 3 à Ed. Hucitec, F. (011)530.4532.

ISABEL LOUREIRO, FILÓSOFA E PROFESSORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SÃO PAULO.



“Que tragédia é esta que cai sobre todos nós”. Grupo Resgart

MARGARETE MORAES

CULTURA EM UMA CIDADE DEMOCRÁTICA

“A cultura é um contexto dentro do qual pode situar-se o ser humano, entender-se a si mesmo e entender as criações que o conformam.”

Entendemos, como Marina Weismann, que se a idéia de cultura contém, privilegiadamente, o campo clássico, para que as pessoas se expressem em termos sensíveis e imaginários, sabemos que ela não se consome aí. A cultura abarca modos de ser e estar no mundo, direitos da pessoa, sistemas de valores e de opções, enfim, tudo o que é produzido, sentido e pensado pelo ser humano, aquilo em que crê ou constrói em determinadas circunstâncias temporais ou espaciais.

A cultura é condição de produção e reprodução da sociedade e situa-se no universo do valor e no recorte das opções. As letras e as artes são modos de praticar a cultura, formas pelas quais esta se revela e permitem compreendê-la em aspectos essenciais. Todos somos sujeitos criadores e portadores de cultura: no cotidiano anônimo, na singular maneira de receber o que outros fizeram e naquilo que ousamos e pretendemos ainda fazer. Através da arte e da cultura, estabelecemos vínculos com o passado e podemos antecipar o futuro. Por situar-se no campo da diferença e do sentido - sem o quê não há vida possível - a cultura não cabe mais como mera extensão do cerimonial nem no lugar do inútil da existência.

Rejeitando as lentes limitadoras e provincianas do dirigismo estatal - que tendem a confirmar a cultura como um feudo hermético desligado da cidade e de seus dilemas reais -, a Administração Popular, desde o seu primeiro governo, instituiu uma política cultural viva e sensível à história, à memória e ao espaço físico de Porto Alegre. Apontamos, como princípios de política cultural democrática o pluralismo, a historicidade, a sistematicidade e a descentralidade, para que a cidade deixe de ser uma camisa de força que prende seus habitantes a uma malha perversa e excludente e passe a ser elemento propulsor da conquista da cidadania.

IDENTIDADE E DESCENTRALIZAÇÃO

A Porto Alegre que recupera fragmentos de sua memória tem muitas falas, sua vida social está distribuída ao longo de todo o tecido urbano. Estes ele-

mentos, somados à tradicional precariedade de acesso da maioria, bem como a carência de oportunidades de participação, levou-nos a um movimento descentralizado, cuja base é a autonomia e a participação comunitária.

O Projeto de Descentralização da Cultura na Administração Popular desenvolve um modo de ação que transcende as instituições e os equipamentos existentes ao reconhecer, apoiar e promover expressões e necessidades culturais, estabelecendo novos espaços de criação e de propagação. Conscientes de sua importância, trabalhamos lado a lado com os Conselheiros do Orçamento Participativo, os quais, ouvindo as comunidades, elegem o que querem ver, desfrutar, produzir ou refletir. A cultura está plenamente inserida no caminho que Porto Alegre encontrou para a participação da gestão da cidade.

Podemos sintetizar o Projeto de Descentralização em três grandes linhas de atuação. As *Oficinas de Arte nos Bairros* permitem que cada comunidade defina e realize sua própria produção cultural. Ou seja, conhecendo e, quem sabe, dominando os procedimentos de expressão, os indivíduos possam enunciar-se e relacionarem-se com os recursos artísticos disponíveis em atividades de teatro, música, dança, artes plásticas, literatura, fotografia, vídeo e história oral.

O segundo eixo de nossa Descentralização são as *Festas Populares* onde a Secretaria Municipal da Cultura fornece a infra-estrutura adequada, além das programações de música, teatro ou dança, que estreitam laços e geram processos de reconhecimento coletivo.

Os dois modelos se articulam e se revigoram no *Cultura Por Aqui*, programação quinzenal em espaços físicos não convencionais que se transformam em novos e alternativos, capazes de abrigar artistas e pessoas da comunidade interessadas em conferir espetáculos e performances, próximos as suas casas.

MEMÓRIA E DEMOCRACIA

Ao embasarmos nossa ação política no binômio da Democratização/Descentralização, rebelamo-nos às disposições ocasionais do mercado, e compreendemos que a construção da cidade é a construção de seu patrimônio, cabendo ao órgão público tirar das

sombras os espaços, compartilhá-los e valorizá-los. Na nossa Porto Alegre, o processo de restauração e reciclagem do Mercado Público teve acompanhamento concomitante da Equipe do Patrimônio que, junto à identidade arquitetônica buscou outros elementos de distinção históricos: rituais profanos e sagrados, mistérios e segredos, de outrora e de hoje.

A confirmação destes valores deu-se nos textos reais ou fantasiosos de centenas de pessoas que enfrentaram o desafio proposto pela Secretaria de Indústria e Comércio e pela Secretaria da Cultura escrevendo, definitivamente, seu nome na história do Mercado. Emergiram lendas e verdades acerca do Príncipe Custódio, trágica história de amor entre os escravos Esperança e Januário, cheiros e sabores, erva-mate e morango com nata. A relação da Administração Popular com o Mercado Público traduz a melhor imagem da noção que temos de uma política pública do patrimônio, a qual também pode ser conferida na compra e restauração da Travessa Paraíso e da Casa Godoy, marcos referenciais, em diferentes tempos e espaços, de nossa cidade.

A ESPERA PELO PORTO ALEGRE EM CENA

A par de uma antiga história de amor entre as cidades e seus palcos, em parceria com o Sindicato dos Atores, criamos um excepcional Festival de Teatro, o qual, já na primeira edição, alastrou-se pela cidade e pelo país, num saudável e instantâneo contágio. E porque foi e continuará indo além das fronteiras do possível, foi também por aí que ocorreram as trocas dos primeiros sinais com os vizinhos uruguaios e argentinos. Mesmo cumprindo sua sina de andar sempre no fio da navalha, a cada edição o Porto Alegre em Cena se renova e cresce em expectativas e em profissionalismo. Desta vez, nada menos que nove países, em mais de quarenta espetáculos e cem apresentações, estarão à disposição dos portoalegrenses com o melhor da produção teatral que se pratica no Brasil e em outros tabladados do mundo.

PORTO ALEGRE LATINO-AMERICANA

A consciência das múltiplas identidades da Porto Alegre gaúcha, brasi-

A POLÍTICA CULTURAL DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE TEM COMO PRINCÍPIOS O PLURALISMO, A HISTORICIDADE, A SISTEMATICIDADE E A DESCENTRALIZAÇÃO, BUSCANDO SER ELEMENTO PROPULSOR DA CONQUISTA DA CIDADANIA.

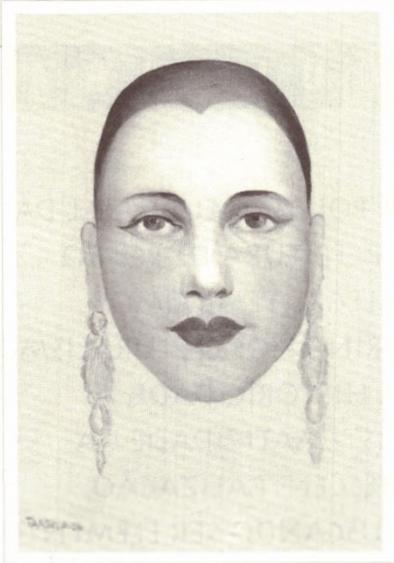
MARGARETE MORAES

leira, platina e latino-americana e o orgulho deste sentimento de pertença nos induz a outros vãos e à sementeira em outras plagas. Abrindo o coração e os caminhos, em novembro de 1995 aportamos na cosmopolita Buenos Aires atrás de seus bons ares, propondo um diálogo fundado na arte e no que ela tem como característica essencial: a superação das fronteiras geográficas, de idiomas e de culturas. A partir de então, o Projeto de Integração vem navegando e se construindo e se realizando mutuamente. O desbloqueamento e a suavização de fronteiras iniciados naquela ocasião, hoje se esboçam em uma rede envolvendo ativamente as cidades de Rosário, Mendonza, Montevidéu e Buenos Aires, em atividades regulares, que se repetem anualmente.

Esta idéia jamais pode ser imposta ou ser fruto do acaso. A proximidade territorial e a ascensão de governos democráticos são fatores determinantes. Não podemos esquecer da pegada dos Guaranis ou da rota dos contrabandistas, tampouco do chimarrão gaúcho ou, como melhor disse Sérgio Metz “o cachimbo da paz gaudério”, levado ao México e a Cuba por Che Guevara. Sem falar na audiência das rádios El Mundo e Belgrano e nas frias noites de nosso sul. Também é importante recordar que a grande integração oficial ocorreu nos anos setenta, em cinzentos tempos de ódio e repressão. Hoje, olhamos nos olhos de nossos vizinhos para dizer-lhes que, sendo filhos de quase idêntica navegação, os queremos irmãos. É preciso afugentar os fantasmas do passado quando desprezamos a América Latina distinguindo modelos europeus e norte-americanos.

Em cultura, a universalidade não significa uniformização ou monólogo, ao contrário, cria campos de diferenciação e de enriquecimento. Para quem tem na condição humana o eixo da jornada, estabelecemos como legítimos embaixadores de nosso povo os nossos artistas e intelectuais e sua produção cultural. Eles se revelam parceiros corajosos, nosso espelho e auto-estima. Ao manterem aceso o fogo de Prometeu, renovam esperanças e sempre almejam mais, pois é próprio do saber ser incompleto e inconformado.

MARGARETE MORAES É SECRETÁRIA DA CULTURA DE PORTO ALEGRE.



TARSILO DO AMARAL

AS MUITAS FACES DO FEMININO

O livro *História das mulheres no Brasil*, organizado por Mary Del Priore e com a coordenação de textos sob a responsabilidade de Carla Bassanezi é, através dos vinte textos que o compoem, uma "viagem pelo tempo".

A obra é composta por textos de estilos e temas diversificados, procurando reconstruir a história das mulheres no Brasil, desde o "descobrimto", passando pelo escravismo, o período republicano até os anos 80, enfocando aspectos como a mulher índia, a mulher negra, as mulheres nas várias regiões do país, a sexualidade feminina, mulher e pobreza, os padrões culturais em tempos e espaços distintos, a mulher na sala de aula, na literatura, nos movimentos sociais etc. A partir de uma perspectiva de gênero busca analisar a sociedade brasileira através de atos por ela considerados "delitos - grande parte dos textos tem como base empírica diversos processos policiais e eclesiásticos.

Talvez seja a primeira grande obra de reconstrução da história das mulheres no Brasil que utiliza o conceito de gênero como um instrumento de análise das relações sociais em distintas esferas do conhecimento e de espaços sociais.

Momentos altos da obra são: o debate sobre a sexualidade feminina, desde a concepção do corpo da mulher até a discussão sobre a maternidade; as particularidades das representações e vivências das mulheres nas regiões brasileiras, bem como nas distintas classes sociais; o espaço de conhecimento e elaboração intelectual das mulheres; a participação e contribuição das mulheres nas lutas sociais no Brasil, seja no campo ou na cidade.

É um livro que contribui para a percepção das relações sociais ao longo da história brasileira, das influências que sofreu da Europa, para além de uma visão da história como um aglomerado de datas, fatos, personagens, onde a política partidária e a economia dão o tom. Aqui, busca-se ouvir a voz dos/as atores/atrizes sociais do cotidiano da nossa história.

Essa obra possibilita aos/as leitores/as compreender de forma mais ampla as relações sociais, bem como perceber que o conceito de gênero é um instrumento fundamental na compreensão da nossa realidade, seja no campo político, econômico, científico, religioso, social etc. O conceito de gênero permite perceber o dito e o não dito, o simbólico e o objetivo nas relações sociais, propiciando-nos "descobrir" espaços de definição e reprodução das relações de poder em tempos e espaços distintos da nossa sociedade.

Maria Consolação da Rocha

Carl Sagan: uma vela na escuridão

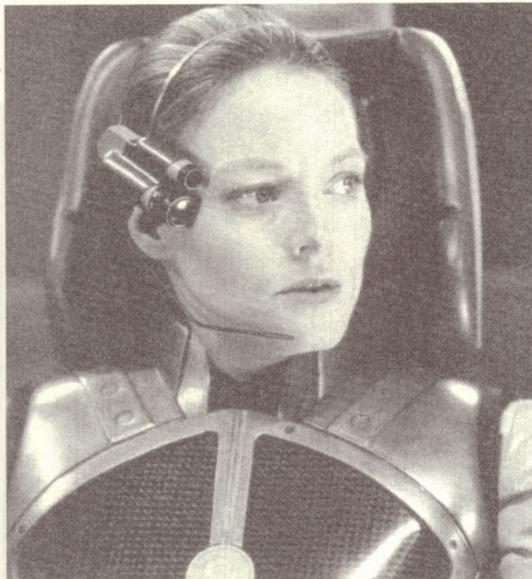
O astrônomo Carl Sagan - falecido prematuramente no início do ano - era um cientista imaginativo, que teve um papel importante nas pesquisas interplanetárias do programa espacial norte-americano e foi um dos formuladores da teoria do "inverno nuclear". Mas era também um dos expoentes da esquerda humanista daquele país e um destacado divulgador dos conhecimentos científicos junto ao público mais amplo.

Quando a ciência se torna cada vez mais problemática, porque ela está imbricada com as tendências destrutivas do capitalismo atual, tendemos a menosprezar o papel e o ainda atual potencial emancipador do conhecimento científico e da técnica. Mas Carl Sagan não nos deixa esquecer desta dimensão da ciência e das promessas de que ela ainda é portadora. A série *Cosmos*, por exemplo, que ele produziu e apresentou, tornou, há mais de uma década, as conclusões mais importantes da cosmologia de então acessíveis para centenas de milhões de pessoas em todo o mundo. Uma tarefa nada desprezível, porque a discussão trata do que é o universo, a Terra e a vida, sua origem e destino - temas ainda mais candentes num momento de reação ideológica e avanço de tendências obscurantistas.

É parte deste legado do trabalho de Carl Sagan como divulgador que agora está acessível no Brasil: o livro *O mundo assombrado pelos demônios* (São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 442 págs. R\$ 29,00) e o filme *Contato*, baseado num romance de Sagan publicado em 1985.

AFASTANDO OS DEMÔNIOS

O mundo assombrado tem como subtítulo *A ciência vista como uma vela no*



Foster estrela *Contato*, filme baseado no livro de Sagan

escuro. Ele justifica seu objetivo, no primeiro dos 25 capítulos do livro, com uma citação de Trotsky sobre a Alemanha nas vésperas do nazismo, em que este evoca o desenvolvimento desigual e combinado para mostrar "como são inesgotáveis as reservas de trevas, ignorância e selvageria" (p. 32), como os retrocessos na democracia, no controle civil sobre os governantes e na educação científica e humanista são acompanhados de ondas de misticismo, credulidade, falsa ciência e fanatismo.

Sagan examina como a ciência e a racionalidade humana podem e devem - sob o olhar democrático da sociedade, guiadas por sólidas referências éticas e combinadas com a imaginação e o ceticismo - prosseguir seu combate à ignorância e ao obscurantismo. Ele debate os perigos reais envolvidos na ciência, propõe iniciativas para reduzi-los, polemiza com todo tipo de direita, da científica à religiosa, e ergue trincheiras ideológicas importantes na defesa de inúmeras causas progressistas da atualidade.

Tudo isso é feito em uma linguagem cativante, pontuada de episódios deliciosos -

que vão desde como ele e sua esposa contrabandearam exemplares da *História da revolução russa* para a União Soviética (para que cientistas daquele país conhecessem sua própria história) até sua luta contra o programa "Guerra nas Estrelas" durante o governo Reagan.

CONTATO

O filme de Robert Zemeckis (*Forrest Gump*), baseado no romance de Sagan e de Ann Druyan (sua companheira e secretária eleita da Federação dos Cientistas Americanos), é muito

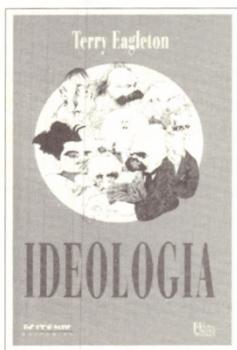
diferente das ficções científicas que normalmente freqüentam as telas dos cinemas. Ele examina a questão do contato com uma civilização extraterrestre enfatizando o impacto cultural que isso teria na sociedade humana.

Jodie Foster interpreta de forma cativante a dra. Ellie Arroway (alterego do próprio Sagan), que detecta a mensagem alienígena e depois pena nas mãos de políticos e religiosos que querem escanteá-la do contato efetivo - ela deixa de ser escolhida para a primeira missão de "encontro" porque responde honestamente à pergunta "você acredita na existência de Deus?".

Um elenco de apoio excepcional, direção segura e, naturalmente, bons efeitos especiais fazem de *Contato* aquilo que Sagan sempre pretendia com suas obras - estimular o esclarecimento humano, realizar a missão das Luzes, levar perguntas instigantes para milhões de pessoas.

E, em tempo, o livro *Contato* - embora não tenha o atrativo da presença de Jodie Foster (que sempre foi pensada por Sagan como a encarnação de sua heroína) - também está sendo relançado pela Companhia das Letras (R\$ 27,00).

José Corrêa Leite



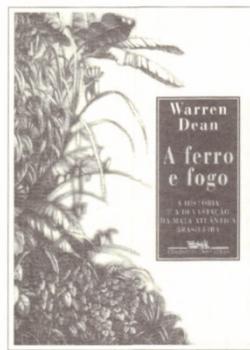
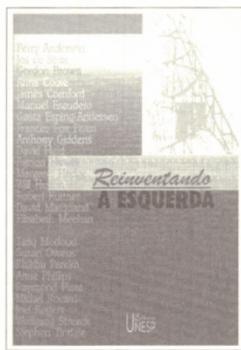
Ideologia

Ideologia. Uma introdução, de Terry Eagleton. São Paulo: Boitempo/Ed.Unesp, 1997. 204 p. R\$ 23,75.

O crítico marxista inglês historia a trajetória da noção de ideologia, sustentando a sua pertinência na atualidade, de forma pedagógica e erudita. Uma introdução nada introdutória que, dialogando com a vanguarda das ciências sociais, trava um debate sofisticado e importante.

REINVENTANDO A ESQUERDA

David Miliband (org.). São Paulo, Ed. da Unesp, 1997. 314 p. R\$ 30,00. Intelectuais do *Labour Party* inglês (alguns independentes) debatem as perspectivas da esquerda face à crise do *welfare state*. São doze textos principais, seguidos de comentários curtos, agrupados em torno de cinco temas: o contexto; cidadania, igualdade e democracia; solidariedade social e prosperidade econômica; política além do trabalhismo; e instrumentos de mudança. Uma introdução e um posfácio tentam organizar a discussão. Vale o destaque para a primeira parte, com o texto-base de Anthony Giddens e o comentário (breve) de Perry Anderson.



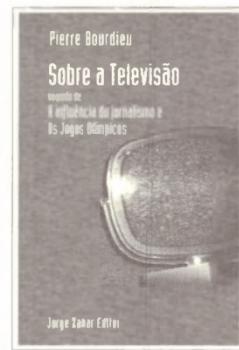
A ferro e fogo

A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira, de Warren Dean. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 484 p. R\$ 35,00.

Última obra do historiador norte-americano, falecido em 1994 num acidente no Chile, quando se preparava para escrever uma história do Planalto Andino. Dean passou a se interessar pelo tema preparando o seu *O Brasil e a luta pela borracha*, publicado em 1987. O livro é a história da destruição da Mata Atlântica, de um ponto de vista ambientalista, baseada numa vasta pesquisa empírica. A Mata deixa de ser cenário para ser o centro de um relato onde aparecem índios, missionários, mineradores, loteadores, nacionalistas, gado, árvores e até a saúva.

SOBRE A TELEVISÃO

Pierre Bourdieu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 143 p. R\$ 16,00. Este pequeno livro é a transcrição de duas aulas veiculadas como programas de televisão que provocaram intensa polêmica na França. A tese de Bourdieu é que os mecanismos de censura de imagens e discursos implícitos na televisão constituem



uma grande ameaça à vida democrática e política. Também compõe a obra um artigo sobre o mesmo tema, publicado como posfácio.

As sementes do tempo

Fredric Jameson. São Paulo: Ática, 1997. 216 p. R\$ 19,90.

Edição das três conferências Wellek que o autor proferiu em 1991 na Universidade da Califórnia. A primeira, "As antinomias da pós-modernidade", trata da "base irrepresentável" subjacente à quatro paradoxos insolúveis da ideologia contemporânea: as representações *a priori* do tempo e do espaço, a questão do naturalismo e a questão da utopia. A segunda, "Utopia, modernismo e morte", é uma instigante análise de uma utopia camponesa, *Chevengur*, escrita por Andrei Platonov entre 1927 e 1928 e não publicada (ou melhor, só publicada em inglês em 1978 e em russo em 1988), explorando-a como mensageira de antecipações de uma reorganização social a partir de bases não-mercantis, das possibilidades colocadas por um horizonte imaginativo que, embora contenha elementos modernistas, tem pouco em comum com o mundo ocidental. É a terceira, "As limitações do pós-modernismo", trata dos efeitos de fechamento da ideologia pós-moderna, focalizando principalmente a arquitetura.



SEBASTIÃO SALGADO

O novo épico de Salgado

"O porto de Vitória me deu uma idéia do mundo, um conceito do mundo, um sonho do resto do mundo. Eu estudava no Colégio Salesiano. Mas, nos fins de semana, eu terminava meu dever mais cedo e sentava na beira do porto de Vitória, que era um porto aberto naquela época. Então, sentava durante cinco ou seis horas, enquanto tinha luz, ficava sentado a ver aqueles navios."

Foi assim, intercalando a memória da formação da sua vocação de fotógrafo cidadão do mundo com incisivas visões panorâmicas das grandes tragédias que comovem o mundo social contemporâneo, que Sebastião Salgado, diante de uma platéia de cerca de 1300 pessoas, abriu o ciclo das Conferências do Centenário de Belo

Horizonte.

Após o memorável registro do sofrimento e da dignidade do trabalho, Salgado vem agora trabalhando no projeto sobre as migrações do mundo, previsto para ser finalizado no ano 2000, com grandes exposições nas principais capitais do mundo.

"Em 1985 - afirma Salgado - existiam aproximadamente 20 milhões de pessoas que viviam fora de seus países. Hoje, esse número é de aproximadamente 130 milhões. O número de refugiados políticos, em seis anos, passou de quatro a trinta milhões. Só é considerado refugiado aquele que cruza uma fronteira internacional. Mas, o número de pessoas deslocadas internamente em função das guerras, das catástrofes é imenso."

Salgado explica este salto nas populações desenraizadas pela conjunção da crise agrária, dos violentos processos de urbanização em um quadro de concentração de renda e desemprego. As guerras da Nova Ordem completam o quadro.

As fotos sempre à contraluz, as tomadas sempre com o céu baixo, de uma densidade quase bíblica, a poética dos olhos de personagens captada com tal humanismo que atravessa toda crosta da indiferença: "o desejo que a gente tem é realizar esta grande exposição da família humana porque, na realidade, é disso que se trata", diz Salgado, este artesão da história contemporânea contada a partir do ponto de vista de quem a sofre.

Juarez Guimarães

GUEVARA E DEBORD: DOIS CAMINHOS E UM ENCONTRO



Há 30 anos, na França, *A Sociedade do Espetáculo*, inspirou a ala mais radical das barricadas de Maio de 68. Esse livro de Guy Debord foi lançado no mesmo ano em que Che Guevara era assassinado. Hoje, tal coincidência nos convida para uma

reflexão sobre o "espetáculo" e a "política", pois, sob o argumento da democracia, a sociedade está sendo remodelada sem o contraponto de alternativas. Uma espécie de pensamento único está forjando um contraponto de alternativas. Uma espécie de pensamento único está forjando um consenso muito bem articulado, que consegue, inclusive, ser mais eficaz do que os regimes totalitários. Através de uma seleção de imagens se procura redefinir a história e os seus significados.

Em seu livro, Guy Debord mostra, já em 1967, que a vida real é pobre e

fragmentada. Os indivíduos contemplam e consomem passivamente as imagens de tudo o que lhes falta em sua existência real. Assim, a realidade torna-se uma imagem, e as imagens tornam-se realidade. É o típico reinado do aparecer onde a feitiçaria da mercadoria faz o espetáculo. Debord está de acordo com Marx ao definir o capital enquanto relação social. Ele vai, até mesmo, além de Marx quando mostra que tais relações não são mediadas apenas pelo valor das coisas, como no "fetichismo da mercadoria", mas diretamente pelas imagens das mercadorias. Nesse caso, o espetáculo é uma verdadeira religião terrena e material, em que o homem se crê governado por algo que, na realidade, ele próprio criou. Debord, estilista de uma vida autêntica, se opõe aos simulacros, peculiares do desenvolvimento capitalista, a partir da ênfase que reserva ao espaço público. Ele defende os "soviets" como um meio de livrar o homem da sua condição de mercadoria e, ao analisar os episódios de Maio de 68, reconhece que a política está presente não apenas nos espaços institucionais.

Che Guevara é mais conhecido pela sua ação prática, como militante, e menos pela sua atuação como pensador. Mas Guevara soube ver na Revolução Cubana as particularidades que a construção do socialismo assume num país não desenvolvido. Acentuou um marxismo antidogmático e mostrou que a dura

realidade chamava os revolucionários a serem criativos na crítica ao capitalismo e, também, face aos erros praticados em Cuba e na URSS.

Guevara interpreta Marx enfatizando que o socialismo não pode ser considerado somente como o resultado de contradições de classe de uma sociedade altamente desenvolvida, as quais seriam resolvidas por meio de uma revolução; o homem é, antes, o portador consciente de ação da história. Sem "esta consciência, que inclui o saber de seu próprio ser social, não pode haver comunismo". Che foi influenciado pela vertente de pensamento marxista que se desenvolveu na Argentina e que concebe o socialismo como resultado de um processo contínuo de cooperação entre ética e ciência. Guevara está em concordância com Guy Debord à medida que concebe o espaço público como cenário principal de discussão dos problemas do partido e do Estado. Ambos procuram valorizar a política enquanto busca coletiva de alternativas, que diminuam, em certo sentido, a distância entre o "palco e a platéia".

Além disso, tanto Che como Debord, possuem a fina sintonia de procurarem a autenticidade da vida naquilo que não está pronto. Para eles, essa vida autêntica não é um dado da natureza, nem algo que se perdeu. É alguma coisa que precisa ser buscada no caminho da fraternidade, da liberdade e da igualdade.

Mauro Gaglietti

A ostra e o vento

Filme com direção e roteiro de Walter Lima Jr.; fotografia de Pedro Farkas; trilha sonora de Wagner Tiso; música tema de Chico Buarque. História baseada no livro homônimo de Moacir C. Lopes (1964). Elenco: Leandra Leal, Lima Duarte, Fernando Torres, Castrinho, Floriano Peixoto e Débora Bloch.

Qualquer crítica deve servir para estimular as pessoas a criarem seus próprios parâmetros de análise, deve deixar clara a necessidade de se prestigiar uma obra, nunca afastar um público potencial da mesma. Ir ao cinema, independente das críticas, é sempre positivo, quando se trata de uma produção cultural brasileira.

Este preâmbulo não é para desculpar *A ostra e o vento*, pois assisti-lo não é só uma obrigação, é um prazer. Na verborragia hoje dominante na indústria cinematográfica mundial, cheia de bons diálogos mas de seqüências dispensáveis, este filme é algo que pode ser chamado do melhor cinema, uma poesia de imagens.

A beleza da fotografia consegue nos remeter ao mundo de símbolos da jovem Marcela (Leandra Leal). Somos transportados para a ilha e seu farol, sendo quase possível sentir o cheiro de maresia que o vento carrega. Sentimos a imensidão do mar, sua liberdade e sua opressão, sensações que compartilhamos com os personagens do filme.

Pouco afeitos que estamos a uma narrativa emocional e subjetiva, adestrados pelo ritmo televisivo, *A ostra e o vento* pode incomodar, por seu tempo arrastado e sua estrutura não linear, onde a cronologia tem pouca importância. Todavia, esta obra possui o tempo certo para envolver o espectador, desde que este se disponha a tal.

De saída, um enigma é colocado: onde estarão os habitantes da ilha do farol? Marinheiros vão reconstituindo a trajetória do fareleiro José e sua filha Marcela, habitantes da ilha, enquanto tentam descobrir os seus paradeiros. O diretor Walter Lima Jr. joga esta isca e aproveita-se da nossa curiosidade para contar a história da menina Marcela, oprimida em um mundo de homens e de uma natureza furiosa. Ao longo da trama, vamos acompanhar a luta insana de Marcela para se tornar mulher e assumir seus desejos. Marcela vai buscar a realização de sua sexualidade independente do autoritarismo de seu pai e outras adversidades, vai realizá-la com os meios que forem necessários, mesmo que tenha de criá-los em um mundo de fantasias.

Leandra Leal, a jovem ostra, demonstra uma naturalidade condizente com as mais experientes atrizes, conseguindo criar o contraponto certo com os brutalizados homens do mar, destacando-se a interpretação intensa de Fernando Torres, como Daniel. São impressionantes as atuações de Lima Duarte (José) - para além das caricaturas que costuma criar nas novelas - e de Floriano Peixoto, como Roberto. Há ainda a boa surpresa de Castrinho.

Existem "poréns"? Certamente. Todavia, algumas incongruências no roteiro e a dispensável e deslocada "voz" do vento não tiram o mérito deste filme sensível e bonito. E para quem assistiu o longa-metragem anterior de Walter Lima Jr., o sofrível *O Monge e a Filha do Carrasco*, vale o aviso de esquecê-lo, não parece o mesmo cineasta - aliás ele mesmo já o renegou.

A ostra e o vento estreou na última semana de setembro no Rio e em São Paulo (Espaço Unibanco 2 e Lumière). **Luciana Rodrigues**, produtora de vídeo.

AS ANÁLISES DE CAIO PRADO, FLORESTAN FERNANDES E CELSO FURTADO MOSTRAM QUE A MISSÃO CIVILIZATÓRIA DO CAPITALISMO DEPENDENTE ATINGIU O LIMITE DE SUAS POSSIBILIDADES.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO JR.

Como diz Riobaldo Tatarana, grande chefe de guerra do romance Grande Sertões Veredas, "Toda ação principia e por meio de alguma coisa pensada". A lição de Guimarães Rosa não pode ser esquecida por todos aqueles que lutam para ajustar as contas com um passado indesejável e abrir perspectivas para um futuro melhor. Por isso, o primeiro passo de quem quer transformar a realidade consiste em descortinar um horizonte de possibilidades que oriente a intervenção do homem na realidade.

Nosso desafio consiste em delimitar o campo de oportunidades - discernível pelo pensamento e alcançável pela ação - que estabelece os dilemas da sociedade nacional e suas possíveis soluções. São tais dilemas que vão definir a agenda política e as tarefas históricas que daí decorrem.

DA COLÔNIA À NAÇÃO

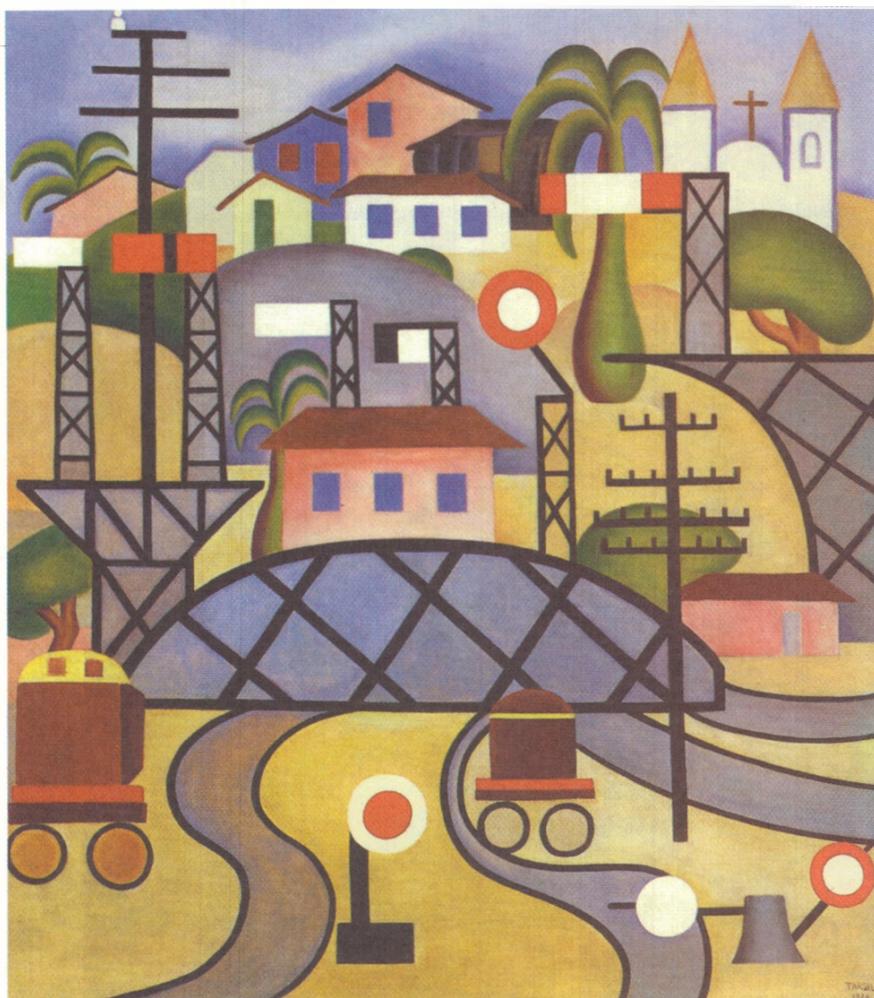
No nosso caso, o sentido das mudanças sociais é marcado pela longa transição do Brasil colônia de ontem para o Brasil nação de amanhã. Trata-se de um movimento impulsionado pelas contradições que surgem entre a posição subalterna do país no sistema capitalista mundial e o esforço da sociedade brasileira de controlar o seu próprio destino. O dinamismo da transição é o profundo mal-estar com a situação de pobreza, irracionalidade, corrupção e instabilidade que domina o sentimento da população brasileira. Isso significa que as esperanças e as aspirações da sociedade brasileira polarizam-se em torno de um objetivo maior: a luta para controlar os fins e os meios do desenvolvimento nacional.

A questão fundamental consiste em livrar o Brasil de suas três principais mazelas: 1) o caráter dependente de seu sistema econômico - uma forma de organização da vida material que deixa as estruturas e dinâmismos da economia sujeitos às vicissitudes dos movimentos especulativos do capital internacional; 2) a natureza assimétrica de seu regime de classes - um padrão de estratificação social que coloca um abismo entre ricos e pobres, caracterizando um sistema de *apartheid* social; e 3) o pesado fardo de uma cultura colonialista, que compromete a capacidade da sociedade de discernir suas necessidades - uma visão de mundo estreita que transforma a cópia dos estilos de vida e de consumo das economias centrais na prioridade absoluta das classes dominantes.

Em suma, o dilema histórico da sociedade brasileira consiste em consolidar a formação de um sistema econômico nacional voltado para o atendimento das necessidades do conjunto da população; democratizar a sociedade, livrando-a de anacronismos da sociedade colonial; e superar o mimetismo cultural, organizando a sociedade tendo em vista o objetivo de atender as necessidades do conjunto da população.

DEPENDÊNCIA E BARBÁRIE

Dentro da longa transição do Brasil colônia de ontem para o Brasil nação de amanhã, a conjuntura atual caracteriza-se pelo fato de que



TARSILO DO AMARAL

AGENDA PARA UM BRASIL DEMOCRÁTICO

a transnacionalização do capitalismo transformou em antagonismo aberto a secular contradição entre o desenvolvimento desigual do sistema capitalista mundial e a consolidação do Estado nacional como uma entidade relativamente autônoma. Uma formulação sintetiza a essência do momento histórico brasileiro: *dependência e barbárie*.

Esta síntese deve ser vista como contraposição tanto à idéia de que dependência e desenvolvimento poderiam marchar em paralelo - que alimentava as ilusões desenvolvimentistas das classes dominantes brasileiras desde Juscelino Kubitschek - quanto à idéia de que "o Brasil não é um país subdesenvolvido mas um país injusto" - proposição que orienta a visão das atuais autoridades brasileiras.

De acordo com a interpretação de três dos maiores pensadores do Brasil - Caio Prado Jr., nosso maior historiador; Florestan Fernandes, nosso maior sociólogo; e Celso Furtado, nosso maior economista - a missão civilizatória do capitalismo dependente teria atingido o limite de suas possibilidades. Em algum momento entre 1950 e 1980, intervalo exíguo quando visto de uma perspectiva histórica de longo prazo, a burguesia brasileira se divorciou completamente das demais classes sociais e o país passou a ser visto como um mero instrumento de seus interesses imediatistas.

Por esse motivo, para sobreviver como projeto civilizatório, a sociedade brasileira não teria outra alternativa senão romper o quanto antes com as relações econômicas, sociais e culturais responsáveis pela situação de dependência e subdesenvolvimento. Não teríamos outra escolha, pois a alternativa - continuar igual - seria prosseguir por uma rota suicida de decadência econômica, regressão social e decomposição moral. A gravidade do momento histórico fica evidenciada tanto na conclamação de Caio Prado a favor da "revolução brasileira" quanto na insistência de Florestan Fer-

nandes no caráter anti-social, anti-nacional e anti-democrático da burguesia brasileira, assim como na eloquente advertência de Furtado de que forças externas poderosas ameaçam a integridade do sistema econômico nacional.

A visão de que a continuidade da situação de dependência está provocando uma perigosa reversão na formação do Brasil contemporâneo é tanto mais grave porque ela é perfeitamente condizente com o que se observa no dia a dia da sociedade. Afinal, quem com um mínimo de lucidez e boa fé é capaz de ignorar as evidências de progressiva desorganização econômica; acelerada decomposição do tecido social; perigosa exacerbção das rivalidades inter-regionais; e dramático colapso da capacidade de intervenção do Estado?

O desaparecimento de setores estratégicos de nosso parque produtivo, o crescimento vertiginoso da exclusão social, a crise do pacto federativo brasileiro e a perda da identidade nacional são os sintomas mais preocupantes do avançado estado da crise que abala o Brasil. Não é difícil imaginar o efeito catastrófico destas tendências em uma sociedade com um território de dimensões continentais, grande heterogeneidade regional e social, elevadíssimo grau de urbanização e um vasto parque industrial sem condições de suportar a fúria da concorrência internacional. O descontrole da violência urbana e as crescentes tensões sociais no campo são duas evidências gritantes de que vivemos em uma época de grande turbulência.

URGÊNCIA DA RUPTURA

Recusando o conformismo de quem pensa que as sociedades dependentes não têm outra escolha senão aceitar docilmente as tendências espontâneas do sistema capitalista mundial, bem como o escapismo de quem se recusa a pensar alternativas que transcendam os pa-

râmetros da situação, Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado apontam a urgência de uma ruptura imediata com a situação de dependência externa.

Furtado, o mais moderado dos três, um intelectual que é reconhecido pela sua visão ponderada dos problemas nacionais, não escondeu o caráter decisivo do momento histórico. "Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade lingüística e religiosa. Mas não ignoramos que o tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devenir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação".

Ao abrir novos horizontes para o desenvolvimento histórico, a idéia de uma ruptura com a situação de dependência representa uma alternativa criativa à discussão que circunscreve as opções das sociedades dependentes à escolha binária entre o modernismo desviado dos neoliberais e a nostalgia extemporânea do nacional-desenvolvimentismo. Este é o caminho de quem não aceita o impasse que limita o debate sobre o futuro do Brasil a um estéril braço de ferro a respeito do ritmo e da intensidade do processo de reciclagem do padrão de consumo de uma pequena parcela da população.

REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA E NACIONAL

A extrema adversidade do momento histórico revela que não há atalho para o desenvolvimento nacional. O desafio é colossal e a urgência do problema inadiável. As forças políticas comprometidas com o futuro da nação devem transformar a *revolução democrática* - a erradicação do *apartheid* social - e a *revolução nacional* - a desarticulação da dependência econômica e cultural - nas duas principais prioridades da agenda política da nação.

O ponto de partida desta caminhada é a eliminação dos privilégios aberrantes que bloqueiam o acesso do conjunto da população à vida econômica e política do país. Na prática, isto significa transformar a luta por Terra, Trabalho e Moradia no eixo de articulação de um novo projeto para o Brasil e adotar a intransigência na defesa da cidadania como único antidoto capaz de neutralizar a intolerância das classes dominantes em ceder terreno.

Por enquanto a gritaria ensurdecadora a favor da modernização e da estabilidade da moeda não permite que a razão de nossos grandes profetas e as assustadoras advertências de nosso cotidiano sejam ouvidas. Mas um dia, quando o vendaval neoliberal arrefecer, ficará claro que o destino de nossa sociedade não pode continuar nas mãos de classes dominantes aculturadas, cuja única ambição é viver à semelhança das elites dos países desenvolvidos, uma pretensão descompassada com as necessidades do conjunto da população.

Quando se contrasta o abismo que existe entre a estatura dos intelectuais que conclamam a população brasileira a dar um basta à situação de dependência e subdesenvolvimento e a petulância dos que vendem a ilusão de que o Brasil está ascendendo ao "primeiro mundo", não se pode deixar de lembrar a conhecida máxima do Padre Vieira: "Se quereis profetizar os futuros, consultai as entranhas dos homens sacrificados: consultem-se as entranhas dos que se sacrificaram e dos que se sacrificam; e o que elas disserem, isso se tenha por profecia. Porém, consultar quem não se sacrificou, nem se sacrificou, nem se há de sacrificar, é não querer profecias verdadeiras; e querer cegar o presente e não acertar o futuro".

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO JR. É PROFESSOR DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP. ESTE TEXTO FOI PREPARADO PARA FAZER PARTE DO LIVRO: CURSO DE VERÃO, ANO II, CESEP, PAULUS, 1997.

EM TEMPO

PUBLICAÇÃO DE CARÁTER INTERNO AO PT DISTRIBUÍDA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS FILIADOS